

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**Provérbios e expressões idiomáticas como recursos de
argumentação da língua na mídia**

Rinalda Fernanda de Arruda

Recife – PE 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**Provérbios e expressões idiomáticas como recursos de
argumentação da língua na mídia**

Rinalda Fernanda de Arruda

Dissertação de mestrado apresentada ao
programa de Pós-Graduação em Letras e
Linguística da UFPE como requisito parcial para a
obtenção do Grau de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos
Xavier

Recife – PE 2012

A779p Arruda, Rinalda Fernanda de.
 Provérbios e expressões idiomáticas como recursos de argumentação da língua na mídia / Rinalda Fernanda de Arruda. – Recife: O autor, 2012.
 116 p. : il.
 Orientador: Antônio Carlos dos Santos Xavier.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Letras, 2012.
 Inclui bibliografia.
 1. Linguística. 2. Provérbios. 3. Expressões idiomáticas. 4. Retórica. I. Xavier, Antônio Carlos dos Santos. (Orientador). II. Título.
 410 CDD (22.ed.) UFPE (CAC2012-27)

RINALDA FERNANDA DE ARRUDA

**Provérbios e expressões idiomáticas como recursos de argumentação da
língua na mídia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Lingüística, em 27/02/2012.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos Xavier
Orientador – Letras – UFPE

Prof. Dr^a. Nelly Medeiros de Carvalho
Examinadora Titular Interna

Prof. Dr^a. Valéria Gomes
Examinadora Suplente Externa

**Recife – PE
2012**

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, o Senhor da minha vida, que me ilumina sempre com incontáveis dádivas, como a possibilidade de alcançar o grau *stricto sensu*.

Ao meu pai, José Fernandes, pelo exemplo de vida e valores alicerçados em nossa formação.

A minha querida mãe, Valdilene, pelo amor incondicional e amparo espiritual.

Aos meus amados rebentos, Gabriel e Beatriz, pela felicidade que me trazem só por existirem, pelo exemplo de filhos que são, por abrilhantarem minha vida e por compreenderem minhas lacunas maternas, mesmo com pouca idade.

Aos meus queridos irmãos: Cláudio, Samuel, Tiago e Maria Fernanda por integrarem meu rol familiar e pela companhia constante, solícita e amável.

A Túlio, o homem da minha vida! Sua sabedoria é referência, suas palavras são inesquecíveis e seu humor contagiante. Minha gratidão não dimensiona o apoio, o amor e a confiança em mim depositados.

Ao meu nobre orientador, e de quem me orgulho ser orientanda, Doutor Antônio Carlos dos Santos Xavier, que na função de guia, supervisionou todas as fases da escrita deste trabalho e, sabiamente, soube ajustar-me a todos os condicionantes científicos necessários ao processo. Serrano (2011) aponta algumas características do orientador ideal, tais quais: não perseguir o perfeccionismo, mas o rigor; ter autoridade acadêmica sem ser autoritário e manter inalterável seu papel de vigilância regularmente com o orientando. Posso afirmar que estas e outras características do orientador salomônico (o orientador ideal) enquadram-se perfeitamente em seu perfil.

Ao Professor, Dr. Marlos Pessoa, cuja ideia embrionária desta pesquisa partiu das suas valiosas discussões em aula, assim como os ajustes sugeridos e os problemas apontados, a fim de lapidar o trabalho em geral.

Aos demais professores com quem tive o prazer de cursar as disciplinas: Elizabeth Marcuschi, Karina Falcone, Evandra Grigoletto, Nelly Carvalho, Benedito Bezerra e Alberto Poza. Às professoras Ângela Dionísio e Stella Telles pelo carinho demonstrado.

Aos funcionários do PG Letras- UFPE, Jozaías e Diva, pelo tratamento “vip” dispensado aos estudantes.

À Lílian, amiga-irmã mais que especial que, nesta trajetória, me presenteou com sua preciosa amizade, com agradabilíssimos momentos de confiança, discussões acadêmicas e de diversão.

À família UFPE que eternizarei: Virgínia, Larissa, Ritinha, Gabi, Danuta e Ana. Amigos de outras turmas que nos apoiaram: Ismar, Edgar, Jambo, Elias, Monique, Jaciara, Carol, Morgana, Simone Reis, Herbert e Ricardo.

À minha chefe de Departamento da UPE, Maria do Rosário, pelo apoio e flexibilidade.

Ao amigo Gustavo Amorim, que me fez dar “os primeiros passos” nos estudos linguísticos, pela companhia constante, pela solicitude e pela grande motivação que seus passos me trouxeram.

Aos amigos mais chegados que um irmão: minha cunhada amada, Tamyres, pelo carinho de sempre e acolhida em seu apartamento, à minha sogra, Erivalda; à amiga-irmã, conselheira e psicóloga, Dida; ao amigão Carlinhos e seu carinho imensurável; aos diretores, Rosileide e Ilso, por compreenderem minhas saídas aos congressos; às adoráveis, Gerly e Selma; aos amigos:

Jesselma, Priscila, Damaris, Ivaneide, Grinaura e Fernando Vieira. Enfim, todos estes aqui citados são grandes bênçãos de Deus em minha vida!

RESUMO

Este trabalho tem como ponto de partida o provérbio e as expressões idiomáticas como nosso interesse investigativo. Nosso objetivo é focalizar os provérbios e expressões idiomáticas que acontecem enunciativamente nas revistas VEJA e ISTO É, em textos que tematizam a política brasileira, no intuito de flagrar como tais dizeres podem atuar na construção ou desconstrução da imagem dos referentes em foco: Fernando Henrique e Lula. Pretendemos observar também se os provérbios e expressões idiomáticas têm se revelado recursos argumentativos estratégicos no discurso da mídia relativo a determinados sujeitos do mundo político. Nossas análises nos permitiram identificar que a utilização de provérbios e expressões idiomáticas com fins argumentativos delineados pelos seus enunciadores pode influenciar as crenças, valores e ações do público. Diversos recortes jornalísticos comprovaram que os provérbios e expressões idiomáticas, tidos como clichês e situados na marginalidade da língua erudita, atuam como (des)construtores de imagens dos referentes FHC e Lula, ou aos demais políticos que gravitam o entorno partidário destes referentes. Verificamos como foram deslizados sentidos pelos enunciadores filiados à mídia, com base na estrutura cristalizada do provérbio e expressões idiomáticas, com fins pretendidos pelos seus enunciadores. Em suma, pretendemos mostrar o papel que o provérbio e expressões idiomáticas assumem na argumentação dos assuntos políticos.

Palavras-chave: provérbios, expressões idiomáticas, argumentação

ABSTRACT

This work has the proverbs and the idioms as a starting point of our investigative interest. Our goal is to focus on the proverbs and the idioms that happen enunciatively in “VEJA” and “ISTO É” magazines in texts whose topic is the Brazilian politics, aiming to verify how those utterances can act in the construction or deconstruction of the focused referents: Fernando Henrique e Lula. We also intend to observe if the proverbs and idioms have revealed themselves as strategic argumentative resources in the media discourse regarding some determined subjects of the political world. Our analysis permitted us to identify that the use of proverbs and idioms with argumentative aims delineated by its users can influence the beliefs, values and public’s actions. Many journalistic clippings have proved that the proverbs and idioms — understood as cliché and placed apart from the schooled language — act as (de)constructors of FHC’s and Lula’s images, or their party colleagues. We verified how the meanings were utilized by the enunciators connected to the media based on the crystallized structures of proverbs and idioms, for the purposes intended by its enunciators. To sum up, we intend to convey the role that the proverbs and idioms assume in the argumentation of political topics.

Key words: proverbs, idioms, argumentation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. O ESTADO DA ARTE DOS PROVÉRBIOS	17
1.1 O que define o provérbio?	18
1.2 Historicidade e características dos dizeres proverbiais	25
1.3 A transculturalidade do provérbio	28
1.4 Sobre a enunciação Proverbial	31
1.5 Algumas pesquisas sobre provérbios	37
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	41
2.1 A referenciação	41
2.1.1 Os objetos de discurso no processo de referenciação	42
2.1.2 Referenciação: construção de sentido e argumentação	45
2.2 – O ethos	47
2.2.1 – O ethos discursivo.....	51
2.3 – A semântica Argumentativa	53
2.3.1 – A Teoria de Argumentação na Língua	55
2.3.2 – Teoria Polifônica da Enunciação	59
2.4 – Perspectiva sociorretórica de gênero na abordagem do provérbio..	61
2.4.1 – Concepção sociorretórica de gênero textual	63
3. ANÁLISE DO CORPUS	

3.1 – Segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso	68
3.2 – Segundo mandato de Lula	84
3.3 – Quadro panorâmico das revistas VEJA e ISTO É	104
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca investigar os provérbios e expressões idiomáticas que acontecem nos enunciados produzidos pela mídia, mais especificamente encontrados em duas revistas de grande circulação nacional: *Veja* e *Istoé*. Nossa investigação pauta-se na observação do funcionamento enunciativo das expressões proverbiais e idiomáticas no interior de textos jornalísticos da esfera política, na tentativa de flagrar como as imagens dos referentes podem ser construídas ou desconstruídas pela escolha de provérbios ou expressões idiomáticas. O presente trabalho focaliza a utilização de provérbios e expressões idiomáticas produzidas pelos enunciadores das revistas selecionadas como representativas da mídia brasileira, seja na voz do jornalista, seja na voz dos atores da política nacional. Os provérbios e as expressões idiomáticas são tomados como recursos linguísticos estratégicos tanto para a construção como para a desconstrução da imagem pública dos referentes engendrados por tais expressões. Para esta pesquisa, os referentes em foco foram os dois últimos ex-presidentes, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

O estudo do funcionamento proverbial na mídia realiza uma investigação relevante para a Ciência da Linguagem por diversas razões: os provérbios personificam a sabedoria de um povo, além de serem expressões das mais antigas e amplamente distribuídas do ponto de vista geográfico, empregadas por distintos grupos sociais, são independentes de autores consagrados para terem regularidade de uso e, sobretudo, possuem durabilidade.

Alguns estudos paremiologistas, como o de Lacerda (2004), por exemplo, destacam que até mesmo hoje, no limiar de um novo milênio, os provérbios continuam a ganhar vida em várias partes do mundo. Daí a importância singular que eles adquirem como manifestação expressiva, racional e quase sempre normativa. Ao utilizá-lo, o falante identifica-se com as convenções sociais e pode levar sua audiência, uma vez que tal uso reflete os valores filiais existentes em uma dada sociedade.

Por manter esta identificação coletiva, refletidos no senso comum e secundarizados pelos cânones da linguagem, é que os provérbios e expressões idiomáticas suscitam nosso interesse investigativo, uma vez que é possível flagrarmos este evento enunciativo nas duas revistas de maior circulação no Brasil, cuja linguagem caracteriza-se por qualidade em seu conteúdo e elaboração. Motiva-nos este fato que nos parece paradoxal: a circulação de provérbios e expressões idiomáticas, que são tidos por alguns acadêmicos como formas-clichês e sentenças de pouco valor intelectual, quando incorporados ao discurso dos jornalistas e dos políticos relatados pela mídia parecem funcionar como mecanismos de argumentação capazes de fortalecer ou fragilizar a imagem dos sujeitos referidos em tais expressões! Por esta razão, a presente pesquisa trabalha com a hipótese de que **os provérbios e expressões idiomáticas são fundamentalmente utilizados para construir e desconstruir a imagem de um determinado referente, revelando-se recursos argumentativos estratégicos no discurso da mídia relativo a determinados sujeitos do universo político.**

É nisto que reside a relevância desta pesquisa: no fato de revelar não apenas o provérbio como recurso argumentativo proferido pela mídia ou pelos políticos. A utilização dos provérbios e expressões idiomáticas com fins argumentativos delineados pelos seus enunciadores pode influenciar as crenças, os valores, as atitudes e as ações do público.

Na tentativa de contribuir com os estudos dos provérbios, especificamente no que concerne à observação do provérbio e das expressões idiomáticas como (des)construtores de imagens de referentes do universo político, no caso, FHC e Lula, propomos como objetivos específicos:

- * Destacar a polifonia enunciativa que gira em torno da utilização proverbial e idiomática pelos políticos ou pela mídia, ou seja, as vozes da instância popular que se fazem ecoar na estrutura do provérbio e das expressões idiomáticas;
- * Verificar as mudanças de sentidos possíveis elaboradas pelos enunciadores filiados à mídia, a partir da estrutura cristalizada do provérbio ou expressão idiomática;
- * Analisar a forma como os enunciadores se reportam às citações dos provérbios e expressões idiomáticas;

- * Mostrar o papel que o provérbio e as expressões idiomáticas assumem na argumentação dos assuntos políticos.
- * Investigar o posicionamento ideológico manifestado através do provérbio e expressão idiomática em cada periódico analisado.

Sobre a organização da investigação, a pesquisa está basicamente composta por duas partes: uma eminentemente teórica, na qual expusemos o farol teórico que nos serviu de amparo para as análises; a outra é de cunho prático, por tratar-se do capítulo no qual elucidamos o material que encontramos no *corpus*, seguido das análises respaldadas no construto teórico que apostamos para tal.

No primeiro capítulo, “o estado da arte dos provérbios”, procuramos focalizar os estudos científicos sobre este fenômeno linguístico que possui estatuto de identidade cultural. Voltamos atenção para aspectos como: definição, historicidade dos provérbios e expressões idiomáticas, bem como as características que os singularizam, a transculturalidade e a perspectiva da enunciação proverbial, a qual adotamos. Buscamos também resultados de outras pesquisas já realizadas sobre provérbios com diferentes angulações de abordagens.

Para expor as informações que gravitam em torno dos provérbios e expressões idiomáticas, foram vitais as contribuições de alguns paremiologistas e demais estudiosos desta área, tais quais: Obelkevich, (1997), Vellasco (2000), Santos (2007) e Sabino (2010). Destacamos, neste capítulo, o tópico sobre enunciação proverbial, perspectiva que fundamenta toda nossa pesquisa, uma vez que o espaço desta enunciação representa um espaço especial, o espaço da mudança, no qual há a quebra da forma convencionalizada, visto que o provérbio reflete valores e costumes sociais fadados às instabilidades temporais, ou até revela alterações com vistas ao rumo argumentativo preterido pelos enunciadores. Acerca destas alterações, trouxemos os enriquecedores estudos de Grésillon & Maingueneau (1984) citados por Santos (2007), os quais introduzem uma reflexão do que chamam “desvio de provérbios”, com estratégias de captação e subversão de seus usos.

No segundo capítulo, discorreremos sobre as teorias a que aderimos para firmar nossa base teórica. Buscamos, inicialmente, na Teoria da

Referenciação, com base em Marcuschi (2000), um subsídio que teve como objetivo mostrar como esta categoria poderia revelar um ponto de vista ideológico do enunciador quanto ao seu referente, visto que é na perspectiva de língua como atividade heterogênea, que transcende os limites da frase, que inserimos nossa pesquisa, a fim de explicar o processo de referenciação como veículo de produção de sentido dos enunciados proverbiais. Ou seja, a realidade empírica constrói-se a partir da relação do indivíduo com a própria realidade. “Referir” seria uma atividade discursiva, de forma que os referentes passam a ser objetos-de-discurso e não realidades independentes. A Teoria da Referenciação pareceu-nos adequada a esta pesquisa, sobretudo pelo fato de os provérbios e expressões idiomáticas categorizarem os referentes, bem como revelarem ideologias, intenções e estereótipos para que o discurso obtenha o encaminhamento argumentativo pretendido pelo enunciador, sinalizando sua perspectiva a respeito de um determinado referente.

Recorremos também ao conceito de *Ethos*, cuja noção, em Maingueneau (2008), reporta-se à adesão dos sujeitos a um certo posicionamento, sem necessariamente estar expresso na superfície do enunciado. Por esta razão, apostamos neste conceito teórico para subsidiar nossas análises quanto à revelação da personalidade dos sujeitos do mundo político partidário aqui observados, ou de estereótipos que podem ser mobilizados por eles ou pela mídia, ao utilizarem provérbios ou expressões idiomáticas. Como o *Ethos* pode ser perceptível também por meio da materialização linguística, lançamos mão deste conceito para entender a construção da subjetividade que subjaz a tais expressões.

A Teoria da Argumentação na língua, que também compõe nosso leque teórico, tem como tese central a afirmação de que a língua, como conjunto de frases semanticamente descrito, determina as possibilidades argumentativas do discurso. Esta teoria aponta para uma forma de contemplar as palavras, buscando melhor compreender seus sentidos através da situação comunicativa, já que as palavras se apagam facilmente atrás das coisas, como bem o disse Ducrot (1984). Como os provérbios são estratégias imbuídas de autoridade para certas situações e formulam uma parte do bom senso de uma sociedade, apostamos neste dispositivo teórico para nos ajudar a explicar o funcionamento retórico-argumentativo e semântico-pragmático dos provérbios

populares e expressões idiomáticas na diversidade de situações comunicacionais, sobretudo no desdobramento argumentativo possível a tais dizeres. Esta teoria baseia-se no fato de a argumentatividade estar inscrita na própria língua; ou seja, a linguagem é constitutivamente argumentativa, na visão ducrotiana.

Finalizamos nosso arcabouço teórico, acrescentando a noção de gênero textual tal como formulada pela perspectiva sociorretórica, cuja abordagem reconhece a necessidade da dimensão social dos gêneros, enfatizando o contexto e a ocasião. Como bem diz Miller (1994), gêneros são formas de ação social, ou seja, devem ser definidos não só em termos da fusão de traços substanciais e formais que incorporam situações recorrentes, mas também pelas ações sociais que ajudam o sujeito a produzi-los. Em outras palavras, partimos do princípio, segundo o qual o provérbio é um ato retórico, porque leva o leitor a agir.

Sobre a Metodologia

A escolha do veículo de comunicação utilizado como *corpus* desta pesquisa não foi aleatória. Como afirmamos acima, nossa motivação para tal escolha deu-se na contramão do acontecimento enunciativo dos provérbios e expressões idiomáticas, tidos como saberes oriundos do senso comum, que coletamos em revistas, cujas raias centrais, linguisticamente falando, são marcadas pelo distanciamento de sentenças populares. Além de as revistas VEJA e ISTOÉ representarem periódicos que ocupam a posição dos mais vendidos do Brasil¹ há anos, seus perfilamentos político-ideológicos influenciam na opinião dos interlocutores na tomada de decisões. Corroboramos tal influência com base na pesquisa de Souza & Carniello acerca do posicionamento político e ideológico da Veja e Isto é, presente na edição das notícias sobre política. Os resultados desta pesquisa constataram que a maioria das notícias de caráter hostil ao governo, publicadas no período eleitoral do ano de 2006, influenciaram na formação de opinião e,

¹ **Veja** tem tiragem atualmente de 1.218.400 de exemplares, sendo que vende 1.088.134 distribuídos em 926.880 assinaturas e 161.254 revistas compradas em bancas, supermercados, segundo informações do próprio site do periódico. Já a **Isto é**, possui cerca de 362 mil exemplares por edição e foi fundada em 1976.

consequentemente, dos votos das classes média e alta que representam, em grande parte, os votos dos cidadãos mais escolarizados. Isto nos revela no mínimo uma grande e complexa relação entre a mídia e o poder.

Coletamos matérias jornalísticas de cunho político, mais precisamente vinculadas aos ex-presidentes em seus segundos mandatos: Fernando Henrique Cardoso (1999 a 2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2007 a 2010). Fizemos este recorte temporal pelo fato de o segundo mandato ser intransponível, visto que a pressão política das bases eleitorais sobre a equipe governamental é maior, como também é fortalecida a oposição política. No segundo mandato, legitimado por meio da reeleição que é um triunfo pessoal, os presidentes tendem a se superestimar e serem, por sua vez, mais bem-sucedidos na arena da política externa, já que diferentemente do primeiro mandato, priorizam a coalizão no tocante a assuntos internos. Também é no segundo mandato que as ações governamentais parecem mais se consolidar.

Tivemos acesso às edições anteriores nos respectivos sites da *Veja* (www.veja.abril.com.br) e da *Istoé* (WWW.istoe.com.br). Estes sites disponibilizam acesso a todas as edições pelos links: “acervo digital” (na revista *Veja*) e “edições anteriores” (na revista *Isto é*). Nossa busca visava à captação de provérbios e expressões idiomáticas, nas matérias de âmbito temático político, proferidos pelos próprios jornalistas, políticos ou cientistas políticos, por sua vez, propagados pelas revistas, tendo, concomitantemente, responsabilidades pela veiculação das informações ali contidas. Nosso trabalho procurou, sobretudo, “garimpar” os provérbios e expressões idiomáticas presentes nestes periódicos, conforme é possível ser constatado em anexo. Evidentemente, não inserimos todas as edições do recorte temporal a que nos propomos, dado o espaço, já que seria impossível aqui recortar todas as ocorrências. De cada ano, privilegiamos, para análise, as edições cujas capas já traziam matérias de cunho político, visto que se tratava do interesse em voga. Procuramos recortar o mesmo número de matérias da VEJA e da ISTO é, para possíveis comparações, ou seja, para cada mandato, recortamos doze matérias: seis para cada periódico.

As revistas são semanais, de modo que tínhamos um amplo acervo ao nosso dispor, já que o recorte temporal do material desta pesquisa é de oito anos no geral: quatro para cada mandato. Poderíamos ter sistematizado os

periódicos para serem analisados, por exemplo, a primeira e a última edição de cada ano; contudo, o processo de construção da nossa amostra priorizou aquelas edições que já traziam como matéria de capa um assunto de grande repercussão política. Ou seja, o princípio que regeu a escolha do corpus foi a matéria de capa e o peso de tal matéria em âmbito nacional.

Podemos afirmar que não foi possível encontrar o lugar da enunciação proverbial que buscávamos em todas as matérias lidas. No entanto, asseguramos, na análise dos provérbios e expressões idiomáticas, uma quantidade suficiente que garantiu, a nosso ver, a qualidade do tratamento teórico-metodológico que lhes procuramos conferir.

Recortamos, portanto, dentre tantas ocorrências para a análise, cerca de dois exemplos por ano, a fim de revelar a recorrência com o passar do tempo do uso de provérbios e expressões idiomáticas com fins diversos. Totalizamos doze recortes para o mandato de FHC e Lula. A cada exemplo utilizado para fins analíticos, notificamos a fonte (*Veja* ou *Isto é*), bem como a edição e a data de sua publicação para melhor situar os fatos políticos. Por fim, consideramos também necessário contextualizar politicamente os fatos elucidados, uma vez que, sem tal explicação, seria impossível entender a razão de o provérbio ou expressão idiomática estarem ali expostos. Afirmar apenas que o provérbio está construindo ou desfazendo a imagem de um certo referente seria, talvez, bastante evidente; por isto, buscamos esclarecer não apenas que o provérbio flagrado mobilizava positiva ou negativamente uma imagem, e sim por que e como ele assim o fazia nos exemplos selecionados.

1 – O ESTADO DA ARTE DOS PROVÉRBIOS

Como nosso ponto de partida é o provérbio, temos como objetivo precípuo, neste capítulo, focalizar estudos científicos sobre este fenômeno linguístico que tem um estatuto de identidade cultural. Atenção especial neste momento será voltada para aspectos como: definição, historicidade e características, transculturalidade, perspectiva da enunciação proverbial aqui adotada e resultado de pesquisas com diferentes abordagens que circundam o mundo dos provérbios; ou seja, buscamos resgatar raízes que possam definir sua memória social.

Embora não seja nossa pretensão dicionarizar os provérbios, e sim, investigá-lo em seu acontecimento enunciativo recortado nos segundos mandatos dos ex-presidentes Fernando Henrique e Lula, não há como negar que nestas frases compendiadas é possível não só encontrar alento, consolo, diversão sobre as situações humanas, mas também como elas funcionam como mais uma forma de continuar acreditando no ser humano. É evidente que os provérbios revelam um tipo de sabedoria semelhante a vozes antigas, fazendo-se ouvir como burburinhos que ressoam como dizeres atualizados.

Até mesmo os registros bíblicos elevam o valor proverbial², dedicando-lhe um dos livros de seu compêndio. Como a Bíblia Sagrada tem ampla aceitação dos leitores em geral, por traduzir o que Deus designa ao ser humano, a presença dos provérbios na literatura bíblica confere ainda maior prestígio e autoridade a tais dizeres. Salomão, terceiro rei de Israel, bem no início do seu reinado, orou pedindo sabedoria. Após de ter sido atendido por Deus, passou a escrever os *Provérbios de Salomão*, conforme consta registro no livro de I Reis, capítulo 3, do versículo 5 ao 14. Os provérbios bíblicos expressam um princípio ou uma observação em torno do comportamento humano do ponto de vista de Deus. Estes provérbios foram escritos para ensinar o povo de Deus, especialmente os jovens, como viver uma vida

² A palavra “proverbial”, segundo o Houaiss, traz os seguintes significados: que se assemelha pela forma a um provérbio; ou que é citado como modelo ou tipo. Para que não haja dúvidas quanto ao sentido utilizado neste trabalho, deixamos claro que, em todo o corpo desta pesquisa, a palavra “proverbial” trará consigo apenas o significado daquilo que se assemelha a um provérbio.

agradável, feliz e próspera e como evitar as tragédias do pecado. Ou seja, nos escritos de Salomão, busca-se a sabedoria através dos provérbios; e obter essa sabedoria significa estabelecer um relacionamento correto com Deus, entesourando a Palavra de Deus na mente, para assim viver de modo sábio e justo.

Normalmente, os provérbios também revelam o caráter fugaz que possui a fala e a natureza social da língua. Eles possuem uma importância singular por serem uma expressão racional que busca instruir, coreografar ou divertir a fim de retratar o mundo e o homem. Por estas razões, eles mantêm sua vivacidade mesmo no limiar do novo milênio, e em diversos lugares do mundo, como por exemplo, os esquimós e suahilis que não fogem a esta cultura milenar. Os provérbios são, pois, uma herança, já que eles são normalmente adaptáveis a qualquer cultura e geração.

1.1 - O que define o provérbio ?

Conceituar o provérbio é tarefa imprescindível neste trabalho e ao mesmo tempo complexa, visto que muitas outras nomenclaturas são equiparadas a ele usualmente por diversos falantes em termos semânticos, como: fraseologia, máximas, expressão idiomática etc. Na prática, a distinção entre esses termos nem sempre é fácil, mas em termos teóricos é possível constatar algumas diferenças. Pesquisamos alguns paremiologistas e demais estudiosos de provérbios como: Lacerda (2004), Pinto (2003) Gréssillon & Maingueneau, 1994, (apud Santos, 2007), Xatara (1994), Vellasco (2000), Russomano (1938) Obelkevich (1997) Sabino (2010). Nestes autores, várias foram as definições propostas, de modo que seria difícil agregar os diferentes conceitos. Nas palavras de Vellasco, (1996b) destacamos que:

Uma definição única e genérica que proporcione a identificação do provérbio foi-me inviabilizada, como o tem sido aos que dedicaram ou vêm dedicando parte das vidas a estudar os provérbios, essa forma concisa portadora da experiência milenar dos povos. A meu ver, isso decorre do fato de que não se pode trazer todos os vários tipos de provérbios para uma só categoria: um provérbio não reúne todas as características atribuídas aos provérbios como um todo. Há que ser feita uma taxonomia dos provérbios no sentido de selecioná-los em categorias e descrevê-lo não apenas em suas características formais, mas também pelos seus padrões de uso.

Concordamos com o posicionamento de Vellasco, quando afirma ser impossível sistematizar o provérbio em uma definição apenas, pelas razões por ela apresentadas. Contudo, julgamos necessário, mesmo em linhas gerais, assumirmos um conceito, para que nossa busca pelas expressões proverbiais tenha clareza de limite e direção. Por isso, baseamo-nos na ideia geral que comumente se entende por provérbio: uma locução ou expressão considerada de uso comum, ou seja, uma sentença de sentido completo, independente quanto à autoria, que exprime, de modo metafórico, um pensamento, um conselho, uma exortação, conferindo sempre um tom de autoridade, conforme nos aponta Lacerda (2004). Este entendimento assemelha-se à definição que o próprio dicionário Houaiss traz. Enfatizamos, pois, que nosso interesse recai no provérbio que acontece enunciativamente, isto é, como se trata de um dizer que reflete os valores de uma cultura, e como estes refletem as mudanças do tempo, é compreensível, pois, que a ressignificação dos provérbios, para fins de diversão, subversão e demais tipos de desvios, acompanhe tais mudanças. No nosso entender, identificar um provérbio é tarefa que não depende da captação das características do provérbio em si, e sim da experiência do ouvinte, conclusão a que Vellasco (2001) chegou em suas pesquisas sobre provérbios.

Não poderíamos deixar de trazer aqui as definições reveladas nos dicionários, uma vez que representam fontes que suprem de imediato, na maioria das vezes, a lacuna da significação. O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001) define provérbio como uma frase curta, geralmente de origem popular, frequentemente com rima e ritmo, rica em imagens, sintetizando um conceito a respeito da realidade, uma regra social ou uma norma moral. No Aurélio, provérbio vem do latim *proverbiu* e é definido como uma máxima ou sentença de caráter prático e popular, comum a todo um grupo social, expressa em forma sucinta e geralmente rica em imagens.

Segundo Lacerda *et al* (2004), até os séculos XVII e XVIII, o termo “provérbios” designava qualquer locução ou expressão considerada de uso comum. Assim sendo, até aquela época incluía-se sob o rótulo de provérbio o que, a partir do século XIX, se passou a distinguir como adágio, aforismo,

anexim, apotegma, ditado, frase feita, gnoma, máxima, pensamento, refrão, rifão, sentença. No uso cotidiano, normalmente esses nomes são utilizados sob o mesmo rótulo, contudo este autor expõe que, na prática, a distinção entre esses termos pode ser feita da seguinte forma:

- adágio (lat. Adagium) adágio, onis, do v. defectivo aio, “afirmar, dizer”, derivado de ag-yô, a despeito de Festo, gramático latino do século II d. C., tê-lo tirado de ad agendum, o que induz a agir) é um dito sentencioso, de característica mais popular que o provérbio;
- aforismo expressão de forma concisa, é uma sentença que enuncia uma regra, uma verdade ou um preceito;
- anexim (ar. Na-nashid, coplas recitadas) é sinônimo de adágio;
- apotegma (enunciar uma sentença, falar com concisão) é um dito breve e incisivo, semelhante ao aforismo; é também uma frase memorável de uma personagem ilustre;
- ditado (lat. Dictatum, i, depreendido do pluralia tantum dictata, orum, forma substantivada do part. passado do verbo dictare, dizer repetindo, ditar, prescrever, recomendar, aconselhar) é sinônimo de adágio ou rifão;
- gnome ou gnoma (pensamento ou projeto, desígnio, máxima, moral) é uma sentença de intenção moral ou doutrinal;
- máxima (lat. Med. Máxima sententia, literalmente a maior sentença) é uma sentença expressa com nobreza e que encerra uma reflexão moral ou uma regra de conduta; em outras palavras, é um provérbio de cunho erudito;
- refrão e sua forma dissimilada rifão são vocábulos tomados ao espanhol refrán, oriundo do provençal antigo refranh, estribilho; designam sobretudo, provérbios de origem popular, geralmente rimados e de tom por vezes jocoso.

É válido trazer também os resultados das pesquisas de Sabino (2010) quanto à distinção entre o que são provérbios e expressões idiomáticas, já que comumente, tal distinção é desconsiderada. A autora traça um paralelo entre esses termos com base nas propostas de Xatara (1994) e Succi (2006), com o

objetivo de destacar as especificidades de tais termos fraseológicos. Xatara (*op cit*), define expressão idiomática como uma lexia complexa indecomponível, conotativa e cristalizada em um idioma pela tradição cultural. Por “indecomponível”, entende-se a impossibilidade de substituição por associação paradigmática, ou seja, pouca variação na forma, sem prejuízo de interpretação. Por “conotativa” diz-se que para uma expressão ser considerada idiomática, é necessário que sua interpretação não seja equacionada com base nas partes, e sim no todo. Quanto ao termo “cristalização”, argumenta que para que uma lexia seja EI (expressão idiomática), é necessário que seu uso seja consagrado pela tradição cultural do grupo linguístico no qual ela foi criada.

A definição de Succi (2006) de provérbios revela-o como uma unidade linguística fraseológica relativamente fixa, consagrada por determinada cultura ou comunidade linguística que recolhe experiências vivenciadas em comum e as formula em enunciados conotativos, sucintos e completos. Esta autora afirma que, para que o provérbio seja considerado como tal, não é necessário possuir todas essas características em um só, posicionamento que dialoga com o de Vellasco (2001), acima exposto, quando assegura que um provérbio não consegue reunir todas as características atribuídas aos provérbios como um todo.

Já as expressões idiomáticas referem-se a situações precisas, constituídas por enunciados incompletos, sendo, portanto, parte integrante do discurso, ou seja, a expressão idiomática caracteriza-se por não representar nenhuma verdade universal, na maioria das vezes, e por ser estruturalmente constituída por enunciados incompletos, isto é, unidades linguísticas complexas que constituem partes de enunciados, ao invés de orações completas e fechadas. Ainda nesta mesma pesquisa, Sabino traz uma outra definição: expressão idiomática proverbial (proposta por ela mesma, não por Succi), que seria uma combinação de todas as características de uma expressão idiomática comum, possuindo intertextualidade com o provérbio.

Para discernir entre esses dois fraseologismos, Sabino (2010) analisou nas expressões idiomáticas os diversos aspectos que Succi propôs para os provérbios, no intuito de identificar os pontos em comum e as diferenças. Foram analisadas vinte categorias: frequência, lexicalização e cristalização, convencionalização/institucionalização, conotação, sinonímia e antonímia,

função de eufemismo, função na mídia, contexto e intertextualidade, humor, criatividade e crença, origem e anonimato, ideologia, tradição, universalidade, cristalização do passado, aspectos estruturais, papel que desempenham, enunciado anônimo, autoridade, polifonia, moral da história.

A partir do paralelo traçado, aspectos como: *freqüência, lexicalização e cristalização, convencionalização, conotação, sinonímia e antonímia, função de eufemismo, função na mídia, contexto e intertextualidade, humor, criatividade e crenças* são comuns a provérbios e a expressões idiomáticas. Por outro lado, o fato de serem ou não enunciados autônomos, encerrar ou não discursos de autoridade, ser ou não discursos polifônicos, e conter ou não moral da história, são requisitos básicos para diferenciar provérbios de expressões idiomáticas.

Para fins ilustrativos, o quadro abaixo, esboçado por Sabino 2010, procura mostrar a diferença entre provérbios e expressões idiomáticas:

Quadro 1:

	Provérbios (P), Variantes Proverbiais (VP) e Expressões Idiomáticas Proverbiais (EIP) com exemplos (EEIP) – Significado das Siglas
P. 1	Não se pode agradar a gregos e troianos
VP	É difícil (não se consegue) agradar a gregos e troianos
EIP	Agradar a gregos e troianos
EEIP	O governo consegue agradar a gregos e troianos
P 2	A cavalo dado não se olham os dentes
VP	A cavalo dado não se olha o dente
EIP	Ser cavalo dado
EEIP	Não torça o nariz, que é cavalo dado
P 3	Não adianta chorar pelo leite derramado
VP	Não adianta chorar o leite (sobre o leite) derramado
EIP	Chorar pelo leite derramado
EEIP	O presidente vive chorando pelo leite derramado
P 4	Não dê o passo maior que a perna
VP	Nunca dê (não se pode dar) o passo maior que a perna
EIP	Dar o passo maior que a perna

EEIP	Luís não se controla. Sempre dá o passo maior que a perna.
P 5	Para quem não sabe ler, um pingo é letra.
VP	Para um bom entendedor, um pingo é letra.
EIP	Ser um pingo, letra.
EEIP	Carlos é muito inteligente. Para ele, um pingo é letra.
P 6	Daí a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus
VP	A César, o que é de César
EIP	Dar a César o que é de César
EEIP	A nova diretoria resolveu dar a César o que é de César
P 7	Para um bom entendedor, meia palavra (basta)
VP	A bom entendedor, meia palavra (basta)
EIP	Bastar meia palavra
EEIP	Para mim, meia palavra basta, ou até mesmo um olhar
P 8	Chumbo trocado não dói
VP	Chumbo trocado não machuca
EIP	Ser chumbo trocado
EEIP	Homem mal humorado, nenhuma mulher merece. A não ser que ela também seja. Aí, o chumbo é trocado.
P 9	Quem brinca com fogo, se queima.
VP	Quem brinca com fogo, pode se queimar, acaba se queimando.
EIP	Brincar com fogo
EEIP	Congresso brinca com fogo ai adiar a votação do Projeto Ficha Limpa
P 10	Galinha velha faz boa canja
VP	Galinha velha dá bom caldo (faz boa sopa, boa cozinha)
EIP	Ser galinha velha
EEIP	Aconteceu com muita gente, inclusive comigo, que sou galinha velha no uso das novas tecnologias
P 11	Quando a esmola é demais, o santo desconfia
VP	Quando a esmola é demais, o pobre desconfia
EIP	Ser (achar, parecer) uma esmola muito grande
EEIP	Um carro zero? Achei a esmola muito grande, por isso vim aqui saber.
P 12	Um dia da caça, outro do caçador
VP	Um dia é da caça, outro do caçador.

EIP	Ser o dia da caça, ser o dia do caçador
EEIP	Hoje foi o dia da caça para a família americana que saiu para acampar e voltou com um javali de meia tonelada na bagagem.
P 13	Não se pode acender uma vela a Deus e outra ao diabo
VP	Não se acende uma vela a Deus e outra ao diabo
EIP	Acender uma vela a Deus e outra ao diabo
EEIP	Ele é falso. Para garantir, sempre acende uma vela a Deus e outra ao diabo.
P 14	Não se cospe no prato em que se come (se comeu)
VP	Não se deve cuspir no prato em que se come. Cuspir no prato em que (se) come
EEIP	Tem gente que cospe no prato em que se come

O objetivo precípua desta autora foi elaborar definições distintivas entre provérbios e expressões idiomáticas proverbiais. Ela conclui que, apesar de as EIP terem características de expressões idiomáticas quaisquer, elas preservam a mesma relação metafórica presente no provérbio com o qual dialoga.

Linguistas, lexicógrafos e dicionaristas experientes confundem também as especificidades dos termos, já que um fraseologismo pode também se materializar em um provérbio ou expressão idiomática.

Em nossas análises, observaremos o provérbio em seus usos, ou seja, em suas diversas formas de manifestação que no nosso olhar acontecem enunciativamente. Isto quer dizer não nos ocuparemos de sua forma fixa, cristalizada e em estado de dicionário, mas focaremos atenção nos provérbios e expressões idiomáticas atualizados no interior de um acontecimento enunciativo, no sentido de que ele excede a sua estrutura, e está sujeito a formas parafraseadas, misturando o coletivo ao individual. Reconhecemos que as expressões idiomáticas assim como os ditos proverbiais são expressões metaforizadas, formulaicas que exigem conhecimento prévio e contam com a colaboração do coenunciador para que este ative processos inferenciais e intertextuais para sua compreensão e persuasão. Acreditamos que, assim como os provérbios, as expressões idiomáticas também podem trazer uma força argumentativa construindo ou desconstruindo imagens no discurso,

mesmo que elas se ocupem mais do plano descritivo e expressivo de um enunciado do que veicular uma moral, característica mais peculiar aos provérbios.

Para nós, tanto os provérbios, quanto as expressões idiomáticas proverbiais, ou variantes proverbiais integram o evento enunciativo e interessam-nos em nossa investigação, mesmo reconhecendo as conclusões distintivas do estudo de Sabino (2010). Entendemos que o traçado distintivo acima exposto reafirma o interesse nuclear de nossa pesquisa: que o provérbio “puro”, reestruturado ou modificado penetra os enunciados com expressividade e tom valorativo exatamente para atender a direção argumentativa pretendida pelo locutor, construindo ou desconstruindo a imagem do referente que se pretende mostrar ou até mesmo a do próprio enunciador.

1.2 – Historicidade e características dos dizeres proverbiais

Os provérbios são tidos normalmente como uma locução corrente na linguagem, dotada de características didáticas e de uma forma que reflete um tom mais elevado que o discurso comum. Fazem parte da tradição de quase todas as línguas como estruturas formulaicas caracterizadas por um saber condensado em frases de efeito, congregam atitudes e valores da cultura popular, são acessíveis à maioria dos usuários da língua e considerados de grande importância pelos estudiosos da linguagem. Além disso, os provérbios sempre foram tidos como sinônimos de sabedoria, sendo muitas vezes citados para melhor explicar ou justificar a aplicação de uma ideia, tal como apontam Burke & Porter (1997)

Por se tratar de recursos linguísticos estudados desde a Antiguidade Clássica, vários foram os autores que estudaram e utilizaram provérbios, adágios, frases feitas, máximas e sentenças em seus textos. Aristóteles, Demócrito, Sófocles, Catão, Cícero, Publílio Siro, dentre outros escritores, lançam mão de expressões fraseológicas, que refletem um posicionamento do homem dessas épocas perante o mundo em que estava inserido. Esse mundo era vivenciado conforme os valores culturais e éticos herdados de seus antepassados e incorporados à galeria de exemplos, cuja humanidade optaria

por segui-los ou refutá-los. O que define os provérbios não é apenas o que é dito em si, mas sua função externa que é, normalmente, moral e didática. Geralmente as pessoas utilizam-nos como se estivessem diante de uma Lei irrevogável.

Lacerda et al (2004) destaca algumas características dos provérbios, dentre elas, a transmissão oral, e é natural que na oralidade, diversas variantes apareçam, já que os provérbios se utilizam de recursos destinados a ajudar a memorização. Beneficiam-se de processos retóricos, podendo ter uma estrutura métrica (*onde força há, direito se perde*), ou no mínimo rítmica, com rima (*muito riso, pouco siso; não há atalho sem trabalho; o prometido é devido*) ou assonância (*do prato à boca, se perde a sopa; Deus consente, mas nem sempre*). Não são raras as aliteraões (*filho de peixe, peixinho é; cordeiro manso mama sua mãe e a alheia*); repetições (*do nada, nada se faz*); expressões hiperbólicas (*quem a fama tem perdida, morto anda nesta vida*), elípticas (*parentes, serpentes*), enigmáticas (*março, marçagão, de manhã, flocinho de cão e de tarde sol de verão*), arcaicas ou de sabor arcaizante (*a pássaro dormente tarde entra o cervo no ventre*). Enfim, como o caráter proverbial é eminentemente popular, eis a razão pela qual a sintaxe é violentada por vezes (*amor e reino não quer parceiro*).

Holbeck (1970) também aponta que uma das características mais proeminentes evidenciadas no uso do provérbio é a lacuna de uma aplicação concreta, visto que o provérbio perde seu efeito quando o falante tem que dar explicações.

Quando se trata das temáticas proverbiais, muitos são os assuntos que gravitam esta esfera. Interessante perceber que a utilização de características dos animais sendo análogas às dos homens em alguns provérbios: em rio com piranha, jacaré nada de costas, não jogar pérolas aos porcos, cutucar a onça com vara curta, etc.

Em uma de suas pesquisas sobre provérbios, Pinto (2003) constatou que muitos são óbvios, outros se contradizem, e outros são machistas, racistas ou politicamente incorretos. Em geral, tematizam sobre política (*raposa na governança, não há frango em segurança*), mercado (*coisa rara, coisa cara*), culinária (*salada bem salgada, pouco vinagre, bem azeitada*). Alguns têm um sentido eminentemente prático, como os provérbios agrícolas, oriundos de

Portugal e que não podem se situar no nosso país, por ser tropical (neve de fevereiro, presságio de mau celeiro). Há os que abordam a esperança (o coração nunca envelhece, um sorriso e ele esquece), valentia (em casa de caboclo velho, quem não come surucucu, não almoça), o amor (o amor é como a lua, quando não cresce, minguia), o futuro (quem viver verá a volta que o mundo dá). Há assuntos que, por se tratar de temáticas tão recorrentes na vida secular, ocupam maior parte dos provérbios, como dinheiro, amizade, Deus, força, fraqueza, conselhos, juventude, velhice; em todos os ângulos da esfera de atividade humana, há sempre um dizer proverbial, com efeito lúdico ou moralizante, normalmente que se utiliza de recursos destinados a auxiliar na memorização, através de estrutura rítmica, com rimas e, ou, expressões hiperbólicas.

A origem dos provérbios é fruto de bastantes questionamentos quanto a sua real célula embrionária. Segundo Lacerda et al (2004), essa origem perde-se na noite dos tempos, ou seja, possui criação anônima, sendo registrados, pois, por diversos povos da Antiguidade. Os autores mostram que há provérbios egípcios datados antes de 2.500 a.C., servindo como um manual revelador de preceitos morais e transmissor de ideias filosóficas. Os hebreus, através da bíblia, e os gregos, em suas obras, deram-lhes um viés literário, fortalecendo-lhes a forma. A poesia épica contribuiu para consolidar e divulgar os provérbios, exemplo disto pode ser dado com Homero, cujas máximas em sua obra se tornaram bastante populares. A Grécia antiga, os latinos e seus discípulos, e o Antigo Testamento são considerados três fontes geradoras e divulgadoras dos provérbios na Antiguidade pelos citados autores. Uma série de provérbios provém do próprio S. Tomás de Aquino (1225-1274), cujos escritos já faziam parte do que hoje denomina-se lugar comum, como por exemplo: *uma andorinha só não faz verão, quem diz a verdade, perde as amizades* etc.

Pelo exposto, vê-se que o anonimato dos provérbios, assim como seus aspectos cultural e tradicional lhes são traços peculiares. Mota (1974) e Rocha (1995) reconhecem a dificuldade de estudos que registrem com exatidão o surgimento dos provérbios. No entanto, em Obelkevich (1997), podemos encontrar marcos históricos que serviram como pano de fundo para a explicação e consolidação dos ditos proverbiais. Como exemplos citados pelo

autor, destacamos o Capitalismo, com a supremacia do capital, no século XVIII, reverberava em provérbios (Tempo é dinheiro). Desde o século XVI, na Inglaterra, os provérbios tinham lugar de primazia na elite letrada.

Já o Iluminismo, com base na inspiração sobrenatural, na tentativa de libertar-se do passado, começou a ver estereotipia nos provérbios, considerando-os limitados ao “falar do povo” e banindo-os da cultura letrada, já que novas exigências com relação ao comportamento social haviam sido postas. Sobre este fato, Obelkevich (1997, p. 58):

Os provérbios e seus significados possuem uma história, mesmo se elusiva ou de andamento lento. Em comparação, a história de seus usuários é um caso mais surpreendente. Ela possui um clímax – o abandono dos provérbios pelas classes educadas – e um resultado no qual os provérbios se tornaram uma fonte de divisão e conflito, o local de uma luta pelo significado.

Até os dias atuais, mesmo sendo utilizado como um recurso retórico de autoridade, para muitos cânones da linguagem, o provérbio é marginalizado, uma vez que ele vincula-se à representação materializada numa voz coletiva. É evidente a tendência atual de se ressignificar os ditos proverbiais, com formas parafraseadas que seguem o mesmo rumo argumentativo, que se assemelham na forma, na estrutura e filiam-se a julgamentos do senso comum. Tal ressignificação procura sempre dar um tom de verdade, amalgamando o “dizer de todos” à posição que o locutor pretende assumir. É perceptível também que o locutor, muitas vezes, ao utilizar os provérbios, busca identificar-se numa representação coletiva, ora afastando-se deste dizer, atribuindo-lhe toda a responsabilidade, ora procurando se integrar a este lugar, ao introduzir expressões do tipo: *já diz a sabedoria popular, o provérbio diz que, como diz o povo*; ou seja, incorpora para si o dito popular, mas simultaneamente se isenta deste dizer, é o EU pressuposto e o Eu projetado no discurso. É nesta perspectiva, da enunciação, que assentamos nossas análises e sobre a qual discorreremos de forma específica mais adiante.

1.3– A transculturalidade do provérbio

O provérbio é fruto dos valores de uma cultura e do tempo, algo que não se adquire nos bancos escolares, mas nas circunstâncias cotidianas transmitidas de pessoa a pessoa, de geração a geração e que reflete sentimentos baseados nas situações que a própria vida apresenta. Em função desse traço cultural que é inerente ao provérbio, lançamos um olhar sobre peculiaridades dos dizeres proverbiais em alguns países.

Indiscutivelmente, o provérbio ecoa vozes do seu local e seu tempo. Exemplo disso, é que os ditados portugueses são, na sua globalidade, muito conformistas e resignados (“quem tudo quer, tudo perde”). Já os provérbios e ditados espanhóis parecem ser mais empreendedores e orgulhosos (“mais vale ser a cauda do leão do que o nariz do rato”). É importante ressaltar que, embora os provérbios transcendam as fronteiras formulando verdades ou até mesmo preconceitos, há aqueles que são estritamente regionais, veiculando sentidos apenas em seu local de origem. Exemplo disto são os dizeres comuns no Brasil que revelam estereótipos quanto aos respectivos Estados, como *Baiano burro nasce morto*, ou, *Deus é brasileiro*. Possuem uma economia sintática, uma vez que penetram no discurso em forma canônica, cristalizada, fixa, congelada, petrificada, como uma sentença independente e de sentido completo em si mesmo, integrando-se ao contexto, conforme assinalaram Arnaud & Moon (1993, *apud* Vellasco 2001)

Fernandes & Gomes (2010) analisaram o contexto em que refrões, ditos e provérbios paraguaios são usados, ou seja, em quais situações, em que ambientes, com quais pessoas e em que circunstâncias aparecem. Os estudiosos captaram algumas especificidades no sistema de comunicação oral dos paraguaios, mais precisamente quanto ao *Ne’enga* – dito sentencioso que representa a sabedoria popular e que serve para dirigir a conduta dos indivíduos dentro da sociedade. A figura da mulher paraguaia é lembrada através do *ñe’enga*, de forma similar a alguns provérbios brasileiros, atribuindo valores dúbios e lugar social marginalizado, por exemplo: *Não confie em freio de carro nem em carinho de mulher; A mulher nasce sorrindo, vive fingindo e morre mentindo, cachorro que manca e mulher que chora, não se devem confiar*. A supremacia masculina é fortemente marcada. O uso do termo “kuña’í” (mulherzinha) serve para caracterizar defeitos e debilidades. Já o termo “há’ete kuimba’é” (parece até homem) exprime admiração.

Lacaz-Ruiz observou em seus estudos que os ditados e sentenças do Ocidente Medieval e da tradição árabe (amthal) são totalmente distintos dos sentenciários contemporâneos, veiculados por livros folhinha, livros-agenda e demais pílulas de otimismo, reflexão em gotas etc. Sentenças de hoje, sentenças dos antigos. Há, porém, uma decisiva diferença entre nosso pensamento minimalista e a sabedoria dos antigos: nós estamos voltados somente para o interessante; eles, para a verdade das coisas (LAUAND, 1994) Ruiz destaca uma peculiaridade nos provérbios chineses, baseado em HORTA, (1997); eles são compostos de quatro ideogramas e trata-se de um máximo de informações em um mínimo de espaço. Estes provérbios são tidos como tesouros por tornar mais claras outras faces da vida. Alguns exemplos são trazidos pelo autor:

1. *Chi Ren Shuo Meng (Idiota Pessoa Falar Sonho)* -

Usado quando alguém diz algo absurdo.

2. *Yu Su Bu Da (Desejo Velocidade Não Sucesso)* -

Semelhante ao provérbio ocidental: "A pressa é inimiga da perfeição".

3. *Hua Er Bu Shi (Flor Mas Não Fruto)* -

Para pessoas que têm uma aparência, mas não conteúdo.

4. *Fu Shui Nan Shou (Derramar Água Difícil Coletar)* -

No Ocidente poderia ser traduzido por: "Não adianta chorar o leite derramado".

Em todas as partes do mundo, os provérbios são ricas fontes de observação acerca dos poderes, da beleza e dos perigos humanos. A compreensão e concisão que os caracterizam são auxiliadas pelos recursos estilísticos de que se utilizam, tais quais: metáforas, comparações e hipérboles. Estes componentes estilísticos fazem do provérbio uma forma muito importante para a literatura oral africana, visto que seu modelo e suas técnicas são muitas vezes aproveitados em formas mais elaboradas e extensas. Nos estudos de Lopes, os provérbios moçambicanos fazem alusão frequente a fenômenos naturais e à vida animal (*Se vires um crocodilo chegar, nunca lhe estendas o lenço; A força do crocodilo é a água*). Até mesmo as narrativas do escritor

moçambicano Mia Couto exploram largamente o modelo do provérbio nas passagens de caráter reflexivo. O aspecto moralista do provérbio moçambicano frequentemente tem servido para aplicar-se à jurisprudência. Nas palavras de Ong (1993, *apud* Lopes), com frequência recorre-se a um juiz de uma cultura oral para que ele repita provérbios pertinentes a partir dos quais se podem deduzir decisões justas para os casos de litígio formal que lhe são submetidos.

A antropóloga Chie Hirose revela algumas singularidades em seus estudos sobre provérbios japoneses. Segundo ela, é específico da cultura nipônica o refinado senso de observação da natureza, oferecendo um bom termo de comparação neste campo, tanto no que diz respeito às coincidências, quanto às divergências. Por exemplo, para expressar ações não só inúteis, mas que revelam o que se pretende combater, o japonês evoca o sapo: *Água na cara do sapo*. Esta metáfora do esforço inútil, deve-se ao fato de o sapo, por já viver na água, não ser afetado caso lhe jogue água. Este animal possui bastante popularidade no arquipélago japonês, visto que seu coaxar anuncia o verão. Assim como o sapo, o cão e o gato também integram a simbologia da cultura japonesa nos dizeres proverbiais. Em dada interpretação, o cachorro remete à figura do plebeu; o gato, da aristocracia. Para representar duas pessoas que não se dão bem, usam-se cão e macaco; e diferentemente do cão, o gato tem a representatividade daquele que não tem solicitude com o próximo, como também aquele que tem sensibilidade e que se comporta de modo diferente em ambiente novo.

Foi possível observar que as palavras são potencializadas quando se encaixam em determinadas realidades. E quanto aos provérbios, fortalece a ideia de sua universalidade e perenidade por serem aplicáveis ao cotidiano, por simplificar a vida e por registrar a realidade das mais diversas formas.

1.4 – Sobre a enunciação proverbial

Como temos ressaltado em vários momentos do presente trabalho, nosso interesse investigativo, ou seja, o evento enunciativo do provérbio, consideramos necessário discorrer mais especificamente sobre os

fundamentos da enunciação e, sobretudo, acerca desta nomenclatura derivada, *enunciação proverbial*, amparada nos estudos de Santos (2007).

Enfatizamos inicialmente as considerações sobre enunciação em Benveniste (1966). Para este linguista, a enunciação coloca em funcionamento a língua por um ato individual de utilização, por parte de um locutor que mobiliza a língua por sua conta: é o ato de produzir um enunciado. A enunciação se caracteriza pela realização vocal da língua, supõe a conversão individual da língua em discurso (a semantização da língua) e apresenta caracteres formais próprios a partir da manifestação individual que ela atualiza. Ainda destaca que a enunciação oferece condições necessárias para funções sintáticas relativas à interrogação, intimação e à asserção. Destacamos, pois, que Benveniste (1966, p.87) considera a forma proverbial como um dizer sem enunciação:

Na disputa verbal praticada por diferentes povos e da qual uma verdade típica é o *hain-teny* dos Merinas, não se trata na verdade nem de diálogo, nem de enunciação. Nenhum dos dois parceiros se enuncia: tudo consiste em provérbios citados e em provérbios opostos citados em réplica.

Acreditamos, no entanto, que a forma proverbial, quando distante de sua forma “dicionarizada”, adquire forma e sentido no evento enunciativo no qual foi inserido pelo locutor com a intenção de reforçar o dito. É este evento enunciativo peculiar que passa quase despercebido: a Enunciação Proverbial. São as considerações de Santos (2007) a este respeito que assumimos e trazemos aqui. Segundo a pesquisadora, Ducrot (1988, p 19 *apud* Santos, 2007, p 42) , assim como Benveniste, concebe os provérbios como enunciados impessoais, ou seja, sem locutor:

Es posible fabricar enunciados que no tienen L, mientras que salvo um milagro um enunciado siempre tiene um SE. Benveniste decía que estos enunciados llamados a veces impersonales, tienen que ver con la historia, en oposicion a enunciados donde está marcado el locutor y que pertenecen al discurso. Por ejemplo **un proverbio es esencialmente un enunciado sin Locutor**. Cuando hablamos con proverbios, es precisamente para favorecer la interpretación según la

cual el responsable de lo que decimos sería completamente ajeno a la situación de discurso en la que nos encontramos.³ (grifo nosso)

Ducrot alega que o enunciado proverbial não possui Locutor pelo fato de, ao utilizar os provérbios em nossas falas, temos a impressão de que aquele ser que seria responsável por este dizer está indiferente, ou seja, seria uma simulação de neutralidade, o que remete a um funcionamento enunciativo. Santos (2007) ainda acrescenta que a Enunciação Proverbial é típica desse tipo de funcionamento, em cujo acontecimento enunciativo flagramos o cruzamento de uma memória e uma atualidade, ou seja, o antigo e o atual. Esta pesquisadora entende que pode até haver enunciados sem Locutor, quando estes estão em sua forma cristalizada. Não seria o caso da enunciação proverbial, já que esta nunca poderia vir caracterizada sem a presença do Locutor, porque o funcionamento enunciativo preenche essa função. Por exemplo, em uma enunciação, quando o sujeito incorpora o dizer proverbial em seu discurso, obviamente dialoga com outros discursos e seus enunciadores, isto é, o sentido vai sendo construído a partir das vozes institucionais ou não, individuais ou coletivas que imputam um locutor ao novo texto.

As reflexões de Guimarães (1987) são notificadas por Santos acerca do locutor e do enunciador. Ela afirma que, para Guimarães, o locutor é aquele que se representa com *eu* na enunciação, apresentando-se como responsável pela enunciação em que ocorre o enunciado. O locutor é marcado no discurso pelas formas do paradigma do *eu*, e o enunciador é a posição do sujeito que estabelece a perspectiva da enunciação. Este autor exemplifica o seguinte: se no meio de uma conversa, alguém diz “*água mole em pedra dura, tanto bate até que fura*”, esta enunciação representa um L que fala da perspectiva do senso comum, e que, inclusive, mobiliza esta perspectiva como argumento para o que diz. Assim L, neste caso, fala de uma perspectiva genérica, com enunciador genérico.

³ (Tradução nossa) É possível criar enunciados que não tenham Locutor, mas salvo um milagre um enunciado sempre tem um SE. Benveniste dizia que estes enunciados, chamados às vezes, impessoais tem q ver com a história em oposição a enunciados que estão marcados o locutor que pertence ao discurso. Por exemplo, um provérbio é um enunciado sem locutor. Quando falamos com provérbios, é precisamente para favorecer a interpretação, segundo a qual o responsável pelo que dizemos seria completamente alheio à situação de discurso em que nos encontramos.

Pelo exposto, conclui Santos que Guimarães, diferentemente de Ducrot e Benveniste, não exclui o enunciado proverbial do funcionamento enunciativo, nem dialógico, tampouco exclui o Locutor. Nas palavras da autora, ele ainda esclarece a diferença do seu objeto de análise com relação ao de Ducrot. Esta diferença considera que o falante não é uma figura empírica, mas uma figura política, constituída pelos espaços da enunciação e incluída entre as figuras da enunciação, embora concorde que com o posicionamento de Ducrot, o falante é conceituado como uma figura física, fisiológica e psíquica, não se trata, pois, de um personagem da enunciação. Para Guimarães (1987), a enunciação constitui historicamente as regularidades da língua que estão sempre abertas ao efeito do episódio enunciativo. O evento enunciativo varia de forma a forma, é o lugar da mudança. Baseamo-nos para desenvolver nosso trabalho na visão de *Enunciação Proverbial* de Santos (2007, p.46), pois, segundo ela:

Trata-se do funcionamento enunciativo que se constitui a partir da citação, referência, paródia, paráfrase... das formas proverbiais cristalizadas, inseridas num dizer que pode ser atribuído a um Locutor, mesmo que se possam destacar os efeitos de anonimato, neutralidade, verdade, atemporalidade e impessoalidade. A cada referência, a cada citação, a cada paráfrase, ou a cada paródia dessas formas proverbiais cristalizadas, no funcionamento enunciativo, percebemos o deslocamento de um lugar de estaticidade para um espaço de movimento, de mudança: movimento e mudança de sentidos e sujeitos.

O que Santos (op cit.) entende por *Enunciação Proverbial* é exatamente este espaço especial, no qual se observam as nuances do dizer proverbial, a quebra desta forma comumente cristalizada, ou seja, o lugar de rompimento com o já construído e convencionalizado; em suma, o espaço da mudança. Como o provérbio reflete valores e costumes sociais, e estes são suscetíveis a mudanças temporais, é de se supor que tanto haja desvios de formas proverbiais, quanto encaixes de um provérbio em outro, direcionando para diversos fins pretendidos pelo falante. A este respeito, a pesquisadora cita Grésillon & Maingueneau, 1984, os quais introduzem uma reflexão acerca do que chamam “desvios de provérbios”. Em função do seu caráter de autoridade é comum que o provérbio sirva de modelo para os que querem autorizar seus enunciados, ou diferentemente, sirva como modelo a não ser seguido, como forma para desautorizar algumas verdades estabelecidas.

Velasco (2000) também observou este fenômeno da “moldura proverbial” e o denominou de pseudoprovérbio. Na visão desta pesquisadora, quando um certo enunciado é moldado em uma das formas proverbiais, pode ocorrer um falso reconhecimento. Todavia, caso um falante cite um pseudoprovérbio como “*A vida é como a cebola, se descasca chorando*”, se tal citação funcionar como provérbio no contexto interacional, não é importante se se trata ou não de um falso provérbio. A forma padrão do provérbio normalmente é associada, já que certas famílias de provérbio se proliferam e, com base nesse processo cognitivo, outras formas derivadas surgem e tornam-se aceitas pelos ouvintes que criam novos adágios a partir dos existentes, ou até reformulam-nos. A metáfora é, pois, um desses maiores indicadores de proverbialidade.

Flores (2008) também aponta Oswald Ducrot e Jacqueline Authier Revuz como estudiosos que podem ser entendidos como teóricos da enunciação, situando-os na análise do discurso. Para Ducrot, a enunciação é um acontecimento histórico que se constitui na aparição de um enunciado e, com essa base, seus estudos são sobre a não unicidade do sujeito falante. O “eu” do discurso em Ducrot é construído sob três instâncias: o *sujeito-falante*, aquele que fala; o *locutor*, o responsável pela fala; e o *enunciador*, o que ocupa a posição de fala. Considerando o enunciado como realidade concreta, este linguista ressalta a *polifonia*, que se trata da aparição de outras vozes, no nível lingüístico, imbricadas à voz do “eu” da fala; e a *argumentação*, o direcionamento de como um dado enunciado deve ser interpretado numa dada situação.

Authier-Revuz (*apud* Santos, 2007) incrementa o dialogismo bakhtiniano. Nos pressupostos de Bakhtin (1992), a palavra procede de alguém e se dirige para alguém; ela se orienta em função do interlocutor, ou seja, a palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. Revuz (Op. Cit.) nega a ideia de uma linguagem transparente, ao afirmar que a significação não está atrelada ao dizer, ou seja, a linguagem é opaca e o sujeito do dizer é sempre um sujeito heterogêneo, dividido, constituído pelo social, pelo discurso do outro e pelas numerosas formas de exterioridade. Para ela, a linguagem é constitutivamente heterogênea e ratifica que o *eu* se constitui inevitavelmente pela relação com o *não-eu*, com o outro.

É assim que ela se insere na ênfase que Bakhtin ([1929] 2002) confere ao dialogismo na linguagem, já que, para este autor, a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, e mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. Bakhtin (1979/ 2000) vincula a língua à vida: a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua.

Em Koch (2007), a noção de *détournement* é destacada como termo formulado por Grésillon e Maingueneau (1984) que consiste em produzir um enunciado que possui as marcas linguísticas de uma enunciação proverbial, mas que não pertence ao estoque dos provérbios reconhecidos. Eles preconizam a existência de um *détournement* de tipo *lúdico*, simples jogos com a sonoridade das palavras, como aqueles que as pessoas gostam de inventar, que não estejam a serviço de uma manobra política ou ideológica. Há também o tipo *militante*, quando dá autoridade a um enunciado (captação) ou desautoriza-o em nome de interesses de diversas ordens (subversão). O objetivo é, pois, levar o interlocutor a ativar o enunciado original para argumentar a partir dele; ou então, ironizá-lo, ridicularizá-lo, contraditá-lo, adaptá-lo a novas situações ou direcioná-lo para um outro sentido, diferente do original. Estes autores consideram tal distinção como problema de fronteira. Consideramos, contudo, diferentemente destes autores, que qualquer exemplo de *détournement* é “militante” em graus diversos e sob variadas formas, já que ele sempre vislumbra a construção de sentidos novos pelo interlocutor.

Acerca dos estudos dos *desvios dos provérbios* por Grésillon e Maingueneau (1984) ressaltamos, ainda com base em Santos (op cit), duas estratégias que apontam para dois níveis de desvio: o desvio das condições *genéricas* da enunciação proverbial e o desvio de um provérbio *atestado*. As condições genéricas seriam pseudos-provérbios, cujas condições de emprego podem ser captadas ou subvertidas. Uma enunciação em que se configuram condições genéricas bem sucedidas do provérbio reverbera-se numa verdade repetida por todos e alicerça-se como uma evidência coletiva. Já o *provérbio atestado* é o provérbio reconhecido, existente. Normalmente, o desvio já prevê

mudanças no significado, contaminam provérbios consagrados e exploram traços fônicos.

Para fins ilustrativos, elaboramos um quadro similar ao de Santos, a respeito dos desvios de provérbios estudados por Grésillon & Maingueneau:

Quadro 2:

Desvio de Provérbios na Forma Militante	
ESTRATÉGIA DE CAPTAÇÃO	ESTRATÉGIA DE SUBVERSÃO
<u>1º Nível de desvio: condições genéricas</u> Ex.: o slogan do Presidente Lula – <i>“Nunca na história desse país”</i>. A estratégia de captação consiste em captar as condições genéricas de provérbio, como no caso desta frase recorrente do ex-presidente Lula, que se “transformou” em um provérbio.	<u>1º Nível de desvio: condições genéricas</u> Ex.: <i>“Quem vê cara, não vê falsificação”</i>. Este dizer proverbial exemplifica uma subversão das condições genéricas oferecidas pelo provérbio <i>“Quem vê cara não vê coração”</i>, produzindo uma crítica às imitações, já que se trata de uma publicidade dos relógios Citizen.
<u>2º Nível de desvio: provérbio atestado</u> Ex.: o provérbio: <i>“mais vale um passarinho na mão do que dois tucanos”</i>, é captado por <i>“mais vale um passarinho na mão do que dois voando”</i>.	<u>2º Nível de desvio: provérbio atestado</u> Ex.: A seguinte estrutura publicitária de brinquedos: <i>“O que os olhos veem o coração sente”</i> subverte o provérbio <i>“O que os olhos não veem o coração não sente.”</i>

Todas estas noções aqui pontuadas acerca da enunciação proverbial e demais itens que subjazem a este estudo representam a base sobre a qual construímos nosso dispositivo para analisar mais adiante os dados desta pesquisa.

1.5– Algumas pesquisas sobre provérbios

O tema *Provérbio* foi e tem sido marco em estudos investigativos nas diversas áreas: Comunicação Social, Linguística, Antropologia etc. Conhecer e expor alguns destes estudos também integram a tarefa a que nos propomos neste capítulo, que é reconstruir o estado da arte dos provérbios, demonstrando como este elemento de materialização linguística suscita interesses e transforma-se em objeto de pesquisa nas suas diversas peculiaridades.

A presença dos provérbios no discurso publicitário foi nuclear nas pesquisas de Moraes, cujo objetivo foi analisar a constituição dos sentidos dos enunciados proverbiais inseridos em textos publicitários na revista *Veja e Folha de São Paulo*. Ela verificou que os enunciados proverbiais, apesar de serem considerados típicos da oralidade e da cultura popular, são utilizados pela mídia propagandística escrita, cujo alvo é o público letrado, reconhecidamente um público consumidor em potencial. Segundo esta pesquisadora, o sentido dos enunciados proverbiais inseridos nos discursos publicitários não é determinado pelas condições ideológicas postas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas no seio publicitário. Suas análises evidenciam que os provérbios, mesmo apresentando-se em formas parafraseadas, atuam como estratégias discursivas de convencimento, revelando elementos relativos à questão social e histórica.

Dias⁴ também discute a presença de provérbios na propaganda brasileira, justificando que hoje a mídia efetiva a comunicação massiva, cuja estratégia é aproximar a linguagem do público, explorando seus valores e buscando identificar-se com eles. Com relação aos provérbios, reconhecidamente de tradição oral, assinala esta autora, são apropriados para serem empregados pelos meios de comunicação de massa que buscam a utilização de recursos comuns aos grupos a que se dirigem, isto é, valem-se de conhecimentos e valores destes grupos para assim dialogar com eles. Ela cita Luyten, 1988, para quem o desenvolvimento de estudos dos sistemas de comunicação popular tem colocado em pauta a discussão da importância da cultura oral que vem sendo substituída pela mídia televisiva e radiofônica. Lembra também que a educação pós-iluminista ojerizava qualquer aspecto

⁴ Doutoranda em Comunicação Social, autora do artigo: “ Sobre a permanência de adágios e provérbios na propaganda brasileira.

não-erudito, especialmente quando se tratava de leitura. Retomar, portanto, estudos da cultura popular e constatar sua permanência nesta cultura de massa comprovam a relevância de tais estudos para a cultura brasileira.

As pesquisas de Cazelato⁵ apontam para o questionamento do espaço do provérbio na sociedade, o que na visão desta estudiosa da linguagem é um campo privilegiado de manifestação da polifonia enunciativa, de distanciamento de uma metalinguagem, ou seja, a heterogeneidade enunciativa. Para isto, selecionou o *corpus* composto de um meio de comunicação escrito e um oral, considerados como diferentes gêneros textuais, com o objetivo de ilustrar a ocorrência e uso de provérbios originais ou parodiados, e as expressões idiomáticas e expressões metafóricas usadas no programa de televisão. As reportagens do escritor/humorista Jô Soares publicadas na revista VEJA e o programa televisivo também humorístico “Zorra Total” compuseram a escolha do *corpus*. A pesquisadora concluiu que a maior ocorrência de expressões idiomáticas e metafóricas, que permitem variações morfológicas e substituições lexicais para se adaptarem ao contexto sintático, ocorreu no programa Zorra Total, talvez pelo fato de ser um programa de entretenimento que não exige tanta reflexão. No caso dos textos de Jô Soares, como se trata de um trabalho de reflexão sobre e com a linguagem no contexto social, político e econômico como meio de informação de uma época, constatou-se a presença de pré-construídos veiculados nos provérbios, assim como os provérbios parodiados sobre temas atuais como meio de refletir sobre os acontecimentos sociais. Contudo, a argumentatividade, a expressividade e o contexto de enunciação dos provérbios fizeram-se presentes e adaptaram-se às diversas situações discursivas.

Já o trabalho de Vellasco⁶ é fruto de uma pesquisa etnográfica, com fundamentos no instrumental da sociolinguística interacional. Seu objetivo foi verificar, sincronicamente, padrões de uso de provérbios na sociedade brasileira. Alguns modelos de situações conversacionais espontâneas, narradas em vinhetas, em que se encontram provérbios contextualizados representam os procedimentos metodológicos. Ancorou suas bases teóricas na

⁵ Tese de Doutorado intitulada “A interpretação de provérbios parodiados por afásicos e não afásicos” apresentada em 2008 no Instituto de Estudos da Linguagem/ IEL – UNICAMP.

⁶ Artigo publicado em 2000, na revista *Cadernos de Linguagem e Sociedade* por VELLASCO, Ana Maria de Moraes Sarmento.

Pragmática (Grice, 1975; Leech, 1983; Levinson, 1983, 1992; Brown & Levinson, 1978), na *teoria dos atos de fala* (Austin, 1962-1990; Searle, 1969-1975, 1981), no *interacionismo sociológico* (Goffman, 1972a, 1972b, 1974, 1976a, 1976b, 1985; Ribeiro, 1994), na *etnografia da comunicação* (Hymes, 1961, 1971, 1974, 1977; Gumperz e Hymes, 1964, 1972; Hammersley e Atkinson, 1983; Saville-Troike, 1982; Erickson, 1990; Bortoni, 1991; Figueroa, 1994; Schiffrin, 1994 e na *análise da conversação* (Drew & Heritage, 1992; Marcuschi, 1986, 1994a, 1994b, 1995; Koch, 1990, 1993, 1995; Figueroa, 1994, Levinson, 1992; Goodwin & Duranti, 1992). Uma de suas justificativas para o estudo dos provérbios é que eles são contextos de uma língua particular, são unidades de forma e significado que devem ser incluídas na descrição completa de uma língua. Mesmo sendo um estudo de provérbios situado contextualmente, como material autêntico de linguagem falada, sua importância não se restringe à linguística, mas se estende à paremiologia, à sociologia, à antropologia e também ao folclore por retratar algo que concerne à sociedade brasileira. As análises empíricas das situações interacionais demonstraram que os brasileiros, além de utilizarem os provérbios com sentido didático-persuasivo e para o trabalho de preservação de faces, usam-nos como estratégias interacionais para aconselhar, admoestar, angariar apoio, consolar-se, avaliar uma situação, disfarçar seus verdadeiros sentimentos, mitigar um tipo de ameaça à face, persuadir, resolver conflitos e tranquilizar o interlocutor.

Com a recuperação das perspectivas adotadas nestas pesquisas, buscamos reiterar a importância que ocupa a temática em voga neste trabalho, sobretudo acentuar ainda mais o que temos afirmado: que o uso do provérbio reflete valores e relações sociais, traduzindo, com mais força simbólica, determinadas situações discursivizadas.

2 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 - A Referenciação

O recorte teórico da referenciação pode subsidiar nossa pesquisa, a partir da discussão que intenta mostrar como esta categoria pode revelar um ponto de vista ideológico do locutor em relação ao seu referente, pelo fato de construir objetos de discursos, ou seja, entidades negociadas no texto entre produtor e leitor.

A teoria da referenciação baseia-se em certa concepção de linguagem. Marcuschi (2000) distingue, na tradição dos estudos semântico-discursivos, duas tendências direcionadas ao tratamento da referenciação. A primeira se pauta numa concepção de linguagem referencialista, baseada na visão instrumentalista da linguagem e ancorada nas teorias vericondicionais. A segunda vincula-se à noção de linguagem como atividade sociocognitiva, cuja interação, cultura, experiência e demais aspectos situacionais interferem na determinação referencial. Na primeira visão, os referentes seriam os objetos do mundo e a atividade de referir um processo de designação extensional. Já na segunda teoria, que concebe a língua como atividade e o texto como evento em que convergem ações de natureza linguística, social e cognitiva, conforme Beaugrande (1997 *apud* Marcuschi 2000), não se admite que os referentes sejam objetos reais do mundo, mas objetos de discurso. E é nesta perspectiva de língua como atividade heterogênea, que ultrapassa os limites da frase, e não como espelho da realidade, que inserimos nosso trabalho a fim de explicar o processo de referenciação como veículo de produção de sentido dos enunciados proverbiais.

Autores como Marcuschi & Koch (1998) afirmam que a questão referencial pode ser teorizada com base em alguns conceitos: a noção de língua como atividade, conforme explicitamos acima, a discretização do mundo empírico, o qual não é um dado apriorístico, mas uma elaboração cognitiva feita pelo produtor de texto; e o ato de referir que não se trata de uma atividade de “etiquetar” um mundo existente indicialmente designado, mas sim uma atividade discursiva. Ainda segundo os autores, a referenciação aponta para dois aspectos centrais da produção de sentido no texto, pois providencia pistas sugestivas para tal. A referenciação é considerada como uma atividade colaborativa e discursiva de construção e reconstrução de objetos-de-discurso, que representariam as categorias linguísticas recortadas pelo sujeito-produtor que melhor se encaixariam em seus propósitos comunicativos.

Ainda sobre referenciação, Mondada e Dubois (*apud* Marcuschi, 2000) tratam-na como um processo realizado negociadamente no discurso e que resulta na construção de referentes, de tal modo que a expressão “*referência*” passa a ter um uso complementar diverso do que se atribui na literatura semântica em geral. Referir seria uma atividade discursiva, de forma que os referentes passam a ser objetos-de-discurso e não realidades independentes. Ou seja, a realidade empírica constrói-se a partir da relação do indivíduo com a própria realidade. Isto quer dizer que o léxico, como afirma Wittgenstein (*apud* Conde, 1998), não se limita a rotular a realidade, uma vez que dizer o mundo não significa simplesmente nomeá-lo; o discurso não é um simples produto de relações linguagem-mundo. Salientamos que, no discurso, o locutor possui alternativas disponíveis para designar os referentes, podendo nesta escolha utilizar-se de elementos lexicais variados para os mesmos referentes. Consequentemente, nesta variação, os termos não serão sempre cossignificativos, já que a significação será sempre e essencialmente contextualizada.

2.1.1- Os objetos de discurso na referenciação

Tudo que escolhemos para falar acerca do mundo é consequência de nossa ação intersubjetiva e sociocognitiva a partir das circunstâncias em que

estamos inseridos. Marcuschi (In Miranda & Name, 2005) afirma que a ordem do nosso conhecimento e das instituições que o suportam não é uma ordem natural, mundana; é uma ordem essencialmente cognitiva e interativamente semiotizada. Isto quer dizer que a realidade mundana não está cristalizada à espera de uma nomeação qualquer. Como já postulava Kant (1993), não temos acesso ao “ser em si”, ou seja, não temos certeza de como é o mundo em si; quando temos que acessar este mundo pelo discurso, é do próprio discurso que partimos, não do mundo como tal. Quando usamos a língua para produzir nossas enunciações, não estamos apenas traduzindo os objetos do mundo em objetos de discurso, e sim, produzindo objetos de discurso; diferentemente, prenderíamos-nos à visão de linguagem como atividade codificadora. Os objetos-de-discurso também podem, por sua vez, se relacionar com diversas partes do texto e constituir a cadeia referencial.

Ducrot (1984 *apud* Cavalcante) é outro estudioso que também busca explicar como o referente da linguagem não pode ser tratado como objeto por si no mundo, uma vez que sua exterioridade é constituída de alguma forma pela linguagem; em outras palavras, o objeto só se constitui pelo viés discursivo.

Entendemos que a referenciação, como um processo de lexicalização na formatação dos objetos-de-discurso, pode ser comparada ao ato de nomear, a partir do momento que o sujeito representa-se discursivamente conforme seu envolvimento e influência sócio-histórica. Categorizar os referentes por meio de itens lexicais pode revelar ideologias, intenções e estereótipos para que o discurso tenha um encaminhamento argumentativo pretendido pelo locutor e a sinalização do seu ponto de vista a respeito de um determinado referente.

Ainda sobre a noção de objeto-de-discurso, consideramos a sugestão de Mondada (1994, *apud* Marcuschi 2000), ao admitir a relação direta entre a noção de objetos-de-discurso e tópico discursivo, que é de natureza global, tem a ver com os processos configuracionais. A autora assegura que esta relação pode se dar por várias operações internas definidas da seguinte forma:

- a) Operações de enquadre: uma determinada expressão pode evocar um conjunto de propriedades, relações ou associações (frames, cenários, esquemas etc);

- b) Operações de textualização: são relações determinadas pelo domínio cognitivo gerado no processo de textualização de um elemento (cotextualidade);
- c) Operações de referenciação: um elemento designa um universo e fenômenos nomeados por sinonímia ou até mesmo por substituição.

O objetivo destas operações é determinar os domínios referenciais que são conduzidos lexicalmente ou discursivamente para a construção de configurações mais gerais, uma vez que tais operações adotam uma visão de língua encaminhada mais para os modos de enunciação do que uma simples referência do mundo.

O exemplo abaixo faz uma breve demonstração de como isto pode ocorrer: Trata-se de uma expressão proverbializada em uma capa da revista Veja, no período da campanha eleitoral para Presidente da República, em 2010.



Com base nos conjuntos de operações acima designados, temos: A expressão proverbializada *Político das viradas eleitorais impossíveis* associada à figura do então senador do PSDB, Aécio Neves, pode ser revelada como uma operação de enquadre, uma vez que traz em si uma carga religiosa, podendo-se afirmar como algo sobrenatural, através da relação com o provérbio: *O santo das causas impossíveis*, ao remeter-se à crença em símbolos que são detentores de poderes capazes de realizar feitos tidos como impossíveis. Este uso evoca associações (frames, cenários) que direcionam o leitor à seguinte idéia: de que nas mãos do político referente está a palavra final quanto ao resultado das eleições, sobretudo ao introduzir o elemento lexical “*Poder*” de Aécio (operação de referenciação) por ser um elemento que conduz às operações discursivas. Em outras palavras, trata-se de um elemento que pode levar a certos indícios, tais quais: a supremacia do candidato, sua invencibilidade, etc. Evidentemente, acontece, neste caso, uma ação enunciativa num processo sociocognitivo que excede a relação da linguagem com o mundo para que aconteça o interdiscurso (discurso que tem a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos), ou seja, neste caso a expressão proverbial parafraseada. Os objetos-de-discursos são também cálculos mentais, não são dados apenas discursivos, uma vez que eles são construídos a partir do mundo real e inseridos num mundo pensável. Isto é, as operações internas e os fatores externos são interdependentes e relevantes na cotextualidade.

O que queremos ressaltar aqui é a noção de objeto-de-discurso, conforme sugere Mondada (op. cit), que o postula como objetos constitutivamente discursivos, gerados na produção discursiva, na enunciação, no processo linguístico. A autora faz referência ao caráter discursivo dos objetos referidos e introduzidos no discurso. Segundo ela, os objetos-de-discurso possuem essa dinamicidade, podem ser utilizados e depois modificados, reativados ou reciclados em movimentos discursivos, associando-se a outros objetos, integrando-os a novas configurações. Em suma, o objeto se completa discursivamente, a discursivização do mundo através da linguagem representa uma (re)construção do próprio real.

2.1.2 – Referenciação: construção de sentido e argumentação

A forma como nomeamos o mundo, como interagimos com ele, interpretamos e o construímos sociocognitivamente, provém do nosso entorno físico, social e cultural. Neste trabalho, operamos com a ideia de que a referenciação realizada por intermédio de expressões proverbiais e idiomáticas reflete o querer dizer de um sujeito que escolhe estrategicamente tais expressões. Logo, a interpretação de uma expressão referencial não tem por objetivo apenas identificar um objeto por meio de uma forma linguística no texto, e sim imprimir sentidos e orientações argumentativas ao interlocutor. É por esta razão que optamos pelo conceito de referenciação em lugar de referência. Segundo Mondada (*apud* Koch, 2005: 34) ambas, referenciação e referência, definem-se da seguinte forma:

A questão da referência é um tema clássico da filosofia da linguagem e foi historicamente posta como um problema de representação do mundo, da verbalização do referente, em que a forma linguística selecionada é avaliada em termos de verdade e de correspondência com ele (o mundo). A questão da referenciação opera um deslizamento em relação a este primeiro quadro: ela não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadores.

Ou seja, a referenciação é o processo discursivo, é a construção do referente através das estruturas do discurso, ao passo que a referência sinaliza a realidade externa, possui um caráter de relação pré-fabricada entre o mundo e a linguagem. A atividade de referenciação é eminentemente discursiva em cujo interior os objetos-de-discurso são elaborados pelos seus interlocutores. Como os objetos-de-discurso não são uma simples remissão a algo externo, a noção de referenciação admite que sua atividade não se limita a simplesmente apontar os objetos do mundo, mas trata-se de um processo de construção discursiva motivada.

Koch (2005) ressalta que o emprego de descrições nominais categorizando ou recategorizando referentes implica uma escolha que seguirá a proposta de sentido do produtor do texto. Assim, normalmente, ativam-se conhecimentos culturalmente pressupostos, ou partilhados. Quando partilhamos saberes de uma certa cultura, temos facilitada a construção de

sentidos exigidos do leitor, bem como as estratégias e os conhecimentos cognitivos, culturais e linguísticos, os quais auxiliam a unir as peças do mosaico textual. O sentido das expressões linguísticas é plástico, na percepção de que em todos os níveis de linguagem, há uma negociação entre os interlocutores para que o sentido seja arquitetado. Ao partilhar conhecimentos, o interlocutor pode construir determinada imagem, a partir dos traços do referente, e visualizá-lo a partir de um certo prisma, o que faz transparecer crenças e atitudes sobre o referente. O exemplo abaixo, que dá continuidade à matéria cujo referente é o senador Aécio, pode evidenciar tal construção de sentido.

“Aécio move a montanha”: ao fazer seu sucessor no governo de Minas Gerais, o senador eleito Aécio Neves demonstrou sua enorme capacidade para transferir votos. Agora, ele quer repetir o feito em favor de José Serra. O resultado desse esforço poderá definir o futuro presidente da República.(página 74, edição 2187)

Esse trecho corresponde ao título e lide da matéria de capa da revista acima descrita. Podemos afirmar que este título reveste-se do imaginário sobre o suposto poder de Aécio, elucidado na capa, ao associá-lo àquele que PODE decidir as eleições. Mais uma vez, a expressão escolhida “*move montanha*” apropriou-se da instância do religioso para dar a conhecer ao leitor, seus reais propósitos. Esta expressão ancora-se na passagem bíblica, no livro do Novo Testamento em Lucas cap. 17. v. 6 que diz: *aquele que tem fé do tamanho de um grão de mostarda remove montanhas*, esta expressão tanto se popularizou, que hoje pode ser concebida como expressão fraseológica. Parecem claras as expressões nominais anafóricas atuando como recategorização dos objetos-de-discurso, de maneira que tais objetos vão atendendo aos propósitos comunicativos dos interactantes.

As formas de referenciação, que expusemos aqui, em linhas gerais buscam encapsular orientação argumentativa, no caso das expressões proverbializadas empregadas também com essa função, procuram evidenciar, rotular e, sobretudo, mobilizar o interlocutor a construir cooperativamente os objetos-de-discurso pretendidos pelo produtor.

2.2 – O ethos

Ao fazermos uso das palavras, valemo-nos delas para utilizá-las como instrumentos que manifestam as nossas impressões sobre o mundo, que por vezes, revelam a imagem do sujeito que constroi o discurso. Neste trabalho, buscamos também o suporte no conceito de *Ethos* a fim de subsidiar nossas análises quanto à revelação da personalidade dos sujeitos do mundo político partidário aqui observados, ou de estereótipos que podem ser mobilizados por eles, quando proferem provérbios ou expressões proverbializadas. Como o *ethos* pode ser perceptível também por meio da materialização linguística, lançaremos mão deste conceito para entender como se dá a construção da subjetividade que subjaz tais expressões.

É imprescindível, pois, ao discorrer sobre *ethos*, remeter à retórica grega em Aristóteles (1998), uma vez que com ele, a retórica foi sistematizada como a arte da persuasão, e o *ethos* foi posto como ponto primordial para o exercício da persuasão, embora o conceito de *ethos* nunca tenha sido homogêneo. Nas palavras de Maingueneau (2005), em grego, este termo se presta a múltiplos investimentos: em retórica, em moral, em política, em música. Já na Política e na Retórica de Aristóteles, o *ethos* designa propriedades referentes ao orador enquanto ele enuncia, e disposições estáveis de indivíduos dentro de uma comunidade. Aristóteles até distancia-se dos retóricos de seu tempo, consoante Eggs (apud Amossy 2005), porque estes entendiam que o *ethos* não contribui para a persuasão. Em algumas passagens da Arte Retórica de Aristóteles, o termo *ethos* não possui um sentido moral, e sim um sentido neutro, ou seja, diante da retórica de Aristóteles, há dois campos semânticos opostos ligados ao termo *ethos*: um, de sentido moral e fundado na *epieíkeia*, o qual envolve virtudes como honestidade, benevolência ou equidade; o outro, de sentido neutro ou “objetivo” de *héxis*, reúne termos como hábitos, modos e costumes ou caráter. Eggs (op cit) afirma que, embora essas concepções pareçam contraditórias, elas não são excludentes, mas constituem faces necessárias a qualquer atividade argumentativa. É preciso agir e argumentar para poder atingir a sobriedade moral do debate. Esta concepção aristotélica é chamada de princípio antropológico o qual, para Eggs, o homem tem a tendência para o verdadeiro, o bom e o justo.

O *ethos* é empregado na retórica de Aristóteles de forma dúbia, já que ora era revestido de uma face axiológica e moral, ora numa perspectiva amplamente discursiva, em que falar sobre algo, estaria intimamente relacionado ao como falar. O *ethos* aristotélico não pode ser dissociado do *pathos* (paixões despertadas no ouvinte) e do *logos* (o próprio discurso) uma vez que o ouvinte seria convencido por estas três provas. Sobre isto, Meyer (1994, p. 43) explica que:

O orador é simbolizado pelo *ethos*: a sua credibilidade assenta no seu caráter, na sua honorabilidade, na sua virtude; em suma, na confiança que nele se deposita. O auditório é representado pelo *pathos*: para convencê-lo é preciso impressioná-lo... Resta enfim, o terceiro componente, sem dúvidas, o mais objetivo: o *logos*, o discurso.

Pelo exposto, o *pathos* busca harmonizar-se ao ouvinte através do *ethos* pelo *logos*, visto que há uma interdependência entre eles. O terceiro componente, o *logos*, pode ser ornamental, argumentativo, ou outros, conforme os propósitos comunicativos do locutor. Evidentemente, o *ethos*, na perspectiva aristotélica, é indissociável do orador, pois expressa publicamente seu caráter e demais virtudes que podem cativar o auditório, levá-los a crer verdadeiramente em tais virtudes.

Salientamos que esta é uma dentre as vertentes teórico-analíticas que circundam a noção de *ethos*. Além do uso em retórica, o termo é empregado na Semântica Argumentativa, cuja noção de *ethos*, herdada de Aristóteles, é desenvolvida por Ducrot no âmbito de uma teoria da polifonia e em análise do discurso. Como dizem Charaudeau & Maingueneau (2008) a noção de *ethos* retórico que foi retomada nos trabalhos de Maingueneau, de acordo com a qual o enunciador utiliza o *Ethos* para legitimar seu dizer: em seu discurso, ele se atribui uma posição institucional e marca sua relação com um saber; na perspectiva de Maingueneau, o *ethos* se traduz também no tom, que se relaciona tanto ao escrito, quanto ao falado, fundindo, assim, a figura de caráter e de corporalidade.

A atividade de tomar a palavra já implica a construção de uma imagem de si, conforme afirma Amossy (2005). Isto significa que o *ethos* retórico pode ser compreendido como um conjunto de traços de caráter, cujo orador faz

transparecer ao auditório para causar uma boa impressão. Nesses traços, incluem-se não apenas elementos linguísticos, e sim atitudes, costumes, tom de voz, postura, adornos, moralidade e outros itens que aparecem na disposição do orador. Não se trata de uma representação cristalizada, mas de uma forma dinâmica, construída pelo destinatário por meio da fala do locutor. Não está em pauta se o orador é ou não sincero, já que a eficácia do *ethos* não é atingida por intermédio dos atributos reais de quem assume o discurso. Os atributos que caracterizam o orador são exteriores, uma vez que estes estão entranhados na enunciação sem estar explícito no enunciado. A este respeito, Amossy, 2005 aponta alguns problemas essenciais ligados ao *ethos* “ideal” do orador, ou seja, ao problema da integridade discursiva e retórica, envolvendo a sinceridade e a benevolência solidárias. A referida autora utiliza alguns exemplos, dentre eles, o exemplo de Searle, filósofo norte-americano, parece-nos mais oportuno para nosso interesse. Este estudioso parte da discussão sobre a condição de sinceridade e utiliza como exemplo *uma promessa*. Ela afirma que, para Searle, apenas a promessa sincera tem a intenção de realizar o que prometeu, ou seja, uma promessa não-sincera não é uma promessa. Searle soluciona esse dilema atenuando a condição de sinceridade, ao exigir que um locutor que realiza o ato ilocucionário de prometer, demonstre a intenção de cumprir o que prometeu. Amossy discorda da posição searleana ao afirmar que este filósofo não vê que realizar um ato ilocutório de promessa conta e deve contar como uma promessa sincera, a despeito da intenção do locutor.

Transpondo para o *ethos*, salientamos que há no reconhecimento deste por um auditório, a dinâmica espontânea de aprovação ou repulsa que se processa através do discurso do orador. Podemos afirmar que o próprio auditório age estrategicamente para deliberar sobre a plausibilidade que pode ser atribuída ao orador. É por este ângulo que a imagem prévia do locutor e suas representações de mundo mobilizadas no imaginário social, bem como a imagem de si ejetada na construção discursiva podem favorecer a adesão do *ethos* do locutor. No entanto, convém intercalar que, nem sempre o *ethos* visado pelo orador é o mesmo que ele consegue produzir na audiência. O enunciador que pretende mostrar-se sério (o exemplo é de Maiguenneau) poderá ser percebido como monótono, por exemplo. Quando se trata de *ethos*,

não se pode negar a imprevisibilidade do coenunciador. Maingueneau (2008) levanta problemas quanto à noção de *ethos*. Um deles recai exatamente no fato de o público construir representações do *ethos* do enunciador antes que ele fale, o que leva este autor a distinguir *ethos* discursivo de *ethos* pré-discursivo. Evidentemente, há gêneros que prescindem de representações prévias por parte do co-enunciador, como um romance, por exemplo. Em contrapartida, quando se trata de discursos no domínio público, frequentemente veiculados na cena midiática, é bastante comum que se antecipe sobre o *ethos* deste enunciador. O problema desta distinção, para Maingueneau, parece mais residir na diversidade dos gêneros de discurso.

Para que fique clara a compreensão do que acabamos de expor, dada a diversidade de terminologias empregadas, consideramos necessário elucidar algumas delas. “Enunciado”, termo utilizado por Maingueneau (2001), remete ao valor da frase encaixada em um determinado contexto. Enunciador seria aquele autorizado a discursar e revelar sua sapiência. O coenunciador, termo introduzido na Linguística por Culioli, seria aquele a quem o discurso é dirigido, o que não significa que este elemento seja constitutivamente passivo, já que este termo é correlativo ao enunciador, o qual reforça a idéia de que a enunciação é um processo ativo, já que há alternância entre ouvinte e locutor. Conforme Charaudeau e Maingueneau (2008), o locutor seria o sujeito responsável pelo ato da linguagem, já o sujeito que recebe o ato da linguagem, é designado de interlocutor, receptor ou alocutário. A Análise do Discurso praticada por ambos os pesquisadores supracitados emprega as terminologias enunciador e co-enunciador; enquanto que nos estudos retóricos de Aristóteles (1998) adotam-se as terminologias locutor, ou orador, e auditório ou receptor.

2.2.1 – O *ethos* discursivo

Em Maingueneau, em seu *Dicionário de Análise do Discurso* (2008) o *ethos* está vinculado diretamente à noção de cena de enunciação. A imagem discursiva de si é ancorada em estereótipos, representações coletivas que determinam parcialmente a apresentação de si e sua eficácia em uma cultura

vigente. O *ethos* em Maingueneau, 2008, compactua com as concepções nucleares do *ethos* aristotélico, sobretudo com relação à noção discursiva do *ethos*, que é um processo fundamentalmente interativo, na busca da influência sobre o outro. A perspectiva de Maingueneau ultrapassa bastante o quadro da argumentação, já que além da persuasão através dos argumentos, a noção de *ethos* reflete sobre a adesão dos sujeitos a um certo posicionamento, sem necessariamente estar expresso na superfície do enunciado, conforme já explicitamos, e fortalecemos este dizer nas palavras de Ducrot (1984, p. 201) que assim atesta:

Não se trata de afirmações elogiosas que o orador pode fazer a respeito de sua pessoa no conteúdo do seu discurso, afirmações que correm o risco, ao contrário, de chocar o auditório, mas da aparência que lhe conferem a cadência, a entonação... Em minha terminologia, direi que o *ethos* está associado a L, o Locutor enquanto tal: é na medida em que é fonte da enunciação que ele se vê revestido de certos caracteres que, em consequência, tornam essa enunciação aceitável ou refutável.

Percebemos então que o *ethos* não é sinônimo das reais virtudes do enunciador, já que é do exterior que o *ethos* caracteriza esse locutor. Maingueneau (op cit) ressalta algumas modalidades expressivas, como por exemplo, a citação de autoridade utilizada pelo enunciador para expressar julgamentos de valor e para validar sua enunciação. Com base em Fiorin (2008), trazemos um exemplo para melhor elucidar a constituição do *ethos*. Segundo este linguista, quando um professor diz: *eu sou muito competente*, exterioriza sua imagem no enunciado. Contudo, isto não leva à construção do *ethos*. A competência desse professor é construída na maneira como conduz as aulas, como discorre sobre os temas. À proporção que ele vai falando sobre a matéria, vai dizendo *eu sou competente*. Em suma, a análise do *ethos* do enunciador não tem a ver com o psicologismo que, muitas vezes, pretende infiltrar-se nos estudos discursivos, e sim, apreender um sujeito construído pelo discurso e não uma subjetividade que seria a fonte de onde emanaria o enunciado. O *ethos* é uma imagem do autor, de um autor discursivo, de um autor implícito.

Outro conceito destacado por Maingueneau (2008) relacionado ao *Ethos* é o conceito de fiador. Trata-se de uma representação do enunciador que o co-

enunciador deve construir a partir de índices de várias ordens fornecidos pelo texto. Ainda de acordo com este autor, a retórica clássica aristotélica vincula a noção de *ethos* mais à oralidade. Todavia, este autor estende esta noção para os discursos escritos também. Ele propõe que qualquer texto escrito contém uma vocalidade específica que permite relacioná-la a uma caracterização do corpo do enunciador (corpo extradiscursivo), ou seja, àquilo que ele denomina de um fiador. Isto significa compreender a concepção de *ethos* dentro das dimensões verbal e extra-verbal, atribuindo ao fiador um caráter (relativo a um feixe de traços psicológicos) e uma corporalidade (refere-se à compleição física) específicas. O fiador é, portanto, uma imagem construída pelo coenunciador com base em indícios textuais de diversas ordens.

Maingueneau (2001) esclarece a *maneira de dizer*, a qual remete a uma maneira de ser do enunciador, persuadindo o leitor à identificação com esta maneira de ser. A reformulação do conceito de *ethos* está relacionada à noção de cena englobante (que atribui ao discurso um estatuto pragmático), à de cena genérica (associada ao gênero ou subgênero do discurso) e à cenografia (aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra).

Salientamos que, embora haja variações conceituais sobre o conceito de *ethos*, conforme discorreremos, elegemos para fins de análise, os lugares conceituais, cujo *ethos* tem primazia numa dimensão concreta e linguístico-enunciativa. Por esta razão, para efeito de análise, trabalhamos com a concepção de *Ethos* como foi definido em Maingueneau, em relação à cena de enunciação; isto é, cada gênero comporta uma distribuição pré-estabelecida de papéis que veiculam uma imagem de si, podendo essa imagem discursiva de si estar ancorada em estereótipos ou representações coletivas enviesadas no dizer proverbial.

2.3 – A semântica argumentativa

Os provérbios são estratégias para situações, mas estratégias imbuídas de autoridade, que formulam uma parte do bom senso de uma sociedade, seus valores e a maneira de fazer as coisas. O que define o provérbio não é sua forma interna, mas sua função externa e esta, comumente, é moral e didática. Seu significado depende não só do que é dito em si, mas também da situação

em que ele é usado, segundo Burke & Porter, (1994). Isto constata que a língua possui um caráter social e enunciativo que já parece ter sido amplamente demonstrado por autores como Bakhtin ([1929] 2002), Ducrot (1987) e Vogt (1977 e 1980). Ela exerce papel fundamental nas relações humanas, razão pela qual seu estudo envolve processos científicos de pesquisa desde que a Linguística foi considerada a “ciência-piloto das ciências humanas” a partir dos estudos de Ferdinand Saussure no início do século passado.

A Teoria de Argumentação na Língua (TAL), dispositivo teórico que subsidiará nossas análises, tem sua base epistemológica no quadro do estruturalismo saussuriano e das teorias da enunciação. Posteriormente, Ducrot modifica e amplia alguns desses conceitos que serviram de pilar para sua teoria, como por exemplo os conceitos de língua e fala que são, para este autor, indissociáveis. A frase por exemplo é concebida como uma entidade abstrata. A partir do momento em que ela se insere em um contexto, tem-se o enunciado, acontecimento irrepetível, na visão ducrotiana. O autor distingue *significação* como o valor semântico da frase, e o *sentido* como sendo o valor semântico do enunciado. Pode-se dizer que a teoria da argumentação tem como tese central a visão de que a língua, como conjunto de frases semanticamente descrito, determina as possibilidades argumentativas do discurso. Esta teoria aponta para uma forma de contemplar as palavras, buscando melhor compreender seus sentidos através da situação comunicativa, já que as palavras se apagam facilmente atrás das coisas, como bem o disse Ducrot (1987). É por essa razão que apostamos na sua pertinência enquanto dispositivo teórico que nos ajudará a explicar o funcionamento retórico-argumentativo e semântico-pragmático dos provérbios populares e expressões idiomáticas na diversidade de situações comunicacionais em que são utilizados no *corpus* recortado para o presente trabalho.

Ancorado na concepção de linguagem interativa, Ducrot (op cit) sustenta que a argumentatividade está inscrita na própria língua; ou seja, a linguagem é constitutivamente argumentativa e o elemento informativo deriva deste aspecto da língua e não o contrário.. O foco da proposta de Ducrot é o uso da linguagem como produto da enunciação, posto que ele parte da perspectiva

semântica da qual advém sua Teoria Argumentativa da Linguagem, bem como seu modelo de Semântica Enunciativa ou Argumentativa (1976). Para este autor, a linguagem verbal é essencialmente enunciativa da qual razão maior de sua utilização é a intenção sempre persuasiva dos locutores. Para ele, a argumentatividade engendrada no jogo enunciativo manifesta-se necessariamente em todo e qualquer enunciado proferido pelos sujeitos. Assim, a polifonia, o conjunto de vozes inerentes a todo enunciado, bem como a noção de pressuposição, concebida como ato ilocucional, são marcas que permitem identificar inequivocamente a presença do ponto de vista do locutor e seu desejo de convencer o interlocutor da racionalidade e relevância da sua posição verbalizada nos enunciados imersos na enunciação.

Ducrot propõe, então, uma descrição semântica da linguagem que objetiva teorizar sobre a argumentação na língua. Lançaremos mão desta visão ducrotiana para mostrar que a teoria da argumentação na língua pode apontar caminhos para uma melhor compreensão do quadro enunciativo dos provérbios, ao revelar sentidos entrelaçados nas marcas linguísticas neles contidas. Segundo o autor acima citado, a descrição semântica de uma língua consiste num conjunto de conhecimentos que permitem prever, frente a um enunciado A de L⁷ produzido em circunstâncias X. Dessa forma, segundo o teórico francês, pode-se ter acesso ao sentido que esta ocorrência de A tomou neste contexto específico do discurso de L. É no interior da concepção de descrição semântica (Geraldi 1978), comportando um componente linguístico e um componente retórico, que Ducrot elabora os conceitos básicos da semântica argumentativa: é uma delimitação do campo de atuação da pragmática no interior do estruturalismo.

Na perspectiva deste autor, a semântica argumentativa deve considerar que o fundamento do sentido são as relações retóricas que se destacam na língua, de tal modo que o ato de falar envolverá necessariamente argumentação. O elemento retórico integra-se inescapavelmente ao lingüístico, formando duas faces de uma mesma moeda. Nesta semântica, o sentido não corresponde a uma tradução do mundo por meio da linguagem, constituído a

⁷ Este esquema significa que a descrição semântica se constituirá de um conjunto extremamente heterogêneo. "A" neste caso, corresponde à significação e "L" o locutor fonte do discurso. Considerando a significação "A" ligada às circunstâncias "X" nas quais "A" é produzido, pode-se prever a significação efetiva de A na situação X.

partir de um conceito de verdade, e sim, uma relação própria da enunciação que ocupa os lugares do locutor e seu destinatário. Em outras palavras, baseado no sentido do enunciado, Ducrot (1987) procura descrever um estado da significação cujos aspectos objetivo e subjetivo sejam indissociáveis.

2.3.1 – A teoria de argumentação na língua: sua base e evolução

Para fins mais esclarecedores da Teoria da Argumentação na Língua, consideramos relevante discorrer acerca da base e evolução dos pressupostos desta teoria. Destacamos que, embora o modo como a teoria concebe a argumentação tenha mudado, sua ideia central, a de que a argumentação está inscrita no funcionamento da língua, é mantida.

A argumentação no discurso, tradicionalmente, refere-se à parte que é apresentada como justificação da outra, ou seja, a conclusão. Baseados em Santos (2007), podemos afirmar que o segmento que é apresentado como justificação, a despeito da conclusão, pode ser verdadeiro ou falso, e que entre justificação e conclusão pode-se produzir uma relação implicativa-causal. A influência da tradição retórica é que separa língua e argumentação. Só que a Teoria da Argumentação na Língua contrapõe esta posição ao propor que a argumentação está inscrita na própria língua, reiterando o que já temos afirmado: a significação da frase contém instruções em si que levam a uma conclusão. Nesta visão, o argumento contém um fato e se revela na exposição de uma razão, ou seja, o movimento argumentativo aconteceria de forma autônoma à língua. Esta, que é a primeira etapa da teoria, possui dois momentos. O primeiro momento sugere a convivência paralela entre informação e argumentação, baseada em um descritivismo radical, cujos fatos externos à própria língua não são considerados, apenas aqueles materializados na estrutura da língua. O segundo já aponta para um certo descritivismo pressuposicional, o que inclui os atos de fala, ou seja, os operadores não são definidos mais pela informatividade, e sim pelo valor argumentativo entre o que é posto e o que é pressuposto. Ducrot (op cit) justifica esta tese afirmando que em todas as línguas há duplas de frases que, mesmo que enunciem fatos do mundo, possuem orientações argumentativas

diferentes: “Pedro trabalhou *pouco*.” “Pedro trabalhou *um pouco*.” Para o autor, estas frases, embora ilustrem o mesmo fato, chegam a conclusões bastante diferenciadas. Se a substituição de *pouco* por *um pouco* na enunciação provoca conclusões distintas, logo trata-se de expressões argumentativas. Este autor anula a objetividade da língua, uma vez que, mesmo sendo a realidade algo concreto, a descrição de alguém a algum referente partirá de uma visão particular.

Em suma, o que Ducrot discute é o fato de duas frases que trazem o mesmo operador argumentativo poderem chegar a conclusões diferentes. Esclarecemos, contudo que, mesmo que as frases possibilitem conclusões distintas, não invalidam também as conclusões semelhantes. Este fato compromete a vertente desta teoria, cujo valor argumentativo é dado pelas possíveis conclusões a que se pode chegar um enunciado, e a leva a propor reformulações.

Na segunda fase da teoria, Ducrot mantém a noção de potencial argumentativo, uma vez que a informação já adquire um caráter derivado da argumentação. Santos (2007) explica que o conceito de “topos” é incorporado nesta versão e é visto como um ponto de renovação dentro desta teoria, já que ele faz emergir diferentes pontos de vista, factuais ou argumentativos. Nesta etapa, o cerne da questão é o topos, que faz ligação entre o argumento e a conclusão, que dá garantia ao percurso argumentativo, visto que a argumentação inscreve-se nos enunciadores, sendo a TAL enunciativa por se tratar de uma teoria de uso da língua.

Cabral (2011) também esclarece a noção de topos e sua origem grega que significa lugar comum e na retórica aristotélica. O “topos”, na visão desta autora, diz respeito a crenças que funcionam como princípios gerais que justificam os raciocínios que conduzem a uma conclusão. Muitas vezes, os lugares-comuns, ou topos, regem as relações entre a qualidade e as conclusões que ela determina no discurso, ou seja, os topos tornam possível o ato de argumentar. A autora ainda reforça que podemos dizer que existe uma força ilocucional ligada à argumentação, é nessa força que reside a noção de ato. Para nós, os provérbios atuam como recurso de argumentação e possuem uma incontestável força ilocucional.

Voltando às explicações de Santos (op cit) podemos afirmar que a teoria dos topoi argumentativos é vista como o caminho para a reformulação a que nos referimos acima, já que os topói são fatos descritos pela língua que dizem respeito à cristalização de movimentos argumentativos e são regidos por três propriedades: *universalidade*, que no enunciado tal propriedade é apresentada como se fosse coletivo, embora não o seja de fato; a *generalidade*, aplicável a um número bastante amplo de circunstâncias; e a *gradualidade* que possibilita a passagem para a conclusão, ou seja, os topoi relacionam duas escalas, com movimentos interdependentes. Ainda nesta fase, ele questiona a unicidade do sujeito e agrega a noção de polifonia, tópico que mais adiante abordaremos em particular.

Em síntese, o topói é o princípio geral da orientação argumentativa, o responsável pela orientação do enunciado com relação à conclusão, ou seja, ele intermedeia o argumento e a conclusão, cabendo a ele decidir a conclusão e o argumento, e não ao operador. Sobre a teoria dos topói, Anscombre & Ducrot (1994, *apud* Santos, 2007, p. 23) postulam que:

La teoría de los topoi considera en efecto que “bajo las palabras” se encuentran, no objetos, sino guiones, o más bien esquema de guiones. En este sentido, la teoría de los topoi está próxima a una teoría de los estereotipos... Así pues, la graduabilidad que invocamos no es la de la relación de referencia, sino que se sitúa en el nivel del esquema estereotípico. En lo que se refiere al carácter dinámico que atribuimos a la lengua, puede definirse por oposición a una concepción estática. En esta última, lo que es fundamental, es el aspecto llamado informativo de un enunciado, al menos para los que son susceptibles de poseer uno.

Na visão destes autores, empregar as palavras é evocar os topói. Por esta razão, sustentam a ideia do sentido não-referencial das palavras, ou seja, ele emerge das próprias palavras atualizadas em seus diversos canteiros ideológicos. Consideramos relevante trazer tais considerações, haja vista que, assim como Santos (2007, p.24) relacionamos a teoria dos topói aos provérbios:

Na língua existem formas tópicas, já o conteúdo do topos está fora da língua, pois esse conteúdo é cultural, social e o componente ideológico e histórico não faz parte do lingüístico, fica fora da análise...Entretanto, temos visto que a ênfase que os autores dão à relação entre os topói e os provérbios, de certo modo recupera a exterioridade para dentro da língua. Os provérbios seriam a

cristalização formal na língua de múltiplas formas tópicas, e como na língua coexistem formas tópicas divergentes, os provérbios também podem cristalizá-las.

Ou seja, esta autora nos mostra, com a relação entre os topói e provérbios que, ao escolhermos o dizer proverbial, levamos em conta nossas intenções que dialogam com nossa visão ideológica e argumentativa que determinamos no discurso. Por esta razão, acreditamos que esta relação teórica pode contribuir com nossas análises, uma vez que, ao estudar os provérbios enunciativamente, recuperamos essa exterioridade para dentro da língua, em instâncias diversas, como sociais, culturais, religiosas, jurídicas, enviesados na manifestação proverbial.

A terceira fase do desenvolvimento desta teoria remete à Teoria dos Blocos Semânticos que mantém a ideia de que a argumentação está no sistema, quer dizer, na língua, e que os discursos são doadores de sentido, chamados de encadeamentos argumentativos, isto é, correspondem a dois segmentos ligados por um conectivo. Quando dois segmentos são ligados por um conector, tendo-se a interdependência desses dois segmentos, chama-se pode Bloco Semântico, termo cunhado pelo próprio Ducrot (1992). A teoria da polifonia foi trazida para o quadro dos Blocos Semânticos, tendo sido estudadas a pressuposição e a negação. Não nos estenderemos na Teoria dos Blocos Semânticos; passaremos, portanto, ao estudo da polifonia da enunciação, por este estudo possuir mais relevância para o objetivo em pauta.

2.3.2 – Teoria Polifônica da Enunciação

Conforme já dissemos, a Semântica Argumentativa, criada por Oswald Ducrot e Jean- Claude Anscombre, é uma semântica linguística que procura explicar como o sentido é construído no uso da língua. Por esta razão, tenta esclarecer não o que o locutor faz quando fala, mas o que faz a palavra, quando utilizada. É necessário, pois, que recuperemos alguns conceitos de Saussure para compreender a teoria semântica de Ducrot. Um deles é a noção de relação, ou seja, os signos definem-se a partir da relação com outros

signos, construindo a noção de alteridade, o que na verdade constitui a própria natureza desses objetos. Um enunciado só tem sentido nas relações sintagmáticas que desencadeia com outro, produzindo encadeamentos, que constituem o bloco semântico, uma vez que há interdependência semântica. É a partir daí que o termo polifonia cria raízes, ao designar o fenômeno pelo qual, num mesmo texto, fazem ouvir “vozes” que falam de perspectivas ou pontos de vista diferentes com as quais o locutor se identifica ou não.

Koch (1997) explica que existem determinadas formas linguísticas que funcionam como indícios, no texto, da presença de outra voz. Podem ser mencionados como exemplos destes indícios, alguns operadores argumentativos: os marcadores de pressuposição, cujo conteúdo, segundo Ducrot (1987), não é de responsabilidade exclusiva do locutor, mas sim é algo partilhado por ele e seu interlocutor ou por toda comunidade a que pertence; o uso de aspas, que frequentemente é usado com a finalidade de manter a distância do que se diz, outorgando a outro seu dizer, também é um instrumento que indicia a presença da voz do outro no discurso de um sujeito.

Ele contesta a unicidade do sujeito falante, ao revelar a possibilidade do aparecimento de diversas vozes, mesmo em um enunciado isolado. Para este autor, o problema fundamental nesta ordem de estudos é saber por que é possível servir-se da palavra para exercer influência, porque certas palavras, em certas circunstâncias, são dotadas de eficácia. O problema não se trata mais do que se faz quando fala, mas do que se considera a fala, mediada pelo enunciado.

A teoria polifônica de Ducrot estende seu conceito de polifonia a partir de Bakhtin, o qual se baseia em textos literários, por exemplo, para elucidar que várias vozes ecoam ao mesmo tempo; vozes que podem estar representadas pelo locutor, pelo sujeito falante e pelo enunciador. Transpondo para a narrativa, o locutor é associado ao narrador (o que fala), e o enunciador, seria o centro da perspectiva, o que vê, sujeito da consciência. Para ilustrar como ocorre o fenômeno da polifonia no discurso direto, na dupla enunciação, Brandão (1994), ao abordar a teoria polifônica de Ducrot, dá a seguinte explicação: No enunciado “Pedro me disse: *eu preciso sair*”, apresenta dois locutores, L1 e L2. O L1 corresponde à sentença proferida no geral, e o L2 à parte: *eu preciso sair*. Conclui-se nitidamente que os termos que remetem à

primeira pessoa, “me e eu”, referem-se a vozes diferentes presentes no enunciado.

Ainda sobre a teoria polifônica ducrotiana, como afirmamos no capítulo anterior, Ducrot (1988, *apud* Santos, 2007) acredita que haja enunciados impessoais, sem L, e exemplifica com provérbios. Nosso posicionamento assemelha-se ao desta autora, Santos, quando discorda deste ponto em Ducrot. Para nós, é possível que haja enunciados sem locutor, como citamos até como exemplo o próprio provérbio em sua forma engessada, mas não no caso da enunciação proverbial, cujo funcionamento enunciativo já preenche tal função. Contudo, levamos em conta o posicionamento teórico de Ducrot quanto à polifonia, uma vez que para demonstrar sua proposta, personagens com diferentes funções foram distinguidos. O *locutor*, responsável pela enunciação, inscrito no enunciado; o *sujeito empírico*, o ser no mundo; e o *enunciador* que são os pontos de vista abstratos. Este cenário polifônico da enunciação pode revelar vozes do âmbito jurídico, do religioso e do político, que se encontram amalgamadas no dizer proverbial.

2.4 – Provérbios: uma perspectiva de gênero sociorretórica

Os gêneros textuais não são apenas formas. Gêneros são formas de vida, modos de ser. São frames para a ação social. São ambientes para a aprendizagem e lugares onde o sentido é construído. Eles moldam os pensamentos que formamos e as comunicações através das quais interagimos, nas palavras de Bazerman (2006). A preocupação com os gêneros não é algo novo nos estudos da linguagem e da retórica. No Ocidente, há pelo menos vinte e cinco séculos, se considerarmos que sua observação sistemática iniciou-se em Platão na tradição poética e em Aristóteles com a tradição retórica. É possível constatar que a noção de gênero não mais se vincula apenas à literatura, hoje rompe esta fronteira e ganha espaço nos estudos da linguagem de maneira geral, mais especificamente nas perspectivas discursivas, segundo Swales (*apud* Marcuschi 2008), e lembra que atualmente o gênero é facilmente usado para referir uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias.

É notório, portanto, os estudos de gêneros conceberem a língua em seu aspecto enunciativo, situando-a como atividade cognitiva e sócio-histórica, já que o trato dos gêneros diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas. Sobre isto, Miller (1984) salienta que o estudo dos gêneros textuais hoje é uma fértil área interdisciplinar, desde que não concebamos os gêneros como modelos estanques nem como estruturas rígidas, mas como formas culturais e cognitivas da ação social, corporificadas na linguagem. Desta forma, somos levados a ver os gêneros como entidades dinâmicas, cujos limites e demarcações se tornam fluidos.

Como nosso interesse recai nas enunciações proverbiais e os provérbios representam a cultura de um povo, destacamos o ponto da questão intercultural dos gêneros. De acordo com Marcuschi (2008), constitui ainda uma questão aberta, em se os gêneros textuais são universais ou se cada cultura e sociedade produzem seus gêneros específicos. Como os gêneros textuais refletem as práticas sociais, especula-se que haja diversidades marcadas culturalmente com relação às estruturas, uma vez que as culturas possuem constituições distintas. Marcuschi (2008, p. 32) afirma ainda que:

A escolha de um gênero que pode ser usado para servir a uma certa função interativa em nossa cultura pode se tornar inadequada numa situação cultural diferente. Um sinólogo alemão, que trabalha como intérprete em encontro de negócios entre comerciantes apontou a preferência dos alemães por contar piadas em negociações comerciais. Para os chineses, é considerado inapropriado contar piadas durante encontros de negócios (...) Da mesma forma, o uso dos provérbios, tanto na oralidade como na escrita chinesa, é um sintoma de boa educação.

Bazerman (2006) dialoga com estas palavras de Marcuschi, a respeito da culturalidade dos gêneros, ao compreendê-los como um conceito rico nos estudos linguísticos, pode falar da mente, da sociedade, da linguagem, da cultura e de muitos aspectos da vida letrada moderna. Essas questões ajudam a compreender como as pessoas aprendem a ser participantes competentes nas sociedades letradas complexas e como estas pessoas podem se tornar competentes para serem agentes sociais efetivos.

No presente trabalho, tomamos o provérbio como gênero, se considerarmos que os gêneros, Meurer (2005) são tipos de textos de qualquer natureza, literários ou não, usados em contextos sociais específicos, cuja

existência se mostra nas mais diversas situações sociais em que são empregados. Apesar da estrutura, cada gênero revela características próprias de enunciação, de contexto e de intencionalidade. Embora autores como Wolfgang Mieder se refiram aos provérbios como "genre" 1, isto é, gênero literário, nós os enxergamos como gênero textual que excede o âmbito literário, por se constituir de uma estrutura frasal concisa, por trazer uma filosofia de vida, por serem sintéticos e por representarem a cultura de um povo, a partir de uma tematização implícita. Ou seja, o provérbio possui características que o singularizam, razão pela qual sua recorrência é bastante evidente nos mais diversos contextos.

A perspectiva de gênero que tomamos para os interesses desta pesquisa é da sociorretórica, cuja abordagem reconhece a necessidade da dimensão social dos gêneros, enfatizando o contexto e a ocasião e, como diz Miller (1994), são formas de ação social, ou seja, devem ser definidos não só em termos da fusão de traços substanciais e formais que incorporam em situações recorrentes, mas também pelas ações sociais que ajudam a produzir. Ou seja, partimos do princípio, segundo o qual a produção do provérbio é um ato retórico porque leva o leitor a agir. Ainda conforme esta autora, recorrentemente, os gêneros mantêm motivos sociais para a ação e proporcionam estratégias retóricas tipificadas que atuam como artefatos culturais que nos informam sobre o modo como uma determinada cultura configura situações, modos de agir, e por ser uma ação recorrente e significativa, os gêneros incorporam um aspecto da racionalidade cultural, servindo como padrões culturais e como ferramentas para explorar as realizações de falantes e escritores determinados.

2.4.1 – Concepção sociorretórica de gênero textual

O filósofo e crítico literário americano Kenneth Burke (1950, *apud* Bawarshi & Reiff, 2010), cujas contribuições foram vitais para a ressignificação da retórica nos estudos pós-estruturais da linguagem, vincula a retórica à visão de linguagem como ação simbólica. Este autor define a retórica como o uso

das palavras pelos agentes humanos para formar atitudes ou para induzir ações noutros agentes humanos. (Burke, 1950, p. 43).

Silveira (2005, p. 72) nos relata que a concepção sócio-retórica de gênero foi consolidada a partir da convergência de importantes estudos e perspectivas que marcaram os estudos da linguagem e do discurso na segunda metade do século XX. Essa convergência consubstancia-se nas seguintes visões e teorias: a virada retórica nos estudos do discurso e do comportamento humanos, a construção social da realidade, o construcionismo social, as versões retóricas da racionalidade no campo da argumentação e a teoria dos atos de fala.

Em que se concentram, pois, os estudos retóricos de gêneros? Bawarshi & Reiff (2010, p.2) nos dão a seguinte resposta:

Os estudos retóricos de gêneros tendem a se concentrar mais em como os gêneros habilitam os usuários a realizar retórica e linguisticamente ações simbólicas situadas e, fazendo isso, desempenhar ações e relações sociais, cumprir papéis sociais e moldar realidades sociais. Ao mesmo tempo, os ERG (estudos retóricos de gênero) se concentram no modo como os gêneros, através de seu uso, mantêm dinamicamente, revelam tensões internas e ajudam a reproduzir práticas e realidades sociais. Para os ERG, o contexto fornece mais do que um valioso conhecimento de fundo com respeito a propósitos comunicativos e pertencimento à comunidade discursiva.

Estes autores esclarecem que, nos estudos retóricos de gênero, há uma visão com viés sociológico e performativo, cujo foco de análise volta-se para a compreensão de conceitos sociológicos que fazem a mediação entre as práticas situadas, as formas textuais e sociais de saber e interagir em determinados contextos. Nesta perspectiva, os gêneros não podem ser apreendidos apenas por intermédio de meios textuais e linguísticos, uma vez que, aprender gêneros tem a ver com aprender a residir em mundos interacionalmente produzidos, Bazerman (2006).

A linha socioretórica do estudo de gêneros que mais cabe aos nossos propósitos investigativos é a que estabelece a idéia de gênero como ação retórica com base em situações recorrentes, que é o que Miller aborda em seu artigo “Gênero como ação social”. Nas palavras de Carvalho (2005), se os gêneros forem compreendidos como ação social, temos uma definição que aponta para critérios pragmáticos como característica demarcadora dos

gêneros. A própria Miller afirma que compreender os gêneros socialmente pode nos ajudar a explicar como encontramos, interpretamos, reagimos e criamos certos textos. Esta abordagem pauta-se na filosofia da ciência, baseada no sociólogo Alfred Schutz, cuja fenomenologia representa idéia basilar na compreensão de gênero como ação social. Segundo Sokolowski (*apud* Bawarshi &Reiff, 2000, p. 216), a fenomenologia rejeita a idéia de que a consciência é autossuficiente, interiorizada e solitária – algo privado e formado por associações mentais e introspectividade. Ela mostra que a mente é algo público, que age e se manifesta em campo aberto e procura dar conta de como as coisas se manifestam em nós e como vivenciamos essas manifestações. No interior da concepção da fenomenologia está a noção de intencionalidade, não como ato prático, mas como ato cognitivo de produção de sentido. Há também outro conceito-chave da fenomenologia, o “mundo-vida”, que também teve influência sobre os estudos retóricos de gêneros. Trata-se da nossa percepção das coisas, mediada por nossos estoques de conhecimentos, que são as receitas de comportamento e ações derivadas em situações típicas. Na verdade, Miller desenvolve a idéia de gênero como ação social conectada à noção da fenomenologia para assim chegar a uma compreensão de gêneros como tipificações socialmente derivadas, intersubjetivas e retóricas, as quais nos auxiliam em situações recorrentes. Ainda em Bawarshi &Reiff (2010, p. 12), reiteramos a ênfase da idéia desenvolvida por Miller:

A ênfase de Miller na ação e na idéia de que as ações são baseadas em situações recorrentes teve importantes implicações para os estudos retóricos de gêneros, particularmente sobre o modo como os estudiosos em ERG compreendem a relação dinâmica entre os gêneros e as emergências, situações e motivos sociais – em suma, a relação entre os gêneros e a maneira como construímos, interpretamos e agimos nas situações.

Ou seja, a situação retórica, amplamente utilizada por Miller, aponta para relação entre situação e discurso. Convém perceber, pois, que na situação retórica deve haver traços do contexto e de outros tópicos situacionais já conhecidos dos usuários, bem como a motivação dos que interagem no discurso. Por esta razão, a autora utiliza o termo “situação retórica”, ao invés de apenas “situação”, uma vez que os desígnios dos falantes também são parte constitutiva da situação.

Carvalho (2005) acrescenta que, para Miller, numa teoria de gênero, importa o fato de as situações retóricas serem recorrentes: assim é possível tipificá-las a partir de analogias e semelhanças relevantes. Criamos um tipo, ao produzir uma resposta retórica a uma dada situação, que passa a fazer parte de nosso conhecimento, para que seja aplicado a novas situações. Este processo de tipificação baseado em recorrência explica a natureza convencional do discurso, assim como as regularidades encontradas tanto em sua forma quanto na sua substância. Os gêneros, portanto, são concebidos como ações retóricas tipificadas com base em situações de recorrência, de modo que nós aprendemos a agir retoricamente por intermédio dos discursos atualizados nos diversos contextos. Desta forma:

O que nós aprendemos quando aprendemos um gênero não é apenas um padrão de formas ou outra coisa parecida; nós aprendemos a entender situações e a elas reagir conforme os padrões culturais da comunidade, ou seja, os gêneros servem como chave para o entendimento do como participar em ações da comunidade. Miller, 1984, p. 39 *apud* Silveira 2005.

Para esta autora, o gênero tem algumas características, tais quais: vincula-se a categorias do discurso e é possível de ser interpretado através das regras que o regulam, é distinto em termos de forma e substância e constitui a cultura. Afim de refinar suas noções de gênero, Miller distancia-se do teor tradicional de gêneros, aqueles que privilegiam conteúdo e forma em detrimento das práticas retóricas, e volta-se para propósitos socioculturais, ao entender que uma comunidade é retórica. Para isto, ela busca, segundo Carvalho (2005), as bases na teoria do sociólogo inglês Anthony Giddens para examinar como são formados os padrões recorrentes de interação e ação. Na visão deste sociólogo, as estruturas devem ser estudadas, uma vez que nelas encontram-se as bases que explicam a interação entre os membros de um grupo, embora “estruturada” não significa algo “fixo” ou “imutável”, já que mediante a ação humana que as práticas são mantidas ressignificadas e alteradas.

Miller se apropria do mecanismo recíproco de estruturação, de que fala o sociólogo, que rege as comunicações, entretanto nega que o gênero seja sinônimo de estrutura, reforçando que gênero é ação social, uma vez que a

ação ocupa papel de destaque, ou seja, o gênero possui uma capacidade estruturadora da ação social, porque ele faz a ponte entre o indivíduo e a comunidade onde está inserido.

Em suma, todas as implicações entrelaçadas na perspectiva de gênero como ação social cunhadas por Miller auxiliaram o refinamento do âmbito dos estudos retóricos de gênero, de maneira a permitir que os pesquisadores passassem a estudar os modelos e práticas culturais vigentes, refletindo como os gêneros poderiam ter melhor aproveitamento no tocante à compreensão e a participação das pessoas em suas ações sociais.

3 - ANÁLISE DO CORPUS

Apresentamos abaixo a análise do *corpus* desta pesquisa constituído por matérias jornalísticas recortadas das revistas VEJA e ISTO É no período do segundo mandato dos dois últimos Presidentes da República do Brasil. Seleccionamos matérias de gêneros textuais diversos (entrevistas, editoriais, artigos de opinião) com o objetivo de ilustrar a ocorrência do uso de provérbios, de provérbios parodiados, ou expressões idiomáticas, o que, para nós, conforme ressaltamos no capítulo I, trata-se de molduras proverbiais, frases que possuem indicadores de proverbialidade. Esclarecemos que as expressões proverbiais destacadas foram proferidas por jornalistas ou pelos próprios políticos, visto que nosso recorte temático gravita apenas em torno de assuntos políticos vinculados aos Governos de Lula e Fernando Henrique. Os exemplos aqui selecionados para análise estão destacados com as expressões proverbiais e acompanhados com comentários que buscam elucidar as questões que aqui discutimos. Pretendemos, contudo, enfatizar nossas análises sobre cada trecho recortado, movimentos de investigação podem se mostrar tateantes quanto à enunciação proverbial.

Segundo Mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999 a 2002)

Exemplo 01

Notas para um dicionário de política

Cândidas tentativas de entender um pouco o não entendido e desentender outro tanto por demais entendido.

Acabar em pizza – esvaziar uma investigação ou uma disputa de forma a fazê-las resultar em nada (...) A migração da expressão do futebol para a política nacional atende a uma demanda por justiça e decência crescente na sociedade brasileira, e tão ardente que às vezes, parece ultrapassar as medidas (...)

É dando que se recebe – frase retirada da oração de São Francisco passou a nomear a profana exigência de vantagens, materiais ou imateriais, lícitas e ilícitas em troca de apoio político. Quem a lançou foi o deputado Roberto Cardoso Alves (1927 a 1996), do PMDB do Estado de São Paulo, em março de 1983, no calor do debate da Assembleia Constituinte sobre a preocupação para cinco anos do mandato do então presidente, José Sarney. Como o Presidente acabou recebendo, supõe-se que deu.
(Veja - Edição 1617 – 29 de setembro de 1999)

É possível observar neste trecho que o funcionamento enunciativo reporta a uma estratégia de captação das condições genéricas do provérbio, passando-se por um, conforme o quadro 2 mostrado anteriormente, com base em Gresillon & Maingueneau (1984). Recapitulando, esta estratégia de captação trata-se de um certo “desvio” do provérbio que busca captar as condições genéricas de provérbio, passando-se por um.

O formato assemelha-se à abordagem de um dicionário, pelo fato de o artigo de Roberto Pompeu de Toledo, jornalista de *Veja*, de onde foi extraída a expressão “é dando que se recebe”, se estruturar com base na definição de alguns termos que se consagraram na política. Classificamos tal expressão de forma proverbializada que, conforme Santos (2007), trata-se do processo que diz respeito às condições de produção do enunciado proverbial que consiste em conferir um “tom proverbial” a um enunciado próprio, produzido a partir da estrutura, da forma e do funcionamento enunciativo típico do provérbio, ou “ainda transformar em provérbios partes de orações como esta”. Ironicamente, esta expressão proverbializada se desloca do âmbito religioso para o político, misturando o sacro e o profano, com o objetivo de causar o efeito de verdade, por se tratar de uma representação privilegiada encapsulada num axioma.

Reiteramos que o enunciado proverbial é essencialmente polifônico, como já nos referimos em Maingueneau (2005). Logo, a polifonia se faz presente aqui neste exemplo, ao refletir os valores sociais sustentados pelo senso comum. Uma espécie de voz da instância teológica codificada no

discurso político, já que neste caso é exemplificada por Toledo, mas proferida pelo então deputado Roberto Cardoso Alves, busca evidenciar para o enunciário que a mesma relação que deve haver entre as pessoas, apregoadas pela religião, equipara-se no rol da política, cuja prática, normalmente, é caracterizada mediante troca de favores, barganhas e jogos de interesses.

Exemplo 02

Fundo do poço

FHC tenta se guiar pelas pesquisas e vira refém da briga entre ACM e Jader Barbalho. No pior estilo morde-assopra, em três discursos de improviso na última semana, o presidente Fernando Henrique resolveu ensinar como não se deve fazer política exclusivamente guiado pela biruta da mídia e das pesquisas de opinião. Irritado com a divulgação da pesquisa CNT-Vox-Populi, na segunda-feira 13, que lhe garante o recorde de rejeição na história recente do País, o presidente criou um factóide para tomar as manchetes. No mesmo dia, soltou um torpedo contra o Congresso, acusando-o de empurrar com a barriga a votação das reformas. Na terça-feira, diante de uma platéia de parlamentares, resolveu pedir desculpas. No dia seguinte, ao ver sua foto nos jornais, cabisbaixo ao lado do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), este sim de peito erguido, FHC voltou atrás e bateu novamente no Congresso desmentindo o pedido de desculpas. "O presidente está cansado e muito irritado. É difícil para alguém que conviveu com a glória por tanto tempo ver sua popularidade na lona", comenta um amigo. As reações destemperadas pegaram de surpresa até o secretário-geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira, que vinha num esforço concentrado de reconstrução da autoridade presidencial para destravar a pauta de votações da Câmara. *(Isto é, Edição 1564, 22 de setembro de 1999)*

Surfando na onda da popularidade do plano real, o Ex-Presidente FHC teve uma pacífica governabilidade por quatro anos, fato que o levou a aprovar em 1997 uma emenda constitucional que permitia sua reeleição. FHC se reelege no 1º turno. Começam as crises econômicas de 1999 no México, na Rússia e

aqui no Brasil, o câmbio deixa de ser fixo para ser flutuante, fato que levou muitas pessoas a perderem dinheiro. A popularidade de Fernando Henrique entra em declínio. Por esta razão, oportunamente, o enunciador se utilizou da figuratividade metafórica da expressão idiomática “*fundo do poço*” para elucidar a imagem arranhada do então Presidente, apontando argumentativamente para uma avaliação bastante crítica da imagem do chefe da nação à época. A expressão por si já é proferida com um *ethos* específico, um tom “sentencioso”, segundo Maingueneau (2011), que contrasta com o fluxo habitual da interação oral mais distenso. Neste caso, o enunciador da expressão (a voz do jornalista) é corresponsável pelo dizer, na medida em que utiliza a “sabedoria popular” remota e imemorial como “arma” argumentativa respaldada pelas vozes dos locutores que dela se utilizam. É certo que quem o emprega é o jornalista, mas a ênfase da utilização da máxima recai no enunciatário, o leitor, já que ele representa o ponto de chegada, o alvo sobre o qual o sentido deve causar o efeito pretendido.

Exemplo 03

*Inconformado, o presidente foi à guerra e partiu para cima do Congresso, cobrando a votação das reformas. Irritou ACM e até Michel Temer. Atrapalhado, voltou atrás no dia seguinte e levantou a bandeira branca pedindo constrangedoras desculpas públicas. Tripudiado por ACM, que disse que FHC “**pisou na bola**”, atrapalhou-se de novo e voltou atrás mais uma vez: negou que tivesse se desculpado. Na terça-feira 14, o dia da desculpa, recebeu os ministros Élcio Álvares e Luiz Felipe Lampreia para decidir afinal quantos soldados brasileiros iriam ao Timor. Eram três as hipóteses: um batalhão de 850 homens, ou 200 a 300 especialistas em guerra na selva ou um pelotão de soldados da Polícia do Exército. Informado da possibilidade de baixas, optou pelo modestíssimo pelotão de 51 homens da PE, fortalecido por mais três PMs do Distrito Federal. Aí o vexame. Eram menos soldados do que jornalistas. O desembarque dessa tropa mista, toda ela dentro de um só Hércules, em Darwin, na Austrália, centro das atenções mundiais, iria ser no mínimo hilariante. Cancelaram o transporte dos jornalistas. (Isto é, Edição 1564, 22 de setembro de 1999)*

Todo falante competente linguística e enciclopedicamente é capaz de reconhecer o provérbio, ou a natureza de enunciados com ecos proverbiais: termos vagos, genéricos, conteúdo com aparência de verdade, significação geralmente metafórica e coerência textual específica (Schmidt & Radefelt 1994, *apud* Vellasco). Novamente, vemos o enunciado proverbial enviesado na crítica ao então Presidente FHC. Diferentemente das ocorrências anteriores, o enunciador não é o jornalista, e sim, outro político, Antônio Carlos Magalhães, que por se sentir tripudiado pelo então Presidente, joga com o sentido desta máxima para se referir a FHC. Não é preciso argumentar muito para mostrar que este dizer “*pisou na bola*” traduz o estereótipo mobilizado por ACM. Segundo Maingueneau (2008), o enunciador utiliza o *ethos* para legitimar seu dizer. Evidentemente, ACM não utiliza a expressão idiomática para construir uma imagem de si no discurso, conceito que fundamenta o *ethos*; tal expressão é proferida por ele para revelar uma postura reprovável do então Presidente FHC, na acepção de ACM. Flexibilizamos, portanto, o conceito do *ethos*, visto que somos escorchados diariamente pela miríade de informações divulgadas pela mídia, que por sua vez, tem sido a principal responsável pela construção da imagem pública dos políticos. Por isso, podemos pensar no *ethos* pré-discursivo, na reflexão de Maingueneau (op. cit.), já que é comum que se antecipe o *ethos* deste enunciador na cena midiática. O que surpreende neste caso é o fato de ACM compor a base aliada de FHC, e mesmo assim afirmar publicamente que ele “pisou na bola”. Logo, é possível afirmarmos que a representação que se teria antes deste pronunciamento (o pré-discursivo) foi de encontro do que foi exposto, pelo fato de ACM e FHC não serem adversários políticos. Ou seja, em muitos casos, a imagem antecipada que formatamos acerca de um referente, o pré-discursivo, pode ser atropelada pela mídia com sua carga para efetivar a comunicação.

Exemplo 04

Ser candidata de Tasso em Fortaleza é **carregar uma mala sem alça**. (Lula, eterno candidato do PT à Presidência, ironizando o terceiro lugar da candidata Patrícia

Gomes (PPS), apoiada pelo governador Tasso Jereissati, na pesquisa do IBOPE. (Veja, edição 1667, 20 de setembro de 2000)

Trata-se de uma expressão idiomática, cujo enunciador, o pretense candidato Lula, atribui a possibilidade de derrota da candidata do PPS às qualidades pouco apreciativas do então senador Tasso Jereissati. Ao proferir a expressão, este enunciador reforça a ideia de que o apoio deste político traz mais ônus que bônus, já que Jereissati é conhecido pela arrogância, apesar de seu grande capital político no momento em que a expressão foi dita. É possível depreendermos que a utilização desta expressão denota um certo prejuízo eleitoral também para o então Presidente FHC, pois no momento da expressão, Tasso Jereissati era tido como um dos pré-candidatos à Presidência da República de 2002 e a derrota da então senadora Patrícia Gomes, candidata ao governo do Estado do Ceará evidenciava a fraqueza da política psdebista naquele Estado da Federação. Maingueneau (2011), a este respeito, afirma que os provérbios (e nós aqui incluímos também as expressões idiomáticas) de uma comunidade linguística constituem um *thesaurus*, cujo hiperenunciador é habitualmente denominado “a sabedoria popular” ou “a sabedoria das nações”, termos retomados de Greimas (1975). Segundo Maingueneau, tem-se a impressão de que o locutor abandona voluntariamente sua voz, tomando outra de empréstimo a fim de proferir um segmento de fala que não lhe pertence propriamente e que ele está unicamente citando. Neste exemplo, temos a impressão de que o enunciador impessoaliza seu dizer, atribuindo a autoria da expressão a outros de forma indeterminada, na tentativa de reforçar ainda mais a carga argumentativa imbuída no dizer “*carregar a mala sem alça*”. Vejamos esta carga argumentativa a que nos referimos. Logicamente, este fato não receberia um ataque do também pré-candidato à presidência, Luís Inácio Lula da Silva, se não possuísse correlação com a política nacional. Ele só desferiu este ataque porque Tasso poderia ser seu adversário na corrida presidencial 2002 e mesmo a presidência estando com o candidato do PSDB e o governo do Estado sob o comando deste partido e pré-candidato a presidente, o ataque

imbutido na expressão idiomática poderia revelar o desgaste político do projeto apresentado pelo PSDB.

Exemplo 05

(...) Na semana passada, Itamar Franco simulou indignação constitucional com a presença de 295 homens do Exército em solo mineiro e promoveu a fanfarra de que estava à beira de um confronto com o Palácio do Planalto. É nisso que Itamar se coloca como único. Afinal, onde mais se pode assistir a um governador mandar ultimatos ao Presidente da República, falar em ruptura do “estado de direito” e alertar para os riscos de morte, quando rigorosamente nada afeta a paz nacional? Que outro país, em termos pacíficos, oferece a seus habitantes o espetáculo de ver um governador em vigília madrugada a dentro, dando entrevistas coletivas tensas dentro do palácio do governo, defendido por soldados da polícia militar, como se fosse acontecer a qualquer momento? (...) O factóide de Itamar consumiu-se a si próprio, sem maiores consequências (...) Durante o dia, o general Alberto Cardoso, chefe da área militar do Palácio do Planalto, trocou cinco ofícios com o comando da polícia militar mineira. Queria proteção da PM à fazenda dos filhos de FHC no município mineiro de Buritis, onde 600 militantes do Movimento dos Sem Terra acampavam como parte de um programa de mobilização desfechado em vários pontos do país. A PM mineira fez corpo mole, dando a entender que os sem terra não representavam ameaça. Diante disso, o general Alberto resolveu encerrar o lenga lenga e mandou tropas federais para Buritis.(...) Quando Itamar resolve agir fora do eixo surgem interpretações majoritárias (...) Seja qual for o assunto, Itamar busca uma forma de criticar o presidente que ele ajudou a eleger e para quem perdeu os louros da criação do real. Na estabilização econômica, Itamar ocupa apenas uma nota no pé da página, Fernando Henrique ficou com as glórias de tudo (...) Esse é um dos aspectos dos chililiques de Itamar (...) Seja qual for a crise, Itamar quer a PM do seu lado (...) A PM serve como caixa de ressonância para amplificar o discurso em favor do governo (...) Os mineiros têm a sensação de que Itamar **erra no varejo, mas acerta no atacado**, interpreta o cientista político Marcos Coimbra, diretor do Vox Populi. *(Veja, edição 1667, 20 de setembro de 2000, páginas 44, 45 e 46)*

Como imaginávamos, os provérbios tidos como clichês tomam espaço e ganham força na mídia para reforçar efeitos de verdade e mobilizar sentidos em torno de um referente ou para respaldar uma tese. Inicialmente, é conveniente captar as vozes presentes neste recorte de matéria. Nas reflexões de Maingueneau (2011) quando o enunciador cita a fala de alguém, não se coloca como responsável por essa fala, nem como sendo o ponto de referência de sua ancoragem na situação de enunciação. Ou seja, transpondo para este recorte, temos: o enunciador é um jornalista, cujo “eu” não aparece, como normalmente acontece em gêneros como este; o coenunciador é o leitor e o momento da enunciação é definido pela data em que a revista foi publicada. É possível observar que no interior dessa enunciação 1, há uma enunciação 2: “os mineiros têm a sensação de que Itamar erra no varejo, mas acerta no atacado, interpreta o cientista político Marcos Coimbra e diretor do Vox Populi”. O enunciador 1 não chama para si a responsabilidade de avaliar a atitude de Itamar, mobilizada pela citação do provérbio, entretanto, ele é responsável pela enunciação 1 que afirma a enunciação 2. O que também nos interessa aqui é revelar o objetivo com que a enunciação proverbial foi posta. O valor argumentativo deste dizer colabora, de certa forma, para a ratificação da imagem positiva de Itamar, uma vez que, na época, recusava-se a pagar à União o dinheiro que Minas devia, mesmo com a ameaça de o Governo Federal reter os repasses constitucionais. Perante a ruptura política entre FHC e Itamar, este passou a colocar os interesses de Minas Gerais como motivo deste rompimento e pretexto para fermentar a relação pouco cordial com o então Presidente. Isto se deu por conta da sucessão presidencial (Itamar pretendia ser o candidato de FHC, este, por sua vez, aprovou uma emenda de reeleição, o qual permitia disputar novo pleito). O cientista político utiliza-se do provérbio para mostrar que a sociedade mineira, mesmo conhecedora dos excessos de Itamar, inocenta-o e passa a entender que ele errava no varejo (referindo-se às decisões desastrosas do seu Governador, como tentar passar à população a ideia de que o exército faria uma intervenção em Minas), porém acerta no atacado (uma vez que defendia os interesses de Minas Gerais, mesmo disfarçados na insatisfação por não ter sido candidato).

Exemplo 06

Rei morto, reino dividido

No brejo em que se transformou a política baiana, mais um sapo foi atirado na garganta do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Com os negócios domésticos sob suspeita, ele está às voltas agora com uma debandada entre os seus aliados. Três deputados estaduais e quatro federais – os pefelistas Leur Lomanto, Jonival Lucas e Roland Lavigne e o pepebista Yvonilton Gonçalves – estão saindo para o PMDB. Um quinto, José Lourenço, está arrumando as malas.

Pessoas ligadas a Benito desconfiam de que no documento apócrifo estão os dedos de Tourinho e do empresário Carlos Laranjeiras – um dos donos da empreiteira OAS, empresa da família de ACM. Mas com tantos problemas, tudo o que Antônio Carlos não precisava era que o dossiê vazasse agora. Foi um tiro no próprio pé. (Isto é, Edição 1627, 1 de dezembro de 2000)

Temos baseado nossas análises na perspectiva da enunciação proverbial, que como esclarecemos no capítulo I, trata-se da possibilidade de ressignificação do provérbio construído nas relações discursivas, no jogo do implícito e do explícito, na atualização de novos sentidos. Sobre isto, Urbano (2002) explica que esta condição de forma cristalizada impediria, a princípio, que o provérbio fosse modificado, apresentasse uma reenunciação, já que tais alterações poderiam descaracterizá-lo, pois perderia sua identidade. Entretanto, afirma este autor que o provérbio, quando adaptado à situação concreta de uso, prova a capacidade de reivenção que a linguagem possui, uma vez que nesse processo de recriação, dado numa situação concreta, o provérbio não deixa de possuir seu *status* de provérbio. Este exemplo evidencia que o provérbio, segundo Pinto (2000), “*rei morto, rei posto*” foi ressignificado a partir de uma formação discursiva que pretende “jogar” com um novo sentido (rei morto, reino dividido), que se trata do desvio militante, estratégia de captação, com base no quadro de Grésillon & Maingueneau que mostramos no capítulo I. É perceptível, pois que a utilização do provérbio ressignificado pelo enunciador

caminhe para a direção argumentativa de engrandecer ACM, pois dá a ideia de que não vai existir um sucessor capaz de aglutinar todas as forças políticas capitaneadas pela força da máquina pública e da imagem daquele senador falecido. Bom lembrar que ACM, além de desfrutar de carisma inquestionável, era detentor dos grupos de comunicação que possuem a maior penetração de audiência junto à sociedade baiana, por exemplo: a TV Bahia, afiliada da Rede Globo na Bahia e o maior jornal de circulação impresso. A partir da perda da reeleição para presidência do senado, o então “todo poderoso senador baiano” colecionou diversos atropelos políticos, tendo inclusive que renunciar ao senado para não ser cassado. Neste período analisado, começam os grandes problemas internos do senador que foram: a briga com a construtora OAS do seu genro, rompimento político que trouxe “uma guerra civil” no grupo do senador baiano. O provérbio reenunciado, ao utilizar-se do termo “rei”, reflete a supremacia política do Carlismo, movimento político liderado pelo senador ACM, como também evidencia seu declínio (rei morto), bem como a impossibilidade de outro político liderar este processo.

Exemplo 07

*O PSDB está **por cima da carne seca** com a candidatura de Aécio Neves (MG) a presidente da Câmara. Mas **nem tudo são flores no partido**. A começar pela disputa pelo lugar de Aécio como líder da bancada. O líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio Netto (PSDB-AM), bem que queria a vaga, mas está sendo devidamente atropelado pelo candidato do ministro da Saúde, José Serra.(fax Brasília)(Isto é, edição 1624, 10 de nov. de 2001)*

Retomamos a ideia expressa por Maingueneau sobre a qual o ethos é construído a partir de uma instância enunciativa. Este autor admite a existência de um ethos pré-discursivo, cujo coenunciador, antes da cena enunciativa, guarda uma representação do ethos do locutor (neste caso, flexibilizamos o termo “locutor”, substituindo-o por “referente”). É evidente, pois, que através da utilização das expressões idiomáticas há o processo de construção da imagem de um referente produzindo sentido por revelar o ponto de vista ideológico do

enunciador (o jornalista) sobre o referente (o partido do PSDB). A primeira expressão empregada pelo enunciador aciona um pré-discursivo, uma ideia que reconhece o grande poder político do PSDB, que, no momento da matéria jornalística, possuía uma década de criação e já contabilizava dois mandatos na Presidência da República, estando prestes a assumir o segundo posto na linha sucessória brasileira. Tudo isso revela uma condição de superioridade perante os demais partidos do Brasil.

Já a segunda expressão “*mas nem tudo são flores no partido*” muda o rumo argumentativo construído através deste pré-discursivo, da supremacia do PSDB. Este segundo dizer quebra a expectativa criada na primeira expressão, ao revelar uma certa desarmonia interna e o temor de tanto poder criar uma divisão dentro deste mesmo partido, tendo em vista a evidência da matéria jornalística de que não houve discussão para quem seria o candidato, quanto de provocar um atropelamento por parte do então Ministro José Serra. Convém lembrar que Serra já estava em plena campanha para ser o candidato do PSDB à sucessão presidencial e queria colocar aliados em todos os postos-chaves do poder.

Exemplo 08

Males que vêm para o bem

Um dos magos das pesquisas de opinião no país acha que toda essa algazarra política, com denúncias de corrupção, espoucando por vários lados, não terá capacidade para afetar a imagem do governo FHC. O motivo não é exatamente lisonjeiro: seis anos de acusações desse tipo criaram na população uma sensação de que essas coisas, de alguma maneira, fazem parte do governo. Para o bem ou para o mal, criou-se uma blindagem. (Revista Veja, Edição 1691, 14 de março de 2001)

Expusemos que a Teoria de Argumentação tem como tese central a de que a língua, como conjunto de frases semanticamente descrito, determina as possibilidades argumentativas do discurso. Esta teoria aponta para uma forma de contemplar as palavras, buscando melhor compreender seus sentidos

através da situação comunicativa, conforme Ducrot (1987). Este pesquisador interessa-se pela orientação argumentativa que as palavras conferem ao discurso. Nestes estudos, ele destaca expressões impossíveis de se deduzir a partir do teor meramente informativo. O provérbio que intitula esta matéria traduz o interesse a que se refere Ducrot, pois o encaminhamento enunciativo da expressão proverbial leva-nos a entender que é possível a um governo passar a ideia de que a corrupção é uma questão cultural e praticamente impossível de ser resolvida por uma ação governamental, quando na verdade o importante na administração é realizar as transformações necessárias para melhorar a vida das pessoas. Tanta denúncia de corrupção seguida de impunidade, bem como o retorno dos atores deste processo à política nacional criam um quadro de banalização, pela recorrência dos fatos; ou seja, de tanto ver tais noticiários sobre os males, a população passa a naturalizá-los, de modo que não mais parece comprometer a imagem dos agentes políticos.

Exemplo 09

*O tucano mineiro Aécio Neves, 41 anos, chegou a Brasília para exercer seu primeiro mandato em 1987. Seu currículo político no plano nacional limitava-se a um dado biográfico: neto de Tancredo Neves (...). Durante anos, Aécio se comportou como um político sem grande expressão, mas neto de Tancredo. Sempre que se aproximava a sucessão à presidência da Câmara, o deputado espalhava que seria candidato. Nem seus colegas do PSDB levavam seu pleito a sério. Na última eleição, Aécio surpreendeu pela firmeza com que encarou o desafio de comandar a casa. **Passou a rasteira em cobras criadas**, como o pefelista Inocêncio Oliveira, e ganhou a parada (...). Na semana passada, Aécio comportou-se com correção em sua interinidade no Palácio do Planalto. Assumiu dizendo que tomara **um chá “contra a mosca azul”** e escancarou as portas do palácio aos políticos. Recebeu 136 deputados, incluindo petistas que nunca põem os pés por ali, e uma delegação de setenta prefeitos do Paraná . (Revista Veja, Edição 1707, 2001)*

O provérbio “*passou a rasteira em cobras criadas*”, além de figurar certa peculiaridade com o âmbito político, refletiria a zebra que foi a eleição à Presidente da Câmara do então, segundo a matéria, inexpressivo Aécio Neves. Faz-se necessário evidenciar que o candidato derrotado, o pernambucano e veterano na política, Inocêncio Oliveira, já tinha sido Presidente da Câmara e de maneira consecutiva ocupado cargos na mesa diretora. Ao mesmo tempo em que o provérbio refletiria a zebra desta eleição, potencializaria a figura de Aécio que, por ser jovem e neto do homem que possibilitou a derrota da direita no colégio eleitoral em 1989, angariou apoio dos partidos de esquerda, como o suporte do deputado Eduardo Campos do PSB, um dos articuladores da campanha de Neves. Ninguém acreditava nesta vitória, pois o PFL, que possuía o vice-presidente da República, pleiteava tal disputa e não imaginava que o PSDB, por já possuir o Presidente da República e saber das dificuldades do PFL na eleição do senado (briga com o PMDB), entrasse para valer na disputa.

Explicamos este acontecimento enunciativo a partir das ideias de Ducrot (1987) quando reatualiza o conceito de *ethos* da retórica clássica, para quem a eficácia do *ethos* encontra-se no fato de este não se explicitar no enunciado, mas na enunciação, na qual deixa seus rastros. Podemos dizer que, neste caso, o provérbio pode ser este rastro, visto que é a expressão proverbial um dos recursos a solidificar a imagem de Aécio (Neves), inicialmente apontada de forma tímida, cujo atributo único é o parentesco com Tancredo (Neves). A segunda expressão destacada também colabora com a imagem deste referente, ao tentar imprimir a ideia de que, ao assumir o cargo interinamente de Presidente da República, Aécio teria se mantido humilde e se portado como um verdadeiro estadista, recebendo inclusive deputados do maior partido de oposição ao governo. Tal postura pode ser canalizada para o bem do então Presidente Fernando Henrique, já que as eleições presidenciais se aproximavam com a possibilidade de Aécio ser o candidato apoiado por FHC.

Os dois exemplos seguintes, recortados do ano de 2002, estão mais relacionados ao contexto eleitoral, por ser o ano de grande expectativa quanto à escolha do novo Presidente da República. Mesmo não estando vinculados à esfera do Governo de FHC, conforme temos pautado, consideramos relevante trazê-los, uma vez que os provérbios podem reverberar posições que constroem ou desfazem imaginários daqueles que se põem na disputa pelo maior cargo do país.

Exemplo 10

Se eu for eleito, a vaca não vai para o brejo. (José Serra, candidato tucano à Presidência, posando ao lado de uma vaca, em reunião com pecuaristas de Barreto no interior de São Paulo. (Veja, edição 1760, 17 de julho de 2002)

A estratégia política de se criar uma áurea do medo e de catástrofe institucional no Brasil com a vitória do então candidato Luís Inácio Lula da Silva deu certo em eleições passadas e não seria abandonada pela situação nas eleições vigentes. A expressão idiomática em destaque foi utilizada por José Serra para reforçar a política do medo, visto que por ser o candidato da continuidade, não precisaria provar que suas posições políticas pudessem trazer instabilidade. Trazemos a teoria da argumentação na língua apresentada por Ducrot (1989) que defende uma concepção de argumentação como um conjunto de possíveis conclusões para um enunciado. Para este autor, a significação de certas frases contém instruções que determinam a direção argumentativa a ser atribuída a seus enunciados. Neste sentido, é possível afirmarmos que a expressão proferida por Serra reveste-se da instrução de que haveria controle no âmbito pecuário mais precisamente, caso eleito, e sua direção argumentativa apontaria para a ideia de que, com a sua vitória, o cidadão desfrutaria de uma condição de estabilidade já provada, livrando-se dos riscos de um outro candidato com uma política diferente. A escolha de tal expressão idiomática foi oportunamente vinculada ao contexto enunciativo. Ou seja, por pertencer ao mesmo campo semântico (*vaca* e *brejo*, termos metaforizados na expressão idiomática, e *pecuaristas*, a quem Serra se dirigiu), reforçaria ainda mais no

leitor o sentido argumentativo ali contido, já que o leitor pela teoria de argumentação na língua percebe o modo como os discursos foram construídos argumentativamente, não se limitando simplesmente ao conteúdo.

Exemplo 11

*Nos últimos dias da campanha, o candidato (Lula) parecia acometido de uma crise de fadiga em relação ao estilo sorridente e apaziguador que o publicitário Duda Mendonça poliu para os programas de televisão do líder petista. De repente, aqui e ali surgia o velho Lula durão, o radical de Vila Euclides, o “sapo barbudo”, conforme o insulto que lhe dirigiu o concorrente Leonel Brizola na eleição de 1989. Os adversários, embevecidos, apontaram afoitos dizendo que, agora sim, lá estava **o verdadeiro Lula, o lobo socialista que por algumas semanas se fantasiara de cordeiro**. Nada disso. Lula com os outros candidatos se tornou escravo das pesquisas qualitativas. (Veja, Edição 1772, 9 de outubro de (2002)*

Como nossa pesquisa busca analisar os provérbios ou expressões idiomáticas como estratégias de construção ou desconstrução de imagem, esta matéria explicitamente evidencia tal funcionamento enunciativo. Os adversários, desiludidos com a provável vitória do então candidato Lula, empregam a expressão proverbial para tentar reforçar a ideia que o candidato verdadeiro a qual os brasileiros deveriam conhecer era o Lula das campanhas anteriores, um radical socialista. Novamente trazemos o provérbio reestruturado com expressividade e tom valorativo. No intuito de desvelar a “farsa” deste candidato, a oposição utiliza-se do artefato da sabedoria popular, a qual representa um precioso suporte discursivo parlamentar, para construir sentidos identificando-se com a gente do povo. Os opositores e enunciadores deste dizer reformulam-no (normalmente se diz: fulano é um lobo em pele de ovelha) acrescentando “socialista” ao lobo e a palavra “fantasiara” que representaria a cena, o irreal de Lula. Essa ideia é solidificada pela oposição, por

conhecidamente a sociedade brasileira ser avessa ao comunismo, por questões que não discorreremos por não ser o foco do nosso trabalho de pesquisa. Ao reforçar a imagem que Lula se vendeu a um padrão eleitoral que foge de suas reais características de realizar política, seus adversários constroem a imagem do então candidato como um estelionatário eleitoral, sendo um lobo travestido de ovelha.

Exemplo 12

Todo Presidente da República sonha ter um vice tranquilo, que não dê trabalho, não provoque confusões e só ajude o titular. Fernando Henrique Cardoso teve o seu, Marco Maciel. O pernambucano do PFL se encaixou tão bem nesse perfil que foi mantido no cargo no segundo mandato de FHC. Pois o petista Luiz Inácio Lula da Silva acredita que achou o seu vice dos sonhos. Apostou alto dentro do PT para bancar o senador mineiro José de Alencar, 71 anos, desgastando-se com as alas mais radicais.

Alencar driblou as vaías que recebeu dos xiitas contando, com voz pausada e fala mansa de caipira, a história de sua vida, que guarda algumas semelhanças com a de Lula. Contou que era de família pobre e por isso teve que começar a trabalhar com 14 anos..

*Não significa que ele tenha sido totalmente aceito dentro do PT. Os petistas moderados já não se incomodam mais e muitos não escondem a admiração pelo senador liberal. Quanto aos radicais, hoje com pouca influência nas decisões do partido, restou o silêncio. Afinal, **em time que está ganhando não se mexe**. E na campanha não houve crises envolvendo o vice de Lula.*

Além de ser a prova viva de que Lula estava se aproximando do centro, Alencar, ex-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, foi fundamental para quebrar o gelo com os empresários. De fato, durante a campanha Lula viu as portas se abrirem na Bolsa de Valores de São Paulo e na Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), onde discursou com desenvoltura. Muitos empresários comentavam que a presença de Alencar na chapa era um fator de tranquilidade. Afinal, um dos homens mais ricos do País não estaria do lado de Lula se ele fosse o lobo mau socialista que atacaria os capitalistas na primeira oportunidade. (Isto é, 1726, 30 de outubro de 2002)

Temos nos amparado na perspectiva de gênero sociorretórica, segundo a qual a produção do provérbio é um ato retórico que pode levar o leitor a agir. Retomando a citação de Miller (1994), nesta acepção, os gêneros mantêm motivos sociais para a ação e proporcionam estratégias retóricas tipificadas que atuam como artefatos culturais que nos informam sobre o modo como uma determinada cultura configura situações, modos de agir, e por ser uma ação recorrente e significativa, os gêneros incorporam um aspecto da racionalidade cultural, servindo como padrões culturais e como ferramentas para explorar as realizações de falantes e escritores determinados. Vinculamos este dizer da autora ao provérbio selecionado na matéria, pelo fato de ele trazer em sua carga metafórica um elemento cultural e de gosto peculiar do Presidente eleito, na tentativa de ratificar a acertada escolha do seu vice, fato que também logrou êxito seu antecessor e que Lula não deixaria a desejar. Vale ressaltar que na iminência da vitória de Lula em 1989, o então Presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) disse em reportagem que se Lula vencesse a eleição, todas as indústrias abandonariam o Brasil, intensificando com isso, a política do medo. Lula sabia que não poderia cometer os mesmos erros e ampliar as alianças seria fundamental para conquistar a Presidência da República. Por esta razão, ele buscou um político liberal, defensor do capitalismo e empresário, José de Alencar, cujo perfil iria de encontro ao compromisso assumido na carta aos brasileiros. Porém, como a campanha estava sublinhando a vitória político-eleitoral (e a vitória é essencial para qualquer partido político, assim como no campo do futebol, parafraseado no provérbio), estas alas tiveram que aceitar caladas José Alencar como candidato a vice.

Segundo Mandato de Lula (2007 a 2010)

Exemplo 01

Melhor com ele, apesar de tudo

Olho invisível

Por Cláudio Camargo

Já é um lugar comum dizer que globalização significou o definhamento do Estado-nação. Nas palavras do sociólogo polonês Zygmunt Bauman, “devido à total e inexorável disseminação das regras de livre mercado e, sobretudo, ao livre movimento do capital e das finanças, a ‘economia’ é progressivamente isentada do controle político [...] o Estado, então, não deve tocar em coisa alguma relacionada à vida econômica: qualquer tentativa nesse sentido enfrentaria imediata e furiosa punição dos mercados mundiais”.

No Brasil, esse Estado enfraquecido tem se mostrado eficaz no cumprimento da ortodoxia monetária, mas impotente para enfrentar grandes desafios políticos. Talvez essa seja a explicação para o deplorável espetáculo oferecido pelo atual Congresso Nacional, expresso pelo fisiologismo que levou à eleição de Severino Cavalcanti e pelos escândalos como o mensalão e os sanguessugas, varridos para debaixo do tapete. Não satisfeitos com isso, os nobres parlamentares ainda tentaram tungar o contribuinte no apagar das luzes de 2006 com um aumento de 91% nos próprios salários. E, para terminar, montaram esse circo de horrores a que estamos assistindo na sucessão da presidência da Câmara dos Deputados.

Apesar de tudo, é preciso não sucumbir à tentação autoritária de considerar o Parlamento um candidato natural à lata de lixo da história. **Ruim com o Congresso, pior com ele** manietado por um regime bonapartista ou sitiado por turbas ensandecidas. A democracia ainda é “o pior dos regimes, à exceção de todos os demais”, como dizia Churchill com fina ironia. Para isso é necessário um Parlamento forte. Até para definir limites ao processo de globalização tido como inevitável. Mas os parlamentares precisam fazer a sua parte. O Congresso e os partidos só serão fortalecidos quando – e se – eles forem mais republicanos do que provincianos.

Cláudio Camargo é Editorialista da Revista ISTOÉ (24 de jan, edição 1943, ano 2007)

O deputado federal pelo PMDB do Rio Grande do Sul, Eliseu Padilha, ao retornar ao Congresso Nacional ficou espantado com a dificuldade em formar maiorias para debater grandes temas nacionais. Evidenciava em seus

discursos que existia minoria para tudo dentro do congresso, dificultando sobremaneira um trabalho legislativo sério e gerador de uma atuação parlamentar acessível à maioria da população brasileira. No texto em análise, o redator-chefe da revista *Isto é* identifica a globalização como um instrumento de enfraquecimento do Estado, com especificidade para o Congresso Nacional, fazendo uma correlação entre escândalos e eleições da mesa diretora que não encontram respaldo social, levando à tentação de satanização do congresso.

Voltamos ao capítulo 2 e retomamos em Ducrot (1987), no estudo da semântica argumentativa, que afirma que deve considerar que o fundamento do sentido são as relações retóricas que se destacam na língua, de tal modo que o ato de falar envolverá necessariamente argumentação. O elemento retórico integra-se inescapavelmente ao linguístico, formando duas faces de uma mesma moeda. Ao relacionarmos o elemento retórico expreso, o dizer proverbial, e o ato de argumentação decorrente deste dizer, depreendemos que o enunciador ao parafrasear o sentido de democracia de Churchill, subverte o provérbio “*ruim com ele, pior sem ele*” para “*ruim com ele pior COM ele*”, a fim de imprimir a imagem de que o Congresso Nacional é ruim, contudo a sociedade deve patrulhar a atividade parlamentar, na tentativa de evitar a essandescência e construir, como relatara o deputado, uma maioria principalmente para debater temas republicanos. Na visão do enunciador, expressa pelo provérbio, fica clara a ideia que a única função do Congresso Nacional é evitar um regime bonapartista, ou seja, ditatorial.

Exemplo 02

Desde a proclamação da República, governos autoritários fecharam o congresso brasileiro seis vezes. Em todas as ocasiões, o país mergulhou em sombras. “Foram períodos de violações aos direitos humanos e intensificação da corrupção”, lembra o historiador Marco Antonio Villa. O Congresso é a garantia de que os governantes, incluindo os eleitos de forma democrática, não

*vão exercer o poder de forma tirânica. Quando ele é subjugado ou impedido de atuar perdem todos: o país fica à mercê do voluntarismo e do autoritarismo de seus mandatários. Cabe aos que o compõem, portanto, impedir que o oportunismo e o descompromisso de alguns contaminem uma instituição que é vital para que o Brasil prossiga na sua vocação de nação moderna e democrática. **Ruim com eles...** (Veja, edição 1993, 31 de janeiro de 2007, página 54)*

Roberto Amaral, vice-presidente do PSB e ex Ministro de Ciência e Tecnologia do primeiro governo Lula, em um artigo intitulado “A quem interessa a desmoralização do Congresso Nacional”, rebate com veemência as críticas que se fazem ao congresso, lembrando sua utilidade como Poder instituído, representação do povo e equilíbrio federativo. Com o congresso desmoralizado, as corporações tendem a atuar com mais pressão sobre a independência parlamentar e o Poder Executivo não respeita a autonomia entre poderes. Neste contexto, e não deixando de criticar a atuação de maus parlamentares, é que o provérbio em análise sustenta a ideia de um Congresso Nacional composto por políticos ruins; todavia, a sociedade deve ter complacência, porque pior que esta composição seria a falta de Congresso Nacional na efetivação do poder democrático.

Citamos Holbeck (1970) no capítulo 1, que aponta que uma das características mais proeminentes evidenciadas no uso do provérbio é a lacuna de uma aplicação concreta, visto que o provérbio perde seu efeito quando o falante tem que dar explicações. Chamamos atenção para a incompletude do provérbio na matéria (em sua forma completa tem-se: ruim com ele, pior sem ele); ou seja, o enunciador contou com a colaboração do enunciatário para dar o desfecho ao dizer proverbial. Este fato corrobora as palavras de Holbeck quanto à perda do efeito do provérbio (corroboramos com as palavras deste autor, contudo minimizamos a respeito da “perda do efeito”; para nós trata-se apenas da diminuição deste efeito, não da perda), ao surgir a necessidade de parar e dar as explicações que giram no seu entorno. Além de atribuir ao provérbio o status de autoridade, já que ele finaliza a matéria em tom de ratificação do assunto exposto, o jornalista conta com a memória discursiva de que este enunciado faz parte e confia na força argumentativa do dizer proverbial, bem como na

acessibilidade da grande maioria dos usuários da língua a este dizer, ao deixar por conta do leitor a continuação da construção de sentido ativada pelo provérbio, ainda que citado pela metade.

Exemplo 03

*O problema do programa petista (PAC) é que ele confia demais no papel do Estado, mostra-se tímido quanto às principais urgências econômicas do país e é insuficiente para atingir seu próprio objetivo de elevar o potencial de crescimento do PIB. Não se apresentou nenhuma reforma estrutural que desse a ele segurança jurídica, liberdade ou folga tributária definitiva para apostar no país. Também não se falou numa palavra sobre a reforma trabalhista. E o que é pior: em vez de propor a reforma da previdência, **o governo lavou as mãos**, preferindo criar um grupo de trabalho para estudar o assunto – em “governês”, criar um grupo de trabalho significa enterrar de vez o assunto.*(Veja, 1993, 31 de Janeiro de 2007)

Na leitura completa da matéria, fica clara, no início, a tentativa de fixar junto ao leitor que o Programa de Aceleração do Crescimento é do PT. De modo errôneo, tendencioso ou apenas por uma relação metonímica, a revista não separa o que é governo do que é partido. O governo é de coalizão, composto por Ministros dos mais variados partidos, o que não nega o fato de o Partido dos Trabalhadores possuir o maior número de ministérios que compõe a base governamental eleita pelo Presidente da República. Contudo, ao se criticar a iniciativa do projeto de investimentos e empregar a expressão em destaque, cunha-se a imagem negativa mais ao partido, do que ao governo.

Podemos, neste cenário polifônico da enunciação, conforme explicita Ducrot, perceber vozes amalgamadas no dizer “lavar as mãos”. Ou seja, faz-se presente uma simbologia do campo mitológico, já que a água era capaz de santificar comportamentos imorais; e do histórico-religioso, uma vez que é quase impossível não vincularmos tal expressão ao fato histórico de Pôncio Pilatos, governador romano na Judeia, que “lavou as mãos” na condenação de

Cristo à morte de cruz, simbolizando que se esvaíra da autoria deste ato cruel. Além disto, há um pré-julgamento quanto à iniciativa de formação de um grupo de trabalho para discutir a reforma previdenciária, proverbializando que, assim como Pilatos, o governo lavou as mãos, eximindo-se da responsabilidade do fato em questão.

Voltamos para o quadro 2, página 37, de Grésillon & Maingueneau (1984) para explicar que entendemos tal dizer como um desvio de provérbio na forma militante com base na estratégia de captação, visto que se trata de uma frase histórica e religiosamente marcada a qual captou as condições genéricas de um provérbio, passando-se por um. Ao continuar a matéria, a revista elenca temas como reforma trabalhista, previdenciária e desoneração tributária, atribuindo, desta vez, ao Governo a omissão.

Exemplo 04

*Há uma grande diferença entre gastos sigilosos e clandestinos. No modelo atual não há nenhum controle sobre boa parte da despesa da Presidência. Quem faz esse trabalho é um órgão ligado ao gabinete presidencial – ou seja, é a clássica **história da raposa tomando conta do galinheiro**. Uma das poucas tentativas de fiscalização do uso do cartão corporativo data de 2003, quando o deputado Carlos Sampaio, do PSDB paulista, pediu à Procuradoria da República esclarecimentos sobre os gastos dos assessores mais próximos de Lula. Na ocasião, o Tribunal de Contas da União iniciou uma nunca concluída auditoria sobre o tema. Os parquíssimos resultados divulgados até agora revelam, no entanto, que se algum dia o tribunal decidir empenhar-se na análise do tema, terá muito trabalho. (Veja, edição 2047, página 54, ano 2008)*

A matéria retrata de forma substancial uma questão que há muito tempo vem sendo discutida por juristas e pelo próprio Congresso Nacional: que são atos sigilosos da Presidência da República e sua dicotomia entre segurança nacional e fiscalização do dinheiro público. Os atos são sigilosos em sua essência para proteger a imagem do Presidente da República e dos seus assessores mais próximos por uma questão de segurança institucional. Contudo, a matéria aborda tais atos dos assessores de Lula como se fossem

clandestinos, sem esboçar uma correlação de institucionalidade, por não remeter aos demais governos e aos outros presidentes, ao passar a ideia de que este problema está ligado a Lula, tirando o foco da Presidência da República. Esses atos, por serem secretos, não são fiscalizados pelo Congresso e pelo Tribunal de Contas, o que na verdade, gera uma certa desconfiança, mesmo sendo de responsabilidade do gabinete presidencial coibir os excessos. Todavia, o enunciador retrata esta relação legal como sendo “a raposa tomando conta do galinheiro”, passando desta forma a ideia de que todos são corruptos no governo, uma vez que quem fiscaliza tais gastos internamente é uma raposa, alguém que também tem interesse pelo mal feito, invalidando, pois, tal fiscalização. Afirmamos que o provérbio “**a raposa tomando conta do galinheiro**” atua como um elemento linguístico que cumpre um papel de argumentação, no sentido de que ele marca esta tomada de posição do enunciador quanto ao conteúdo exposto.

Cabral (2011) ressalta que muitas vezes, os lugares-comuns, ou *tópos*, regem as relações entre a qualidade e as conclusões que ela determina no discurso, ou seja, os *tópos* tornam possível o ato de argumentar. Detectamos a relação entre os *tópos* e os provérbios, em Santos (2007), que, de certo modo, recupera a exterioridade para dentro da língua. O *tópos* que está na origem da argumentação contida neste provérbio é a crença, que vigora em nossa sociedade, de que não é certo um sujeito tomar conta de uma coisa que ele mesmo a cobiça. Em suma, a noção do ato de argumentar refere-se à força presente na enunciação, considerando-se a língua como um meio para se atingir um fim pretendido na argumentação. Na matéria em análise, o provérbio preenche-se de uma incontestável força argumentativa, visto que busca reforçar no leitor a pouca credibilidade do então governo quanto à lisura administrativa e consequentemente a impossibilidade de ele se auto-fiscalizar.

Exemplo 05

O retorno de Palocci

O ex-ministro investe na reconstrução da sua imagem e já há quem o veja como alternativa à sucessão de Lula em 2010

MISSÃO Se convencer seus pares a aprovar a reforma tributária, o deputado Palocci poderá **dar a volta por cima** no escândalo do caseiro e assim se credenciar para vôos mais altos.

*Empresários e políticos ligados ao ex-ministro fazem uma aposta ousada. Sustentam que, se Palocci for absolvido no STF e sair vitorioso na reforma tributária, seu nome voltará a ser cogitado para postos de primeiríssimo escalão. Os mais exaltados dizem que Palocci é um dos fiéis conselheiros do presidente Lula e, por isso, pode despontar como uma alternativa à sucessão de 2010. **Decidido a comer o mingau quente pelas bordas**, Palocci é mais prudente ao falar de seu futuro: "Tenho boa relação com o presidente Lula, mas um projeto como esse não está na minha perspectiva em nenhuma hipótese." (Isto é, Edição 2009, 02 de maio de 2008)*

Inicialmente, é preciso contextualizar que o ex-ministro da fazenda Antônio Palocci pediu demissão devido à denúncia feita à imprensa pelo caseiro Francenildo, o qual relatara que o Ministro se encontrava em uma mansão em Brasília com lobistas, políticos e prostitutas. Não conseguindo garantir a ideia de normalidade em seus encontros, a crise política agravou-se até culminar com a quebra do sigilo bancário do então caseiro, realizada pela Caixa Econômica Federal e, segundo a oposição, por causa da influência do ministro junto à instituição. Desta feita, Antônio Palocci ficou desgastado, sem apoio do governo e dos movimentos sociais (por ter realizado uma política econômica ortodoxa), impossibilitando sua permanência no governo. Estes fatos evidentemente arranharam a imagem do ex-ministro, o que em outros exemplos vinculamos ao pré-discursivo, segundo Maingueneau. A própria enunciação proverbial “poderá *dar a volta por cima*” leva o enunciatário a conferir um novo ethos a Palocci. Com o decorrer do tempo, por ter sido eleito deputado federal e não ter renunciado por acusação de corrupção, a expressão “dar a volta por cima” é precisamente enunciada por meio de um *ethos* que

evidencia a possibilidade da figuração do ex-ministro entre os notáveis da política brasileira. Maingueneau (2011) diz que o caráter e a corporalidade do fiador (figura construída pelo leitor a partir de indícios textuais de diversas ordens) provêm de um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, sobre as quais se apoia a enunciação. Podemos dizer que a segunda expressão idiomática, “*comer mingau quente pelas bordas*,” assim considerada por Almeida (2002), reverbera esta representação social mais valorizada, remetendo com efeito à imagem desse fiador, ao afirmar que existem os entusiastas que relembram a predileção do Presidente Lula por Palocci para as eleições de 2010. Tal expressão sentencia em linhas políticas que o ex-ministro possui hoje um comportamento caracterizado pela prudência e cautela, de modo que até para ocupar o maior cargo do país, seu nome fora cogitado.

Exemplo 06

Os gastos com o cartão embalam o pedido de CPI endossado agora até pela própria base de apoio ao governo no Congresso. Na semana passada, o governo agiu em duas frentes na tentativa de sair das cordas empurrado pela crise envolvendo os gastos com os cartões corporativos. O primeiro passo foi anunciar que os ministros não poderão usar mais esse mecanismo para pagar suas despesas. O segundo passo foi apoiar uma investigação no Congresso. A estratégia foi anunciada em entrevista coletiva pelos ministros Dilma Rousseff (Casa Civil), Franklin Martins (Comunicação Social) e Jorge Armando Félix (Segurança Institucional). “Apoiamos qualquer investigação”, disse Dilma. “A diferença é que a partir de agora há uma avaliação por parte do Ministério do Planejamento no sentido de que ministro não pode ter cartão, porque fere o princípio da impessoalidade”, acrescentou. O martelo em favor da CPI foi batido numa conversa do senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Senado, com Lula, por telefone, na manhã da quarta-feira 6. O presidente estava no Guarujá, onde passou o Carnaval. Jucá inicialmente avaliou que a CPI já seriam favas contadas. O governo poderia resistir por um tempo, mas a oposição acabaria conseguindo o número mínimo de assinaturas para instalá-la. “Isso, então, só vai nos desgastar. Nós vamos ficar resistindo, e vão surgir notícias dizendo que nomeamos fulano ou fizemos tal coisa para evitar a CPI. Melhor é sair das cordas e partir para o

ataque", sugeriu Jucá. "Você está certo", respondeu Lula. "Não temos nada a esconder. **“Você tem carta branca”**", continuou. Jucá, então, comunicou a decisão também a José Múcio Monteiro, ministro das Relações Institucionais, e a Dilma Rousseff. Em seguida, começou a recolher as assinaturas. (Isto é, 13 de fev, 2008, edição 1997)

Ao usar a expressão idiomática “carta branca”, assim postulada por Almeida (2002), o então Presidente da República, Lula, potencializa a confiança na atuação do seu líder Romero Jucá, reforçando a ideia junto à base parlamentar de apoio ao governo que este age de acordo com as diretrizes do Presidente. Ao se tratar de uma CPI, atividade estritamente parlamentar, em tese o poder executivo não deveria ser consultado, no entanto por vivermos num regime de presidencialismo, cujo congresso nacional se submete à força do poder executivo, este sempre repassa seu posicionamento quanto à possibilidade de instauração de uma CPI. Maingueneau (2005, p: 34) explica que “o *ethos* não age no primeiro plano, mas de maneira lateral; ele implica uma experiência sensível do discurso, mobilizando a afetividade do destinatário”. Neste caso, consideramos que a “expressão idiomática” em análise evoca este *ethos* sensível ao ecoar a ideia da realização de uma CPI sem transtornos ao poder executivo, visto que o líder possui “carta branca”, ou seja, autonomia para atuar, e é bom ressaltar que um líder do governo sempre atua de forma tendenciosa aos interesses do Palácio do Planalto.

Exemplo 07

Faltam ideias. A corrida de 2010 começou de forma personalista porque José Serra e Dilma Rousseff dificilmente terão outra oportunidade de ser presidente

A primeira etapa da corrida para suceder o presidente Luiz Inácio Lula da Silva começou marcada por excesso de personalismo e carência de ideias. Com o frenético alarme do tempo tocando igualmente nas pretensas e prováveis candidaturas de José Serra e de Dilma Rousseff, estabeleceu-se o primeiro e perigoso axioma da campanha: se algum deles quer governar o Brasil, a oportunidade é agora. Ou nunca.

O axioma do "agora ou nunca" é perigoso porque ele embute uma falsa primazia. Por ele, Barack Obama não seria presidente dos Estados Unidos. A primazia é falsa porque o sistema eleitoral brasileiro não prevê a indicação por listas partidárias e é perigosa porque sufoca ideias, propostas e debates. Até agora, a campanha tem sido apenas uma discussão de "quem" vai ser e não do "que" vai ser depois de Lula. Nas panelinhas partidárias do PT e do PSDB, o "agora ou nunca" é como água fervente a elevar a pressão por um consenso de nomes e não de ideias. Se a caldeira estourar, irá gerar explosões de ressentimentos e dissensões que em última instância se abaterão sobre a história e a índole dos dois partidos. (Isto é, Edição 2049, 18 de fev, 2009)

Praticamente o provérbio, que é o ponto de nosso maior interesse, centraliza esta matéria. Vejamos por quê. A eleição presidencial de 2010 apresentava, por diferentes razões, um sentimento único junto aos analistas, políticos e pessoas que acompanham a política no seu cotidiano. Ambos os candidatos favoritos, Serra e Dilma, teriam a única chance para tornarem-se Presidentes da República. A matéria poderia dentro de uma análise política desenvolver a personalidade que envolveria os dois candidatos e suas estruturas partidárias, porém utiliza-se do provérbio “agora ou nunca” para sintetizar que esta seria a última possibilidade de eles ocuparem o mais alto cargo do país. O “agora ou nunca” do citado provérbio, nas pesquisas de Pinto (2000), é direcionado para o candidato Serra pelas seguintes razões: o partido entende que já deu a José Serra até mais do que ele esperava, como a campanha presidencial de 2002, a qual não se obteve êxito e as eleições vitoriosas para Prefeito e Governador de São Paulo. Além do que, Serra possui um concorrente jovem e com mais possibilidade de arregimentar outras forças políticas, que é o tucano Aécio Neves, por ter seu tio, Francisco Dorneles, como Presidente Nacional do Partido Progressista, aliado do governo federal. O “agora ou nunca” pesa contra a Ministra Dilma Rousseff pelo fato de ela nunca ter disputado cargo político e até o ano de 1999 ser filiada ao PDT, sendo no momento candidata pelo Partido dos Trabalhadores por um ato de escolha do então Presidente Lula ao seu nome. Ou seja, mais uma vez, recorremos a Ducrot, quando este linguista explica na Teoria da Argumentação na língua que o argumentar é um traço constitutivo de numerosos enunciados, de tal forma que parece ser

impossível empregarmos certos enunciados sem pretendermos levar nosso enunciatário a determinada conclusão. Temos com esta base teórica defendido que o provérbio pode ser empregado com o intuito argumentativo, como foi este exemplo, o qual conclui que ambos, Serra e Dilma, apostariam todas as fichas na corrida presidencial por esta ser a última chance de suas vidas.

Exemplo 08

"O MST sem controle"

Carlos José Marques, diretor editorial

A complacência de autoridades com atos que ferem de maneira gritante o direito do cidadão estabeleceu no País duas classes sociais: a dos que seguem a lei e a dos que atuam na ilegalidade de maneira livre e impune. Nessa segunda categoria, o Movimento dos Sem-Terra (MST) há anos ultrapassa os limites da civilidade e atua na criminalidade sem encontrar nenhuma resistência oficial. Com métodos truculentos, eles invadem terras e propriedades privadas, depredam patrimônios, promovem saques, usam e abusam de toda sorte de arbitrariedades.

*A violência dos atos de vandalismo do MST leva a supor que **seus agentes se consideram acima do bem e do mal**, em nome da bandeira do assentamento que, na verdade, em outras esferas, já vem sendo tratada de maneira muito mais eficaz e justa. Em um esquema profissional que arregimenta cada vez mais adeptos, o MST é movido hoje por interesses diretos dos dirigentes. Eles usam a massa de manobra com aspirações políticas e, em especial, na busca por verbas públicas que, direta ou indiretamente, têm irrigado os ataques.*

A organização chegou a ser recebida no Palácio do Planalto, no próprio gabinete do presidente da República, que não se furtou a usar o boné com o emblema do movimento. De cerimônias como essa, os líderes do MST saem fortalecidos para incitar invasões e partem contra quem está no seu caminho. Foi o que aconteceu, mais uma vez, na semana passada com a tomada de

uma fazenda do grupo Cutrale, o maior exportador de suco de laranja do mundo. Saldo da operação: sete mil pés de laranja derrubados, R\$ 3 milhões de prejuízo e o escárnio para com a sociedade. (Isto é, edição 2083, 14 de dezembro 2009)

A matéria retrata nitidamente a linha de pensamento guiada pelas páginas da revista. Não é novidade que existe uma relação ainda que pouco viva na sociedade contemporânea, de luta de classe marxista entre o MST e a imprensa liberal. A matéria tenta repassar a responsabilidade do acontecido na fazenda do grupo Cutrale a um evento ocorrido anos anteriores que foi o recebimento do líder do MST no Palácio do Planalto, pelo então Presidente Lula, tendo na oportunidade colocado o boné do MST em sua cabeça, fato que gerou muitas críticas. A expressão idiomática “*acima do bem e do mal*” retrata a forma de fazer pressão por reforma agrária do MST, que na visão da revista trata-se de “invasão” de terra, diferentemente do termo “ocupação”, concebido pelo movimento social. Resta lembrar que as autoridades em grande parte não atuam de forma enérgica contra o MST por, de forma subjetiva, saberem que se não existir nenhuma forma de pressão, nunca existirá reforma agrária no Brasil. Contudo, a legalidade deve ser preservada em um país que tem o estado de direito como fundamento primordial. Voltamos para o aporte teórico da referenciação, que Mondada e Dubois (*apud* Marcuschi 2000) tratam como um processo negociado no discurso e que resulta da construção de referentes, de tal modo que os referentes passam a ser objetos de discurso. Ou seja, a realidade empírica constrói-se com base na relação que o indivíduo possui com a realidade. Por exemplo, “*Acima do bem e do mal*” poderia também ser direcionado para o outro lado da moeda: os grandes proprietários de terras, que mesmo possuindo terras improdutivas, não as desapropriam, como também não respeitam a lei. Todavia não há direcionamento argumentativo na matéria quanto à correlação de forças, defesa do acusado, e sim uma manifestação do enunciador, o editor-chefe, quanto à construção do seu objeto de discurso, sobre o que realmente pensa do MST.

.Exemplo 09

Faxina na infraero

O Ministro da Defesa Nelson Jobim do PMDB enfrenta a resistência do próprio partido e ordena a demissão dos afilhados políticos de seus colegas de estatal

Primeiro foi a agência nacional de aviação civil, a Anac, que conseguiu se livrar dos diretores que agiam a soldo de empresas aéreas. Agora chegou a vez da faxina na infraero, a estatal que, no governo de Lula, se transformou na meca da corrupção em Brasília, merecendo uma CPI no congresso e uma série de investigações da polícia federal e do Ministério Público. A ordem para a faxina partiu do ministro da defesa, Nelson Jobim (...) Havia gente indicada pelo ministro das relações institucionais, José Múcio, e pelo deputado Arlindo Chinaglia, do PT de São Paulo. A limpeza é pra valer. De 109 cargos de confiança, sobrarão apenas doze. Somente esses cortes resultarão numa economia de 19,5 milhões de reais por ano. A infraero vinha sofrendo desvios de dinheiro nos últimos anos, sangria que só aumentava o apetite dos políticos por cargos na estatal. A faxina teve como objetivo final o repasse da gestão dos principais aeroportos do país à iniciativa privada. **“Bom cabrito não berra”**, limitou-se a dizer o senador Jucá sobre as mudanças na infraero. Os cabritos do PMDB podem até silenciar em público, mas estão berrando alto em privado. Na segunda-feira, os líderes do partido se reuniram com o presidente Lula e ameaçaram retaliar. Disseram que as demissões poderiam pôr em risco a aliança do PT com o PMDB nas eleições de 2010. Lula sempre mais esperto do que eles, desconversou e disse que nada sabia sobre a faxina. Na verdade, Jobim, como deve ser, consultou o presidente antes de ordenar as demissões. O troco do PMDB veio do congresso, onde os parlamentares do partido passaram a semana boicotando a votação de medidas provisórias – as chamadas MPs são editadas pelo governo, mas depois são chanceladas pelo parlamento. Uma reação chantagista bem ao estilo do partido que, como definiu o senador Jarbas Vasconcelos, “só quer saber de cargos para a corrupção”. (veja, 13 de maio de 2009, pág 74)

A expressão proverbial em análise, confirmada em Pinto (2000), retrata a habilidade política dos congressistas do PMDB em se posicionar diante de “adversidades” que surgem à sobrevivência política dos seus integrantes. A matéria deixa subentender que mesmo sem reclamar em público, o que,

repercutiria mal junto à sociedade, o partido se reuniu com o Presidente, ameaçou a aliança política para as eleições de 2010 e parou de votar medidas provisórias com o intuito de pressionar o governo a compensar o partido pela perda de cargos na Infraero. Tendo o líder do governo no senado, o senador Romero Jucá, utiliza-se do provérbio “*bom cabrito não berra*” para transmitir a mensagem aos membros do seu partido que não falassem publicamente sobre o assunto. Nos ecos deste provérbio pode ficar a impressão, junto à sociedade, de que os peemedebistas não estão preocupados com cargos, como foi acusado por um integrante do próprio partido, o senador Jarbas Vasconcelos, o qual dera uma entrevista de grande repercussão, nas páginas amarelas desta mesma revista, acusando o partido de só querer de cargos para a corrupção.

Exemplo 10

Esse poço tem fundo?

Houve um tempo em que se ensinava às crianças que, se a gente furasse um poço dias e dias e anos e anos a fio, chegaríamos ao Japão (ou era China que diziam?) e estaríamos no meio de crianças orientais de olhos puxados e costumes muito diferentes. Menina de cidade do interior, só conheci a maravilhosa cultura oriental muitos anos depois.

*Adulta, descobri que a vida tem outros poços, nem todos divertidos. Um deles agora se afunda como se não tivesse chão: **o poço dos escândalos nossos de cada dia**, o poço de nossa desolação e do nosso engano. Percebo que, a pior das situações, raras pessoas ainda se dão o trabalho de se preocupar de verdade. A maioria, talvez para suportar tantos desencantos, dá de ombros dizendo que é isso mesmo, as coisas são assim, no Brasil é assim, no mundo inteiro está ficando assim, e afinal não tem problema.*

Temos frisado que nossa pesquisa ancora-se na perspectiva da enunciação proverbial, que se trata da quebra da forma comumente cristalizada e o movimento que acontece com os dizeres proverbiais. Também concebemos este fenômeno como “molduras proverbiais”, termo cunhado por Vellasco

(2000), também designado de pseudoprovérbio. Este exemplo não se trata de um provérbio com uso consagrado; a autora apenas parafraseia um recorte da oração ensinada por Jesus, inserindo a situação a qual pretende criticar: os fatos escandalosos que têm se tornado corriqueiros da corrupção na política. Consideramos tal construção como um pseudoprovérbio, como afirma Vellasco (op cit), pois “se tal citação funcionar como provérbio no contexto interacional, não é importante se se trata ou não de um falso provérbio. A forma padrão do provérbio normalmente é associada, já que certas famílias de provérbio se proliferam e, com base nesse processo cognitivo, outras formas derivadas surgem e tornam-se aceitas pelos ouvintes que criam novos adágios a partir dos existentes, ou até reformulam-nos”. Assim como Vellasco, enxergamos a expressão em destaque como uma pseudo-forma proverbial, já que se apoia em alguns princípios de proverbialidade como a metáfora, a paráfrase, tornando-se recorrente no uso.

Em seu funcionamento, a enunciadora traz como forma de comportamento a banalização do incorreto, como justificativa e aceitação cultural por parte das pessoas para defenderem o indefensável, ou seja, a corrupção, ainda mais precisamente no âmbito político. Quando ela retrata que algumas pessoas dão de ombros dizendo que o mundo inteiro está ficando assim e demonstra sua indignação pelo fato de cada vez menos as pessoas se importarem de verdade em combater, torna-se, pois, viável o parafraseamento com a reconhecida oração do Pai Nosso: *o pão nosso de cada dia* transformando-se dessa feita em “*os escândalos nossos do dia a dia*”.

Exemplo 11

Cartas marcadas no metrô de Serra

Fraude em licitação de R\$ 4 bilhões indica um acerto prévio entre o governo paulista e as construtoras para definir os vencedores de uma das maiores obras da gestão tucana

*Por essa José Serra não esperava. Na reta final da campanha, o tucano passou a ter de explicar uma fraude numa obra de R\$ 4 bilhões na licitação do Metrô de São Paulo. O esquema com empreiteiras contratadas pelo governo paulista foi revelado pela “Folha de S. Paulo”. Na terça-feira 26, o jornal mostrou que teve acesso aos resultados da concorrência seis meses antes de o governador do Estado, Alberto Goldman, anunciar os vencedores. A reportagem não deixa dúvidas de que as obras de expansão da Linha 5 (Lilás) – que devem levar 12 quilômetros de trilhos do Largo Treze, na zona sul da cidade, às estações Santa Cruz (Azul) e Chácara Klabin (Verde) – **fazem parte de um jogo de cartas marcadas.***

No dia 23 de abril, o jornal havia registrado em cartório e em vídeo gravado na redação os nomes dos consórcios que seriam escolhidos para vencer a concorrência de um processo iniciado em outubro de 2008, quando Serra era governador de São Paulo. Três dias depois do registro, começou uma estranha movimentação: o Metrô rejeitou a oferta do consórcio Galvão/Serveng para as obras do lote 2 da Linha 5 por suspeita de superfaturamento e determinou que os 17 consórcios que disputavam todos os lotes em aberto (2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8) apresentassem novas propostas entre maio e junho. Em 21 de outubro, o atual governador, Alberto Goldman (PSDB), divulgou o nome dos novos vencedores. Surpresa: os felizardos escolhidos eram exatamente os mesmos que a “Folha” tinha identificado seis meses antes.

Em pleno segundo turno de campanha eleitoral, quando a presidenciável Dilma Rousseff tinha que explicar os *lobbies* ocorridos na casa civil por sua ex-assessora e então Ministra Erenice Guerra, a Folha de São Paulo, de forma até surpreendente, traz à tona com fortes evidências do que seria um dos maiores esquemas de corrupção da história do país: o direcionamento de uma licitação de 4 bilhões de reais, orquestrado no governo Serra. Maingueneau (1998), de forma veemente, reforça que todo discurso oral ou escrito supõe um *ethos*. O enunciador utiliza o *ethos* para legitimar seu dizer, em seu discurso, ele atribui

uma posição institucional e marca sua relação com um saber. Novamente, podemos constatar a utilização da expressão idiomática como estratégia, neste caso, de desconstrução da imagem de Serra pela mídia, visto que o enunciador traz a expressão “*jogos de cartas marcadas*” para evidenciar o conluio entre empresas e o ex-governador Serra com o então Alberto Goldman, cujos jogadores, por um ato ilegal, “marcam as cartas” para poderem vencer em prejuízo aos demais concorrentes. As alegações de Serra foram dirigidas em forma de ataque ao governo federal, não explicando o que teria acontecido, passando a responsabilidade de combinação da licitação entre as próprias empresas, sendo que, muitas delas, doadoras de sua campanha

Exemplo 12

Ele ajuda ou atrapalha? Nem Deus sabe

Os marqueteiros do PT dizem que Dilma tem um problema com o “povo de Deus”. Lula entra na lide, mas sua fala só aumenta os mistérios entre o céu e a terra

*Bom de palanque quando está todo mundo a favor, Lula se embanana quando tem de se comunicar com uma audiência refratária. Não poderia haver exemplo mais claro disso do que a tentativa de Lula, na semana passada, de entrar na discussão religiosa sobre o aborto, o que, na avaliação dos petistas, está afastando de Dilma eleitores pertencentes ao “povo de Deus”. Lula misturou Deus, Jesus, senadores e barbudos no mesmo balaio: **“Como Deus escreve certo por linhas tortas, Deus fez a vingança.** Eu achava que era necessário colocar gente mais digna com mais respeito no senado”. Depois: “Contou-se muita mentira a meu respeito. Eu tinha barba e, por isso, era comunista. Os mentirosos que diziam isso não tinham coragem de dizer que Jesus Cristo também tinha a barba comprida”. Foi de amargar. O patuá do Presidente, desta vez o traiu. Para começo de conversa, ele se colocou na mesma posição de Deus, que teria se vingado de alguns políticos apenas porque eles*

desagradaram a Lula. Não satisfeito, Lula mais uma vez se comparou ao filho de Deus, Jesus, que nas representações pictóricas é um homem barbado.

(Veja, edição 2187, 20 de outubro de 2010)

Esta matéria, em pleno segundo turno da campanha eleitoral, assume abertamente a linha político-partidária da revista. As palavras iniciais bombardeiam o então Presidente Lula, como sendo um arredo na comunicação perante adversidades, muito embora Lula tenha sido Presidente da República reeleito, disputando cinco eleições presidenciais, coordenador da maior greve dos trabalhadores da história deste país em pleno regime militar e conhecido como um dos maiores fenômenos de comunicação social, razão pela qual Ali Kamel escreveu o livro: *Dicionário Lula: um presidente exposto por suas palavras* (2009). Fica ainda mais evidente a tendência antilula desenvolvida pela revista com a análise duvidosa do provérbio proferido pelo então Presidente *“Como Deus escreve certo por linhas tortas, Deus fez a vingança. Eu achava que era necessário colocar gente mais digna com mais respeito no senado”*. A análise evocada na revista afirma que Lula se compara a Deus, que usara a vingança contra alguns senadores que criticavam o Presidente; e a Jesus, pelo fato de ambos terem a mesma representação pictórica, a barba. O que se depreende de uma análise mais isenta é que, com a utilização do provérbio, o enunciador não buscava comparar-se a Deus, e sim atribuir a causa de seus insucessos políticos à imagem hostil que se criara dele, mas que a justiça fora feita e seus desafetos políticos tinham sido “vingados” por Deus. O mesmo podemos inferir da suposta comparação que o enunciador estabelece com Jesus, que nas palavras do então Presidente, trata-se de uma representação pictórica, a barba, comum a ambos. Lula afirma que se fosse só por esta razão, ele poderia ter sido associado a Jesus, que representa o bem, entretanto a associação fora sempre canalizada para o “mal”, o barbudo comunista. Diferentemente das outras ocorrências, o jornalista utilizou não o provérbio proferido por si, mas dito pelo próprio Lula, a fim de utilizar-se de uma análise que viesse de encontro à figura deste enunciador.

Exemplo 13

O bispo Lula e a polícia

O presidente Lula conduz o Itamaraty da mesma maneira que o bispo Romualdo conduz a igreja Universal. Os dois recomendaram procurar os bandidos na cadeia e negociar diretamente com eles, dizendo: “Pô, a gente tá fazendo um trabalho bacana. Pô, todo mundo tá armado. PÔ, a gente é companheiro ou não é?”

O bispo Romualdo, de acordo com a Folha de São Paulo, resumiu candidamente o espírito desse seu empenho diplomático bilateral: “Nosso problema não é o bandido, nosso problema é a polícia”. É o que Lula tem repetido insistentemente nos últimos anos, em todos os encontros internacionais. Ele recomenda procurar os bandidos em suas cadeias e negociar diretamente com eles. Porque o problema, segundo Lula, não é o bandido de Cuba, o bandido de Gaza, o bandido da Coreia do Norte, o bandido da Guiné Equatorial, o bandido da Venezuela – o problema é a polícia.

Em 16 de maio, o bispo Lula emulará o presidente Romualdo e dará o passo mais ruinoso de sua carreira. Ele procurará Mahmoud Ahmadinejad em sua cadeia iraniana e negociará com ele “**olho no olho**”, prometendo ajudar a escapar da polícia dos Estados Unidos e da Europa. (...) “ **Olho no olho** com Mahmoud Ahmadinejad em maio, Lula poderá dizer mais uma vez: Nosso problema não é o bandido, nosso problema é a polícia.” Pô. (veja, 17 de abril de 2010, edição 2126)

Como afirmamos no capítulo 2, as expressões idiomáticas contam com a colaboração do enunciatário para que este ative processos inferenciais. Mesmo sem veicular uma moral, como é o caso do provérbio, interessamo-nos pelo emprego de tais expressões por possuírem índices de proverbialidade e um direcionamento argumentativo, fato que é possível constatarmos neste exemplo. O enunciador, ao fazer uso do dizer, constata o fato de que a política externa brasileira gerou muita polêmica junto aos militantes da extrema direita brasileira realçada, como é possível percebermos, pela revista VEJA, ao aproximar o Brasil de países não-alinhados com os Estados Unidos da América. A expressão idiomática “*olho no olho*” retrata a incredulidade do enunciador em aceitar que o Presidente possa conversar pessoalmente com o líder iraniano Mahmoud Ahmadinejad, figurando a imagem de correção ao atrelamento daquilo que os americanos e europeus julgavam correto. Não pareceu levar em consideração a soberania brasileira de se relacionar com países, não com pessoas. A matéria retrata, com expressões populares não condizentes a uma conversa diplomática, o que o Presidente

acha da relação entre Ahmadinejad e EUA, deixando aos leitores, a imagem que o Presidente sabe que o líder iraniano é um bandido, porém o problema é do “policial” EUA , e como bandido, é inconcebível que um Presidente mantenha uma relação “olho no olho

Para finalizar nossas análises, expomos abaixo um quadro sintético que procura revelar uma visão panorâmica do comportamento da mídia, representado por estas duas revistas de maior circulação nacional. A estratégia para a identificação dos indícios linguísticos utilizadas na investigação foi a análise dos efeitos de sentido produzidos pela presença dos provérbios e expressões idiomáticas inseridas nas notas, matérias e reportagens jornalísticas.

Quadro 3:

Quadro sintético de ocorrências das enunciação proverbiais

Revistas	Presidente FHC (1999 a 2002)	Presidente Lula (2007 a 2010)
Veja	(1999) <i>Notas para um dicionário de política</i> É dando que se recebe– frase retirada da oração de São Francisco passou a nomear a profana exigência de vantagens, materiais ou imateriais, lícitas e ilícitas em troca de apoio político. Quem a lançou foi o deputado Roberto Cardoso Alves (1927 a1996), do PMDB do Estado de São Paulo, em março de 1983, no calor do debate da Assembleia Constituinte sobre a preocupação para cinco anos do mandato do então presidente, José	(2007) O problema do programa petista (PAC) é que ele confia demais no papel do Estado, mostra-se tímido quanto às principais urgências econômicas do país e é insuficiente para atingir seu próprio objetivo de elevar o potencial de crescimento do PIB. (...) E o que é pior: em vez de propor a reforma da previdência, o governo lavou as mãos, preferindo criar um grupo de trabalho para estudar o assunto – em “governês”, criar um grupo de trabalho

	<i>Sarney. Como o Presidente acabou recebendo, supõe-se que deu.</i> (2000) Ser candidata de Tasso em Fortaleza é carregar uma mala sem alça. (Lula, eterno candidato do PT à Presidência, ironizando o terceiro lugar da candidata Patrícia Gomes (PPS), apoiada pelo governador Tasso Jereissati, na pesquisa do IBOPE. (2001) <i>Males que vêm para o bem</i> <i>Um dos magos das pesquisas de opinião no país acha que toda essa algazarra política, com denúncias de corrupção, espoucando por vários lados, não terá capacidade para afetar a imagem do governo FHC. O motivo não é exatamente lisonjeiro: seis anos de acusações desse tipo criaram na população uma sensação de que essas coisas, de alguma maneira, fazem parte do governo. Para o bem ou para o mal, criou-se uma blindagem.</i> (2002) <i>Se eu for eleito, a vaca não vai para o brejo.</i> (José Serra, candidato tucano à Presidência, posando ao lado de uma vaca, em reunião com pecuaristas de	significa enterrar de vez o assunto. (2008) Há uma grande diferença entre gastos sigilosos e clandestinos. No modelo atual não há nenhum controle sobre boa parte da despesa da Presidência. Quem faz esse trabalho é um órgão ligado ao gabinete presidencial – ou seja, é a clássica história da raposa tomando conta do galinheiro. Uma das poucas tentativas de fiscalização do uso do cartão corporativo data de 2003. (2009) A faxina teve como objetivo final o repasse da gestão dos principais aeroportos do país à iniciativa privada. “Bom cabrito não berra”, limitou-se a dizer o senador Jucá sobre as mudanças na infraero. Os cabritos do PMDB podem até silenciar em público, mas estão berrando alto em privado. Na segunda-feira, os líderes do partido se reuniram com o presidente Lula e ameaçaram retaliar. Disseram que as demissões poderiam pôr em risco a aliança do PT com o PMDB nas eleições de 2010. Lula sempre mais esperto do que eles, desconversou e disse que nada sabia sobre a faxina.
--	--	--

	Barreto no interior de São Paulo.	(2010) Lula misturou Deus, Jesus, senadores e barbudos no mesmo balaio: “Como Deus escreve certo por linhas tortas, Deus fez a vingança. Eu achava que era necessário colocar gente mais digna com mais respeito no senado”. Depois: “Contou-se muita mentira a meu respeito. Eu tinha barba e, por isso, era comunista.”
Isto É	(1999) Fundo do poço FHC tenta se guiar pelas pesquisas e vira refém da briga entre ACM e Jader Barbalho. No pior estilo morde-assopra, em três discursos de improviso na última semana, o presidente Fernando Henrique resolveu ensinar como não se deve fazer política exclusivamente guiado pela biruta da mídia e das pesquisas de opinião. Irritado com a divulgação da pesquisa CNT-Vox-Populi, na segunda-feira 13, que lhe garante o recorde de rejeição na história recente do País. (2000) Rei morto, reino dividido No brejo em que se transformou a política baiana, mais um sapo foi atirado na garganta do presidente do Senado,	(2007) Apesar de tudo, é preciso não sucumbir à tentação autoritária de considerar o Parlamento um candidato natural à lata de lixo da história. Ruim com o Congresso, pior com ele manietado por um regime bonapartista ou sitiado por turbas ensandecidas. A democracia ainda é “o pior dos regimes, à exceção de todos os demais”, como dizia Churchill com fina ironia. (2008) Se convencer seus pares a aprovar a reforma tributária, o deputado Palocci poderá dar a volta por cima no escândalo do caseiro e assim se credenciar para vãos mais altos. (...)Os mais exaltados dizem que Palocci é um dos fiéis conselheiros do presidente Lula e, por isso, pode despontar como uma alternativa à sucessão de 2010.

	Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). (2001) O PSDB está por cima da carne seca com a candidatura de Aécio Neves (MG) a presidente da Câmara. Mas nem tudo são flores no partido. A começar pela disputa pelo lugar de Aécio como líder da bancada. O líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio Netto (PSDB-AM), bem que queria a vaga, mas está sendo devidamente atropelado pelo candidato do ministro da Saúde, José Serra. (2002) Não significa que ele tenha sido totalmente aceito dentro do PT. Os petistas moderados já não se incomodam mais e muitos não escondem a admiração pelo senador liberal. Quanto aos radicais, hoje com pouca influência nas decisões do partido, restou o silêncio. Afinal, em time que está ganhando não se mexe. E na campanha não houve crises envolvendo o vice de Lula.	Decidido a comer o mingau quente pelas bordas, Palocci é mais prudente ao falar de seu futuro. (2009) Até agora, a campanha tem sido apenas uma discussão de "quem" vai ser e não do "que" vai ser depois de Lula. Nas panelinhas partidárias do PT e do PSDB, o "agora ou nunca" é como água fervente a elevar a pressão por um consenso de nomes e não de ideias. Se a caldeira estourar, irá gerar explosões de ressentimentos e dissensões que em última instância se abaterão sobre a história e a índole dos dois partidos. (2010) Por essa José Serra não esperava. Na reta final da campanha, o tucano passou a ter de explicar uma fraude numa obra de R\$ 4 bilhões na licitação do Metrô de São Paulo. O esquema com empreiteiras contratadas pelo governo paulista foi revelado pela "Folha de S. Paulo". (...)A reportagem não deixa dúvidas de que as obras de expansão da Linha 5 (Lilás) – que devem levar 12 quilômetros de trilhos do Largo Treze, na zona sul da cidade, às estações Santa Cruz (Azul) e Chácara Klabin – fazem parte de um jogo de cartas marcadas.
--	--	---

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletirmos sobre as considerações que darão fecho a este trabalho, consideramos necessário recuperar os objetivos e hipóteses que levantamos nas considerações iniciais para confrontar com os resultados que obtivemos. Inicialmente, negamos com nossa pesquisa a esgotabilidade do tema, Provérbio e Enunciação Proverbial, dada a abrangência de abordagens possíveis que tal tema pode trazer ao universo acadêmico, uma vez que interessam à ciência da linguagem estudos que buscam desvendar a língua em seus mais diversos usos, crenças e ideologias representados socialmente.

Para o presente trabalho de pesquisa, delineamos como eixo norteador a investigação dos provérbios e expressões idiomáticas que acontecem enunciativamente nos enunciados produzidos pela mídia, na tentativa de flagrar como as imagens dos referentes em foco, Fernando Henrique e Lula, podem ser construídas ou desconstruídas através da utilização de tais dizeres. Para isto, focalizamos o emprego dos provérbios e expressões idiomáticas produzidos pelos enunciadores das revistas de maior circulação nacional: VEJA e ISTO É, como representativos da mídia brasileira, configurados na voz do jornalista, ou dos agentes da política nacional.

Em linhas gerais, procuramos abordar o provérbio e expressões idiomáticas retomando algumas teorias que pudessem nos auxiliar na explicação do acontecimento enunciativo de nosso interesse. Buscamos na teoria da referenciação um subsídio para mostrar como os provérbios e expressões idiomáticas poderiam revelar um ponto ideológico do enunciador quanto ao referente. Lançamos mão também do conceito de *ethos* a fim de compreender a construção da subjetividade que subjaz tais expressões, como também a possibilidade de revelar estereótipos mobilizados pela mídia por intermédio de tais expressões. Apostamos na Teoria da Argumentação na língua para explicar o funcionamento retórico-argumentativo e semântico-pragmático dos provérbios e expressões idiomáticas nas diversas situações comunicacionais aqui recortadas e, por fim, a noção de gênero na perspectiva sociorretórica, que parte do princípio segundo o qual o provérbio é um ato retórico, porque leva o leitor a agir.

Nossas análises permitiram-nos afirmar que os provérbios e expressões idiomáticas são sim utilizados amplamente como recursos estratégicos de argumentação no discurso da mídia, atuando como ferramenta que ora favorece, ora desfavorece a imagem tanto de Fernando Henrique quanto a de Lula. Ao retomarmos às nossas primeiras análises vinculadas ao Governo FHC, chamamos atenção para o emprego das expressões: “*fundo do poço*”, referindo-se à popularidade em declínio de FHC (ex.2); “*pisou na bola*” (ex. 3) surpreendentemente proferido por ACM contra FHC, e “*carregar uma mala sem alça*” (ex.4), palavras de Lula ironizando o terceiro lugar da candidata Patrícia Gomes, apoiada pelo então governador Tasso Jereissati da base política de FHC. É possível perceber que estas expressões desfavorecem a imagem do referente em foco, Fernando Henrique neste caso, já que se trata de dizeres sentenciosos acerca deste e dos que integram seu entorno político. Do mesmo modo, recuperamos o exemplo 7 que afirma que o PSDB estaria “*por cima da carne seca*”, evidenciando uma posição de superioridade do partido; contudo, a expressão “*nem tudo são flores no partido*”, logo em seguida, revela uma certa desarmonia interna dentro deste mesmo partido.

Todos estes exemplos recuperados, conforme foi possível percebermos, revelam uma visão pouco afeita de FHC. Como utilizamos as duas revistas de maior circulação nacional como corpus para nossas análises, procuramos averiguar se tal veiculação com este direcionamento ideológico-partidário possuiria uma relação direta com o periódico responsável pela divulgação. Com exceção do exemplo 4, observamos que todos estes que ora revisitamos foram extraídos da revista ISTO É. No entanto, mesmo tendo sido publicada na VEJA (ex. 4) a frase dita por Lula criticando o apoio de um aliado de FHC, através da expressão idiomática “*carregar uma mala sem alça*”, o enunciador demonstra não compactuar com tal expressão e estende uma crítica a Lula, ao denominá-lo como “*eterno candidato do PT à Presidência*”, referindo-se às sucessivas tentativas frustradas deste candidato para tal cargo. Em outras palavras, este enunciador, ao fazer esta ressalva a Lula, permite emergir sentidos oriundos de uma posição discursiva que parece ser específica do periódico que a veicula. Vê-se, pois, pelo exposto, que os provérbios e expressões idiomáticas empregados pela revista ISTO É, normalmente, revelaram um viés depreciativo do referente FHC.

Nossos dados permitiram-nos constatar também o movimento inverso, ou seja, os provérbios e expressões idiomáticas no papel de apreciação de imagem, ainda com base nas análises do mandato de Fernando Henrique Cardoso. Retomamos os exemplos que reiteram esta aprovação. São eles: (ex.5) Itamar “erra no varejo, mas acerta no atacado”, a fim de inocentar os excessos de Itamar e evidenciar seus acertos; (ex. 8) “há males que vêm para o bem”, para evidenciar que a recorrência da corrupção do governo FHC havia criado um quadro de banalização por parte da população; (ex. 9) afirma que Aécio “passou a rasteira em cobras criadas”, e que ele tomara “um chá contra a mosca azul”, potencializando a figura de Aécio, aliado de FHC; o (ex. 10), nas palavras de Serra: “se eu for eleito, a vaca não vai para o brejo” para revelar controle no âmbito pecuário em caso de uma possível vitória nas urnas deste candidato, apoiado por FHC.

Novamente, averiguamos a relação existente entre o encaminhamento ideológico revelado pelas escolhas dos dizeres proverbiais e o veículo responsável para tal. É muito clara a evidência de que, diferentemente do que apontamos como inclinação da revista ISTO É, a revista VEJA age estrategicamente através dos provérbios e expressões idiomáticas na tentativa de solidificar a imagem do referente em questão.

Esta mesma relação de contrução e desconstrução de imagem guiada pelo teor ideológico e argumentativo peculiar a cada periódico mantém-se nas análises do mandato do governo Lula. Listamos os exemplos abaixo como aqueles que foram de encontro à imagem do referente Lula. A começar pelo período eleitoral, no ex. 11, ainda no mandato de FHC, temos “o verdadeiro Lula, o lobo socialista que por algumas semanas se fantasiara de cordeiro”, reforçando a imagem que Lula se vendeu a um padrão eleitoral oposto às suas reais características. O ex.3, agora no mandato de Lula, afirma que o “governo lavou as mãos”, a fim de criticar a iniciativa do projeto de investimentos e cunhar a imagem negativa ao partido do PT. O ex. 4, “a história da raposa tomando conta do galinheiro”, tenta passar a ideia de que todos os políticos são corruptos, logo, qualquer fiscalização seria inválida. Enfim, todos estes exemplos que estiveram na contramão do governo Lula foram catalogados pela revista VEJA.

Faz-se necessário retomarmos também os dados que favoreceram o governo petista. O período eleitoral ilustra tal feito, no exemplo 12, ainda relacionado ao mandato de FHC “ em time que está ganhando não se mexe”, sublinhando os méritos do vice de Lula, José de Alencar. No ex.5 temos “Palocci poderá dar a volta por cima”, a fim de conferir um novo ethos ao então ex-ministro, cuja imagem tinha sido desgastada. No ex.11, a fraude de Serra faz parte de “um jogo de cartas marcadas”, ao trazer à tona tal evidência do candidato Serra, o que revela um certo favorecimento à candidata do PT, Dilma Rousseff, com quem disputava o cargo da Presidência da República. Estes dados todos foram divulgados pela ISTO É.

Há duas matérias publicadas pela VEJA que também caminham nesta direção, mesmo quando afirmamos que esta revista demonstra inclinação de avessa ao governo petista. O exemplo 9, “bom cabrito não berra”, reflete a habilidade dos congressistas do PMDB em se posicionar diante das adversidades. No entanto, o provérbio foi proferido pelo senador Jucá, não por enunciadores do periódico. Do mesmo modo, o exemplo 12 “ Deus escreve certo por linhas tortas, Deus fez a vingança” é ilustrado na revista, mas proferido por Lula, que quis atribuir a causa de seus insucessos políticos à imagem hostil que se criara dele. Para não coadunar com tais palavras, o enunciator em seguida revelou que tal afirmação “foi de amargar”, pois ele teria se colocado na mesma posição de Deus que se vingara de alguns políticos apenas porque eles desagradaram a Lula. Mais uma vez, constatamos que a tão propalada imparcialidade não ocupa primazia nestes veículos de mídia impressa.

Nossas análises evidenciam que os provérbios e expressões idiomáticas, na perspectiva da enunciação proverbial, com suas formas proverbializadas ou não, atuam como mecanismos de persuasão por representarem a “voz coletiva”, “a voz do povo” nestas duas revistas de maior circulação nacional. Este fato pareceu-nos paradoxal pelo fato de tais revistas serem espaços que, convencionalmente, repelem a clichêização, como assim são denominados os provérbios e expressões idiomáticas. Sabemos da relação de poder que a imprensa exerce sobre a sociedade através da linguagem, capaz de reproduzir e manter preconceitos, crenças e ideologias. Por esta razão, arriscamos dizer que nossa pesquisa, em certa medida, buscou

problematizar o discurso hegemônico da mídia e até confrontá-lo. Entendemos, portanto, que estes espaços que nos serviram de corpus foram também espaços que se abriram à clichêização, romperam a estereotipia atribuída ao provérbio e ilustraram a riqueza expressiva destes dizeres. Logo eles, surpreendentemente, os provérbios e expressões idiomáticas, que são relegados à marginalidade da língua erudita, estão presentes nos mais diferentes lugares discursivos (inclusive lugares cuja discursividade obedece à padronização linguística, como foi o *corpus* desta pesquisa) trazendo representação histórica, política, sócio-cultural e produzindo efeitos de verdade.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional; casa da moeda, 1998.

BAKHTIN, M. 1929. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2002.

BARWARSHI, Anis S.; REIFF, Mary Jô. **Genre: an introduction to history, theory, research, and pedagogy**. West Lafayette, Indiana: Parlor Press/ The WAC Clearinghouse, 2010. Trad. Benedito Gomes Bezerra.

BAZERMAN, Charles. **Gênero, Agência e Escrita**. Trad. Judith Hoffnagel e Ângela Dionísio. São Paulo: Cortez, 2006.

BENVENISTE, E. 1966. **O aparelho formal da enunciação**. In: **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BRANDÃO, H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 3ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. **A força das palavras: dizer e argumentar**. São Paulo: contexto, 2011.

CARVALHO, G. Gênero como Ação Social em Miller e Bazerman: O Conceito, uma Sugestão Metodológica e um exemplo de aplicação. In: MEUREE, J.L.; BONINI A., MOTTA-ROTH, D. (orgs). **Gêneros, teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CAVALCANTE, Marianne C. B. **Processo de referenciação e discurso**. Revista do GELNE, vol.2, nº 2, 2000.

CAZELATO, Sandra Elizabete de Oliveira. Tese de Doutorado intitulada “**A interpretação de provérbios parodiados por afásicos e não afásicos**” apresentada em 2008 no Instituto de Estudos da Linguagem/ IEL – UNICAMP.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: contexto, 2008.

CONDÊ, Mauro Lúcio Leitão. **WITTGENSTEIN: Linguagem e mundo**. Annablume, 1998

DIAS, Eliane Penha Mergulhão. **Sobre a permanência de adágios e provérbios na propaganda brasileira.** Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) Doutoranda em Comunicação Social.

DUCROT, O. **O dizer e o dito.** Campinas, SP: Pontes, 1987.

FERNANDES, Sônia Sueli Gimenez. **Estudo do vocabulário relativo aos refrões, ditos e provérbios utilizados pelos paraguaios residentes em Dourados – MS.** Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. 2010.

FIORIN, José Luiz. **Em busca do sentido: estudos discursivos.** São Paulo: contexto, 2008.

FLORES, Valdir do Nascimento & TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à Lingüística da Enunciação.** São Paulo: Contexto, 2008.

HOLBEK, B. **Proverb style. Proverbium,** 1970.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HORTA, S.R.G. **Provérbios na tradição chinesa.** In: Bretzke, G.G. & Horta, S.R.G. *Calidoscópio.* São Paulo: Mandruvá, 1997.

KOCH, Ingedore G. Villaça, BENTES, Christina e CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade: diálogos possíveis.** São Paulo, Cortez, 2007.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos.** São Paulo: Contexto, 1997.

KOCH, I. V. ; MORATO, E. M. E BENTES, A. C. **Referenciação e Discurso.** São Paulo: Contexto, 2005.

LACERDA, Roberto Cortes; LACERDA, Helena da Rosa Cortes; ABREU, Estela dos Santos. **Dicionário de Provérbios: Francês – Português - Inglês.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LAUAND, L.J. "Sentenças de sabedoria dos antigos". In: Hanania, A. R.; Lauand, L.J. **Oriente & Ocidente: Sentenças e sabedoria dos antigos.** São Paulo: EDIX/Centro de Estudos Árabes DLO-FFLCH/USP, 1994.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação.** São Paulo: Cortez, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. A aforização Proverbial e o feminino. In MOTTA, Ana Raquel & SALGADO, Luciana. **Fórmulas Discursivas**. São Paulo: contexto, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. São Paulo: parábola, 2008.

MARCUSCHI, L. A. A construção do mobiliário do mundo e da mente: Linguagem, cultura e categorização. In: MIRANDA, N. S. e NAME, M. C. (orgs.). **Linguística e cognição**. Juiz de Fora: Ed UFJP, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais**. UFPE - Revista do Gelne, vol. 2, nº 2, 2000

MARCUSCHI, Luiz Antônio & KOCH, Ingedore Villaça (1998) **Processos de referenciação na produção discursiva**. São Paulo, v. 14, Revista Delta.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Cortez, 2008.

MEYER, M. As bases da retórica. In: CARRILHO, M. M. (org) **Retórica e Comunicação**. Trad. de Fernando Marinho. Lisboa: Edições ASA, 1994.

MILLER, C. R. **Genre as social action**. *Quarterly Journal of Speech* , 1984.

MEURER, J. L., BONINI, ADAIR, MOTTA- ROTH, DESIREE (orgs.) **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005.

MILLER, C. R. **Genre as social action**. *Quarterly Journal of Speech* , 1984.

MOTA, Ático. V.B. **Provérbios em Goiás – contribuição à Paremiologia Brasileira**. Goiânia: Oriente, 1974

NEVES, M. H. de M. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

OBELKEVICH, J. Provérbios e história social. In BURKE , P & PORTER, R. (orgs). **História Social da Linguagem**. São Paulo: Cambridge University Press – Editora da UNESP, 1997.

PINTO, Ciça Alves. **Livro dos Provérbios, ditados populares e anexins**. São Paulo: editora SENAC, 2000.

ROCHA, R. A **enunciação dos provérbios: descrições em francês e português**. São Paulo: Annablume, 1995.

RUSSOMANO, V. **Adagiário gaúcho**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1938.

SABINO, Marilei Amadeu. Expressões Idiomáticas, provérbios e expressões idiomáticas proverbiais: iguais, semelhantes ou diferentes? In BARROS, Lídia Almeida & ISQUERDO, Aparecida Negri. **O léxico em foco: múltiplos olhares**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

SANTOS, Mônica Oliveira. **Um comprimido que anda de boca em boca: os sujeitos e os sentidos no espaço da enunciação proverbial**. Campinas: Editora Pontes, 2007.

SILVEIRA, Maria Inez Matoso. **Análise de Gênero Textual: concepção sociorretórica**. Maceió – Edufal, 2005.

SUCCI, T. M. **Os provérbios relativos aos sete pecados capitais**, 2006. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos, Instituto de Biociências, Letras e Ciências exatas. Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2006.

VELLASCO, Ana Maria de Moraes Sarmiento. **Padrões de uso de provérbios na sociedade brasileira**. Artigo publicado em 2000, na revista *Cadernos de Linguagem e Sociedade*.

VELLASCO, Ana Maria de Moraes Sarmiento. Coletânea de provérbios e outras expressões populares brasileiras. Disponível em: [HTTP: // WWW.deproverbio.com/DPbooks/VELLASCO/COLETANEA.html](http://WWW.deproverbio.com/DPbooks/VELLASCO/COLETANEA.html). Acessado em 21 de setembro de 2011.

Vellasco, A. M. de M. S. **Um estudo dos padrões de uso de provérbios na sociedade brasileira**. Brasília, DF, Universidade de Brasília, dissertação de mestrado inédita, 1996b.

XATARA, Claudia Maria. **As expressões idiomáticas de matriz comparativa**. 1994. 140 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1994.

XAVIER, Antônio Carlos. **Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos**. Recife: Rêspel, 2010.

Notas para um dicionário brasileiro de política

Roberto Pompeu de Toledo Ensaio

Cândidas tentativas de entender um pouco o não entendido e desentender outro tanto o por demais entendido

expressão para a política nacional atende a uma demanda por justiça e decência crescente na sociedade brasileira, e tão ardente que às vezes parece ultrapassar as medidas. A CPI que investigou o caso Collor-PC terminou na destituição de um presidente. Mesmo assim, há quem diga que terminou em pizza. A gana do brasileiro médio contra o mundo político chegou ao ponto de parecer não se contentar com penas menores do que o açoite, o degredo ou a infâmia até a terceira geração. Talvez com razão.

■ **Decoro parlamentar** — Expressão que freqüenta as constituições brasileiras desde a de 1946 para descrever comportamento na falta de cuja observância o deputado ou o senador podem perder o mandato. O primeiro caso de cassação por falta de decoro parlamentar ocorreu em 1949, contra o deputado Barreto Pinto (1900-1972), por ter posado de cuecas para a revista *O Cruzeiro*. Na semana passada a Câmara condenou por falta de decoro um deputado, Hildebrando Pascoal, acusado, entre outras coisas, de serrar as pernas e os braços de um desafeto. Em São Paulo, semanas antes, uma vereadora, Maria Helena, declarou em plenário: "Se um canalha desses disser alguma coisa (...), quebro meu decoro parlamentar e mando para o cemitério". A expressão "falta de decoro", se parece adequada a quem se deixa fotografar de cuecas, para os demais casos citados resulta francamente insuficiente. Decoro é a Constituição. Ou imprevidente, por não possuir palavra mais forte para quem serre seres humanos ou ameaça mandá-los ao cemitério.

■ **Descamisados** — A massa dos pobres e desamparados. Palavra que fez parte do repertório do presidente Fernando Collor ("Não me deixem só") de Mello, que a emprestou do presidente argentino Juan Domingo Perón (1895-1974). Filia-se ao costume de rotular certos estratos sociais por características do vestuário, ou falta de

vestuário, do qual são expressão maior os "sans-culotte" da Revolução Francesa — pessoas que não usavam o *culotte* dos aristocratas. Curioso é que a escola brasileira de demagogia não se tenha dado conta de que mais forte que a camisa, na tradição do país, é a carência de sapato. "É sabido que o calçado teve com bastante freqüência um prestígio quase mágico em terras de portugueses, valendo como prova de nobreza ou da importância social de quem o usava" (Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e Fronteiras*). Escravos não usavam sapatos, no Brasil, que por isso mesmo eram símbolo de homem livre. Em Angola, negros que usavam sapatos eram chamados de "brancos". Sugere-se que, no próximo surto populista, se apele não aos descamisados, mas aos "descalços".

■ **É dando que se recebe** — Frase que, retirada da oração de São Francisco, passou a nomear a profana exigência de vantagens, materiais ou imateriais, lícitas ou ilícitas, em troca de apoio político. Quem a lançou foi o deputado Roberto Cardoso Alves (1927-1996), do PMDB de São Paulo, em março de 1988, no calor dos debates da Assembleia Constituinte sobre a prorrogação para cinco anos do mandato do então presidente, José Sarney. Como o presidente acabou recebendo, supõe-se que deu.

■ **JK** — Iniciais de Juscelino Kubitschek (1902-1976), presidente da República entre 1956 e 1961. Inaugurou o hábito de chamar políticos pelas iniciais, algo que se repetiria com força com o atual presidente, Fernando Henrique Cardoso, o FHC, bem como com o senador Antonio Carlos Magalhães, o ACM. Trata-se de estratégia imposta pelos jornais para fazer caber nomes compridos no espaço de tal recurso, recomendando-se, em Lula ou Ciro, chutes.

■ **Países em desenvolvimento** — Não tão pobres, se desenvolvendo. São os antigos países em desenvolvimento, tidos por "em vias de desenvolvimento" antes do "Terceiro Mundo". São os países de Kristof, do *The New York Times*, na reunião do Banco Mundial para um fundo de investimento no Terceiro Mundo. "Ninguém quer pôr dinheiro no Terceiro Mundo", reclamou um dos presentes. "É melhor vocês arranjam nome melhor." Os funcionários do banco puseram-se a pensar no assunto e saíram-se com a alternativa "mercados emergentes". De "mercados", a qualificação estendeu-se ao hoje quase equivalente "países". O Brasil, visto com boa vontade, é emergente. Visto com má vontade, volta ao Terceiro Mundo.

ISTOÉ - Independente

Imprimir

• • GOVERNO • | Edição: 1564 | 22.Set.99 - 10:00 | Atualizado em 27.Jan.12 - 17:38

Fundo do poço

FHC tenta se guiar pelas pesquisas e vira refém da briga entre ACM e Jader Barbalho

ISABELA ABDALA

No pior estilo morde-assopra, em três discursos de improviso na última semana, o presidente Fernando Henrique resolveu ensinar como não se deve fazer política exclusivamente guiado pela biruta da mídia e das pesquisas de opinião. Irritado com a divulgação da pesquisa CNT-Vox-Populi, na segunda-feira 13, que lhe garante o recorde de rejeição na história recente do País, o presidente criou um factóide para tomar as manchetes. No mesmo dia, soltou um torpedo contra o Congresso, acusando-o de empurrar com a barriga a votação das reformas. Na terça-feira, diante de uma platéia de parlamentares, resolveu pedir desculpas. No dia seguinte, ao ver sua foto nos jornais, cabisbaixo ao lado do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), este sim de peito erguido, FHC voltou atrás e bateu novamente no Congresso desmentindo o pedido desculpas. "O presidente está cansado e muito irritado. É difícil para alguém que conviveu com a glória por tanto tempo ver sua popularidade na lona", comenta um amigo. As reações destemperadas pegaram de surpresa até o secretário-geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira, que vinha num esforço concentrado de reconstrução da autoridade presidencial para destravar a pauta de votações da Câmara.

Centro do poder – Aloysio ainda conseguiu uma vitória suada, derrotando na quarta-feira 15 o projeto de perdão das dívidas dos ruralistas na Câmara. Mas agora não sabe como lidar com uma encresna muito maior, que ameaça paralisar a base governista. É que, com o enfraquecimento do presidente, o Congresso tende a tornar-se o centro do poder. E os dois maiores caciques do Parlamento resolveram que chegou a hora de definir quem ficará com o trono.

Disposto a impor um limite ao todo-poderoso ACM, o presidente do PMDB, Jader Barbalho (PA), conseguiu que o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), o nomeasse relator do PPA, rejeitando a indicação de ACM, o deputado Eliseu Rezende (PFL-MG). "ACM perdeu o freio. Acha que o Congresso é ele, e que os senadores são seus funcionários. A Bahia e o Fernando Henrique acostumaram muito mal o senador", atacou Jader na coluna da jornalista Dora Kramer, no *Jornal do Brasil*.

tomadas providências, outras denúncias seriam divulgadas. Os autores do documento se intitulam "empresários da Bahia e de São Paulo" e dizem que dispõem de provas que, mais tarde, serão "disponibilizadas à revista ISTOÉ, ao jornal Folha de S.Paulo e ao governador Mário Covas".

Fora do lixo – Antônio Carlos chamou o secretário da Indústria e, segundo Benito, disse que o único destino para aquilo era a lata de lixo. No dia do seu aniversário, 4 de setembro, ACM desenterrou o assunto. "Você já sabe de onde partiu aquele dossiê?", perguntou o presidente do Senado. "Não. Tenho quatro suspeitos. Por enquanto, só suspeitos", devolveu Benito, desconfiado de pessoas bem próximas a Antônio Carlos. Naquele momento, ele percebeu que o assunto não estava encerrado.

O dossiê produzido para intimidar Benito teve resultado. Na segunda-feira 27, o documento, ao qual ISTOÉ teve acesso, foi parar nos gabinetes da oposição na Assembléia Legislativa da Bahia. Foi uma festa. Benito entregou seu cargo ao governador César Borges e o carlismo saiu novamente chamuscado. Curiosamente, a primeira mesa onde o dossiê pousou, em meados de julho, foi a do secretário da Fazenda da Bahia, Albérico Mascarenhas, ex-subsecretário de Rodolfo Tourinho quando ele comandava a pasta da Fazenda no governo Paulo Souto. Pessoas ligadas a Benito desconfiam de que no documento apócrifo estão os dedos de Tourinho e do empresário Carlos Laranjeiras – um dos donos da empreiteira OAS, empresa da família de ACM. Mas com tantos problemas, tudo o que Antônio Carlos não precisava era que o dossiê vazasse agora. Foi um tiro no próprio pé. "Essa carta é o instrumento de algum covarde", disse Benito a ISTOÉ um dia depois de se reunir com o governador para pedir demissão em caráter irrevogável. Preferiu alegar assuntos pessoais. "Quem fez isso tem propósitos muito escusos para esconder. Querem tirar o meu espaço político, mas não vão conseguir", avisou.

Chicote – Na era ACM, muitas lideranças políticas surgiram à sua sombra. Em todos os casos, sem exceção, o cacique baiano manteve os afilhados sob rédea curta. O senador Paulo Souto, que governou a Bahia entre 1995 e 1998, sentiu na pele o chicote do chefe. Com a reeleição garantida por uma boa popularidade, Souto foi abatido em pleno vôo por ACM, que reservou a vaga para o filho Luís Eduardo, presidente da Câmara e virtual candidato à Presidência. A morte de Luís Eduardo, em abril de 1998, desfez o sonho de Antônio Carlos, mas ele manteve Souto fora do páreo e indicou para a vaga o desconhecido César Borges. Na cabeça de ACM, oito anos para Paulo Souto poderiam representar uma séria ameaça a seu reinado na Bahia. Outras lideranças também ficaram pelo caminho, como o deputado José Carlos Aleluia e o prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy. Agora, alguns discípulos decidiram que chegou a hora de desafiar o mestre. Com Paulo Souto em situação privilegiada nas pesquisas de opinião pública, pefelistas tidos como fiéis pupilos de ACM já ensaiam uma mudança de barco. Tudo na maior discrição para não baterem de frente com o chefe decadente.

Herdeiros – O reinado do cacique baiano, porém, tem outros pretendentes. O líder do PMDB na Câmara, deputado Geddel Vieira Lima, é um deles. Ele trocou a tímida e dúbia oposição ao carlismo por uma ofensiva no terreiro de ACM, cooptando parlamentares estaduais e federais até agora fiéis a Antônio Carlos. ACM sentiu mais esse golpe e está fazendo tudo que pode para evitar a debandada. Mas a essa altura ganharam fôlego também as esquerdas e o PSDB que

apostam na fragmentação do carlismo para terem chances reais de chegar ao poder. Nos últimos anos, ACM deu as cartas na política nacional e na Bahia. Seu declínio em Brasília está em acelerada contagem regressiva. Em terras baianas apenas começou. ■

"Eu não sou covarde"

Ricardo Stuckert



Benito Gama: "Não quero desconfiar de ninguém"

Ele começou como estagiário de economia na Secretaria da Fazenda em 1970 e não largou mais o serviço público. Trinta anos depois, com quatro mandatos de deputado federal e três vezes secretário de Estado na Bahia, é um homem rico. Na quarta-feira 29, dois dias depois do vazamento de um dossiê em que é acusado de corrupção, Benito Gama, 52 anos, deixou a Secretaria da Indústria e Comércio. No dia seguinte, conversou com ISTOÉ em seu escritório.

ISTOÉ – O sr. deixou o governo por causa do vazamento do dossiê acusando-o de corrupção?

Benito Gama – Nada a ver.

ISTOÉ – Por que o sr. decidiu sair?

Benito – Eu vim para atrair investimentos para a Bahia e fiz isso. Agora quero trabalhar no Congresso. Saio do governo deixando uma secretaria limpa.

ISTOÉ – Como o sr. tomou conhecimento desse dossiê?

Benito – O governador (César Borges) me mostrou em julho. Quem passou para ele foi o secretário da Fazenda (Albérico Mascarenhas), que também recebeu anonimamente. Essa carta é o instrumento de algum covarde. Eu tenho muitos defeitos e algumas qualidades, mas seguramente não sou covarde como quem fez esse documento.

ISTOÉ – Quando o senador Antônio Carlos Magalhães tomou conhecimento desse dossiê?

Benito – Na mesma época. Ele me disse que jogaria a carta no lixo. Depois me perguntou se eu tinha idéia da origem de tudo isso e eu disse que não sabia. Ele disse que também não.

ISTOÉ – De quem o sr. suspeita?

Benito – Quem fez tem propósitos escusos para esconder. Querem

Como relator, Jader já estabeleceu até um cronograma para a discussão do PPA. A essa altura, o senador baiano nem faz mais questão do cargo para o PFL. O seu único objetivo é derrotar o inimigo. Antes da nomeação de Jader, chegou a ameaçar Mestrinho: "Duvido que ele tenha coragem de me enfrentar." Com sua autoridade posta em xeque, correu atrás do apoio do colégio de líderes e ameaça destituir Mestrinho para tirar Jader do seu caminho. Agora, além da base desorganizada, o calendário de votações está ameaçado. Tomar partido nessa disputa pode ser muito arriscado para o governo. Refém da briga, só resta ao presidente torcer que a economia cresça e lhe devolva a popularidade perdida.

Fechar [X]



"Depois de dez anos tentando, consegui engravidar quando descobri a mulherzinha parideira que havia em mim, quando me dei conta de que a reprodução era minha função maior, de que eu e uma vaca somos a mesma coisa."

Mari Prineas, atriz

ELIANE COSTER

"A Igreja Católica pede perdão pela participação efetiva de seus filhos em sessões de tortura."

Documento divulgado pela Conferência Episcopal Argentina, em que a igreja assume responsabilidade na repressão durante a ditadura militar

"As condições que encontramos são apavorantes."

Nigel Rodley, relator especial do Comitê contra a Tortura da ONU, sobre as condições de vida nos presídios e distritos policiais no Brasil

"Eu sou o vereagay, mas na intimidade os amigos me chamam de vereadinho."

Ica, cabeleireiro e candidato a vereador em São Gonçalo, no Estado do Rio

"Andei com cabo Júlio por toda a cidade pedindo voto. De repente esse cretino renuncia e não me dá nenhum telefonema. Isso é uma molecagem."

Maurício Campos, ex-deputado federal, irritado com a renúncia do candidato Júlio César Gomes, do PL, à prefeitura de Belo Horizonte

"O Garotinho é que nem perereca, vai para lá e para cá."

Leonel Brizola, candidato do PDT à prefeitura do Rio, criticando o governador, eleito pelo seu partido

"Ser candidata de Tasso em Fortaleza é carregar uma mala sem alça."

Luís Inácio Lula da Silva, eterno candidato do PT à Presidência, ironizando o terceiro lugar da candidata Patrícia Gomes (PPS), apoiada pelo governador Tasso Jereissati, na pesquisa do Ibope

"Novela inteira nunca mais."

Fernanda Montenegro, atriz, cansada da telinha

"Vamos ocupar tudo. Esses pastos velhos secos nós vamos ter que queimar. E esses pistoleiros, se não correrem, vão morrer sapecados."

José Rainha Júnior, líder dos sem-terra, ameaçando incendiar o Pontal do Paranapanema



"Te ponho na cadeia!"

Mário Covas, governador paulista, respondendo a gesto obsceno feito pelo estudante petista Alexandre Valentino

Editado por Julio Cesar de Barros



ARC NA ONU

Arc, o marciano, foi a Nova York acompanhar a Cúpula do Milênio na ONU, porque — para quem pensa se investe ou não na Terra — era uma boa ocasião de ver e ouvir o que pensam os chefes de Estado e governo de 150 países do mundo. O marciano voltou decepcionado. Primeiro, descobriu que muitos não se davam bem. Depois, tinha os que fingiam que a discussão não era com eles. E achou esquisito que não se entendessem todos numa mesma língua.

— E se os tradutores errarem?
— Arc, você acha que a ONU ia permitir a presença de tradutores que não fossem competentes?
— Sei lá, depende de quem manda neles.
— Mas qual é a dúvida?
— É que o que eles acordaram é muito teórico.
— Como assim, marciano?
— Por exemplo, eles disseram que pretendem diminuir o número de pessoas que passam fome no mundo. Querem ajudar as crianças,

para que todas tenham escola, para que não sofram de Aids...
— E daí? São bons objetivos, não são?
— São. Só que eles não disseram como. E, no fim, o secretário-geral da ONU disse que isso tudo era "só um começo".
— E o que tem de errado nisso?
— Dois mil anos de era cristã e ainda é o começo?

* Arc é marciano e invisível e vem regularmente à Terra — inclusive ao Brasil — para ver se vale a pena Marte investir aqui. Por enquanto, ele está achando que não dá... [arc@bol.com.br]

TEAD

nas uma nota no pé da página. Fernando Henrique ficou com as glórias de tudo. Outro dado relevante: Fernando Henrique, embora tenha obtido o voto de 55,6% do eleitorado mineiro, hoje tem o apoio de apenas um terço. Ao criticá-lo, Itamar estaria se vingando do homem que o superou e, ao mesmo tempo, procuraria representar a voz dos dois terços que rejeitam a gestão do presidente. Esse é um dos aspectos dos chiques de Itamar. O outro é revelador: ele sempre procura estar ao lado do que julga ser a aspiração das massas. Equivoca-se freqüentemente nesse item, como na ocasião em que conseguiu fazer a Volkswagen relançar o Fusca, cuja produção já havia parado. Ou quando decretou a moratória mineira. Mas continua tentando.

Há um dado lateral nas ações do governador, que reforça a existência de um padrão. É o recurso aos policiais militares. Seja qual for a crise, Itamar quer a PM a seu lado. Em fevereiro do ano passado, quando o Palácio do Planalto bloqueou recursos das contas de Minas devido à declaração da moratória, Itamar acusou o governo federal de "atos de hostilidade crescente contra o povo mineiro". Qual foi a primeira providência que tomou? Convocou o alto comando da PM para evitar o "caos social" em Minas. Em outubro de 1999, para demonstrar sua oposição à privatização de Furnas, a companhia federal de geração e distribuição de energia, Itamar, de novo, socorreu-se da PM. Mandou para a região 2 500 policiais militares, que organizaram um ato de protesto simbólico, mas também bélico.

Com mais de dois séculos de existência, a PM mineira é uma instituição tradicional, com uma história de luta em defesa dos interesses do Estado. Com essa biografia, a PM serve como caixa de ressonância eficiente para amplificar o discurso recorrente do governador em favor de Minas, da tradição de Minas, dos valores de Minas. Pouco depois de assumir o governo, Itamar mandou um afago para suas legiões militares: anistiou os 185 PMs que, em 1997, participaram do levante salarial armado que acabou com um morto. Em julho passado, apesar da perspectiva de fechar o ano com um déficit de 1,2 bilhão de reais, o dobro do rombo registrado em 1998, Itamar deu um aumento médio

de 28% ao funcionalismo público. De novo, uniu os dois elementos que não saem de sua cabeça. Primeiro, fustigou o presidente Fernando Henrique, que mantém o funcionalismo federal a seco. Segundo, privilegiou a PM, cujo aumento salarial médio foi bastante superior, de 76%. (O peso dos militares na folha de pagamento do pessoal da ativa aumentou de 20% para 25%, enquanto a participação dos funcionários da educação caiu de 61% para 58%.)

Watergate — Com a invenção do confronto com tropas federais em Buritis na semana passada, Itamar Franco conseguiu o que queria: mais uma vez, aliou seu eterno empenho em espicaçar o presidente com a velha exaltação à força policial capaz de garantir que Minas não se curvará. Sua estratégia pode parecer descabida, na medida em que é intrinsecamente irresponsável, mas o fato é que tem dado certo entre o eleitorado mineiro. As pesquisas de popularidade indicam que, somando-se os eleitores que acham seu governo "ótimo", "bom" ou "regular", Itamar conta com o apoio de quase dois terços da população. "Os mineiros têm a sensação de que Itamar erra no varejo, mas acerta no atacado", interpreta o cientista político Marcos Coimbra, diretor do Vox Populi e morador de Belo Horizonte. A dificuldade para Itamar é que a repetição da estratégia de bater em FHC e



Itamar Franco anuncia a ação contra a presença de tropas federais na fazenda do presidente Fernando Henrique Cardoso, em Buritis, e diz que se sente como o ex-presidente chileno Salvador Allende



ISTOÉ - Independente

Imprimir

• • Brasil | Edição: 1627 | 01.Dez.00 - 10:00 | Atualizado em 27.Jan.12 - 14:00

Rei morto, reino dividido

No brejo em que se transformou a política baiana, mais um sapo foi atirado na garganta do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Constrangido por acusações pesadas de enriquecimento ilícito e tráfico de influência contidas em um dossiê apócrifo, o secretário da Indústria e Comércio da Bahia, deputado federal Benito Gama (PFL), entregou o cargo na última quarta-feira 29, respingando mais lama sobre o carlismo. ACM anda colecionando más notícias. A filha Tereza Mata Pires, envolvida em negócios suspeitos com o namorado e ex-secretário de Administração Sérgio Moysés, e o assessor para todas as horas, Rubens Gallerani, foram só as últimas manchas na reputação do cacique baiano. No meio da confusão, a guerra pelo espólio político do cacique se acirra.

Com os negócios domésticos sob suspeita, ele está às voltas agora com uma debandada entre os seus aliados. Três deputados estaduais e quatro federais – os pefelistas Leur Lomanto, Jonival Lucas e Roland Lavigne e o pepebista Yvonilton Gonçalves – estão saindo para o PMDB. Um quinto, José Lourenço, está arrumando as malas. Depois de deixar de ser o rei do Congresso, desgastado em sua briga de foice com o presidente do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), ACM agora está deixando de ser o rei da Bahia. Na Assembléia Legislativa, o cacique perdeu o controle da oposição. Pela primeira vez a minoria anticarlista tem chance de reunir número suficiente de deputados para abrir CPIs. A briga pelo espólio do carlismo já é um fenômeno tão evidente – e apimentado – quanto o tempero de um acarajé.

A decadência de um reinado de 40 anos, que vem desde a época da ditadura, foi a largada para que três filhotes de ACM começassem a disputar seu espólio: Rafael Tourinho, ministro das Minas e Energia, o senador e ex-governador Paulo Souto e Benito Gama – todos já de olho no governo do Estado em 2002. O vale-tudo conta até com uma guerra de dossiês. A última baía sobrou para Benito Gama, num episódio que ilustra bem as rasteiras e armadilhas que vêm pela frente. Em julho, o governador da Bahia, César Borges, um fiel aliado de ACM, avisou a seu secretário da Indústria e Comércio que um dossiê de 11 páginas chegara à sua mesa. O documento apócrifo acusa Benito Gama de ter enriquecido com a montagem de um esquema de propinas junto a empresários com interesse em investir na Bahia. E requenta velhas suspeitas, como a de que Benito é o verdadeiro dono da Abaeté, a maior empresa de táxi aéreo do Nordeste. O mesmo dossiê foi recebido por ACM, com um ultimato: se em 30 dias não fossem

ISTOÉ - Independente

Imprimir

• • Brasil | Edição: 1624 | 10.Nov.00 - 10:00 | Atualizado em 27.Jan.12 - 17:55

Fax Brasília

Fax Brasília



Os rachas tucanos

O PSDB está por cima da carne seca com a candidatura de Aécio Neves (MG) a presidente da Câmara. Mas nem tudo são flores no partido. A começar pela disputa pelo lugar de Aécio como líder da bancada. O líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio Netto (PSDB-AM), bem que queria a vaga, mas está sendo devidamente atropelado pelo candidato do ministro da Saúde, José Serra. Trata-se do baiano Jutahy Magalhães Júnior. Resultado: Arthur Virgílio anda tiririca. Outra encrenca é a presidência do partido. O senador Teotônio Vilela Filho (AL), que gostaria de continuar ocupando o posto, descobriu que a turma o considera muito lento. Foi quando o deputado Alberto Goldman (SP) insinuou-se para o seu lugar. Mas os cearenses

reclamaram e a bola sobrou para o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga. Só que ele não quer largar o Ministério. Terceiro problema: a liderança no Senado. O governador do Ceará, Tasso Jereissati, pediu a cabeça do líder Sérgio Machado no melhor estilo "ou ele ou eu". Mas Sérgio Machado também não quer largar a rapadura.

Dor de cabeça ou antiácido?

Corria solta no Palácio do Planalto a apresentação, na terça-feira 7, da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional de Brasília, acompanhada pelo pianista Arthur Moreira Lima. O evento integrava as comemorações oficiais do Dia da Cultura. Por algum motivo desconhecido, o presidente Fernando Henrique virou-se para o lado e cobrou de sua esposa, dona Ruth, umas pilulazinhas.

Leopoldo Silva



Mais escândalos

A disputa pela presidência da Assembleia Legislativa de São Paulo pode terminar em escândalos. Maria do Carmo Piunte (PSDB), mulher do prefeito de Itu, lançou sua candidatura contra o também tucano Walter Feldman, que tem o apoio do governador Mário Covas. Maria do Carmo está prometendo, em sua campanha, lançar dossiês contra o rival. Vai juntar Feldman aos suspeitos negócios de Goro Hama, um assessor muito especial de Covas.

Rápidas

- O Previ comprou 80% da Lansa, empresa da OAS que explora o pedágio na Linha Amarela, no Rio. Mas, curiosamente, abriu mão do controle da empresa.

GOVERNO

Guerra no BB chega ao Palácio do Planalto

A interminável briga entre a diretoria do Banco do Brasil foi parar num patamar acima. A cúpula do Ministério da Fazenda e assessores graduados de FHC só estão deixando baixar a poeira política dos últimos dias para agir. Como está, não fica. Vai ter gente que será obrigada a arrumar as gavetas.

Males que vêm para bem

Um dos magos das pesquisas de opinião no país acha que toda essa algazarra política, com denúncias de corrupção espoucando de vários lados, não terá capacidade para afetar a imagem do governo FHC. O motivo não é exatamente lisonjeiro: seis anos de acusações desse tipo criaram na população uma sensação de que essas coisas, de alguma maneira, fazem parte do governo. Para o bem ou para o mal, criou-se uma blindagem.

Perdas ocultas

A agência de publicidade Propeg, ligada a ACM, é dona de 100 milhões dos 600 milhões de reais que o governo FHC gasta anualmente com propa-



Teixeira e a logomarca da Coca: separação

CBF vai romper com a Coca

A CBF decidiu mandar para o espaço o patrocínio que a seleção brasileira recebe há dez anos da Coca-Cola. O departamento jurídico da entidade vai começar a estudar a melhor maneira de romper o contrato. No centro das divergências, claro, grana. A queixa da CBF é que desde que houve a desvalorização do real, há dois anos, o dinheiro da Coca não cobre mais as despesas da seleção, boa parte delas em dólar. Preto no branco, são 5,5 milhões de reais por ano. O problema para a CBF é que em 1997, quando o contrato foi reajustado pela última vez, essa quantia equivalia a 5 milhões de dólares. Hoje, vale a metade. Ricardo Teixeira tentou por mais de um ano negociar um novo acordo, mas a Coca se fez de surda. Agora, pode ser barrada da seleção.

da — quase 20% do total. Não erra quem apostar que esse percentual vai emagrecer, emagrecer, emagrecer...

MINISTÉRIO PÚBLICO

A ribalta o chama

Se o estridente procurador Luiz Francisco de Souza for destituído do Ministério Público por causa de sua atuação no episódio da "fitalhada", não ficará no relento por muito tempo. Já tem gente querendo seu passe. A Fundação Brasil Limpo, uma ONG que está sendo criada para investigar e combater a corrupção, o convida no mesmo dia da demissão.

Laços de família

A procuradora Eliana Torelly, que junto com seus colegas Luiz Francisco de Souza e Guilherme Schelb se reuniu com ACM no Ministério Público de Brasília, tem um irmão que trabalha no Senado. Mais especificamente no Prodasen, hoje sob fogo cerrado por causa da suposta violação das votações secretas.

AVIAÇÃO

Calote cobrado

A TransBrasil recebeu um prazo de vinte dias para liquidar seus 2 milhões de reais de dívidas na câmara de compensação das companhias aé-

MORTE ADIADA

O Ibama está preparando uma revisão da lista de animais ameaçados de extinção no Brasil. O trabalho deve ficar pronto até o final do ano. A última atualização foi feita em 1992. Desde então, a população de algumas espécies cresceu de forma considerável. O quadro mostra quais delas têm mais chances de sair da lista



ARARA-AZUL

A diminuição da captura de filhotes para o comércio ilegal ajudou a recuperar a espécie



BALEIA

A população está se restabelecendo graças ao tratado internacional de proibição de caça ao animal



JACARÉ DO PANTANAL

Após a proibição de caça e uma fiscalização mais ostensiva, a espécie se recuperou plenamente



MICO-LEÃO-PRETO

Os projetos de reprodução em cativeiro conseguiram aumentar a população da espécie

Fontes: Paulo Aurichio, do Instituto Pau Brasil, e Cláudio Pádua, do Instituto de Pesquisas Ecológicas

RAZÕES DO CASTIGO

Confira algumas medidas que Solange Vieira tomou e que desagradaram ao governo e aos dirigentes de fundos de pensão

- ▶ Interviu em nove fundos que, descumprindo a lei, não igualaram o valor das contribuições recolhidas pelas empresas e pelos empregados
- ▶ Decretou intervenção branca, com a nomeação de uma diretoria fiscal, em dois fundos. Um deles foi a Previ, o maior do país e da América Latina, com patrimônio de 38 bilhões de reais
- ▶ Divulgou pela internet a lista de fundos que estão com suas contas desequilibradas, mostrando um rombo superior a 15 bilhões de reais

fundo queria que o Banco do Brasil bancasse sozinho uma dívida antiga, de 3 bilhões de reais. Ao exigir transparência dos fundos, Solange colocou recentemente na internet a lista daqueles cujos recursos eram inferiores a seus compromissos, revelando um rombo de mais de 15 bilhões de reais. Foi a gota d'água.

Acostumados a fiscalizações frouxas e a atuar nas sombras, os dirigentes dos fundos de pensão não queriam a economista na chefia da SPC. O mundo ideal seria que as mazelas que cometiam na administração dos fundos seguissem longe dos olhos do público — e, sobretudo, que eles pudessem continuar espetando a conta de seus rombos no Tesouro Nacional. Como Solange combatia justamente o socorro recorrente do Tesouro, sua arma foi abusar da transparência para que os contribuintes dos fundos soubessem da real situação de seus sistemas de aposentadoria. Quando assumiu a SPC, a economista descobriu que o Conselho de Recursos da Previdência Social não se reunia havia um ano, e as multas aplicadas eram irrisórias. Ela botou o conselho para funcionar e aumentou o valor das multas. Seu "estilo" causou desconforto dentro do governo também. O ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, chegou a mandar um recado à secretária: vá mais devagar. A economista manteve seu ritmo. E, por essa "questão de estilo", acabou no olho da rua. Terá, agora, de voltar para o lugar de onde veio: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). ■

A vez do neto

Aécio Neves carrega bem a herança

O tucano mineiro Aécio Neves, 41 anos, chegou a Brasília para exercer o primeiro mandato de deputado em 1987. Seu currículo político, no plano nacional, limitava-se a um dado biográfico: neto de Tancredo Neves, fora seu secretário na jornada que o levou à Presidência da República em 1985, quando o avô morreu sem ter assumido o cargo 37 dias depois da data da posse. Durante anos, Aécio comportou-se como um político sem grande expressão, mas neto de Tancredo. Sempre que se aproximava a sucessão à presidência da Câmara, o deputado espalhava que seria candidato. Nem seus colegas do PSDB levavam seu pleito a sério. Na última eleição, Aécio surpreendeu pela firmeza com que encarou o desafio de comandar a Casa. Passou a rasteira em cobras criadas, como o pefelista Inocêncio Oliveira, e ganhou a parada. Na semana passada, com a viagem à Bolívia do presidente e do vice, assumiu o Palácio do Planalto por 77 horas. Assinou o termo de posse com a caneta Parker 51, folheada a ouro, de 1962, que o avô planejava usar na solenidade que nunca ocorreu.

No comando da Câmara, cargo que exerce desde fevereiro passado, o deputado conseguiu dar alguma visibilidade à Casa, sufocada pela infinita ca-

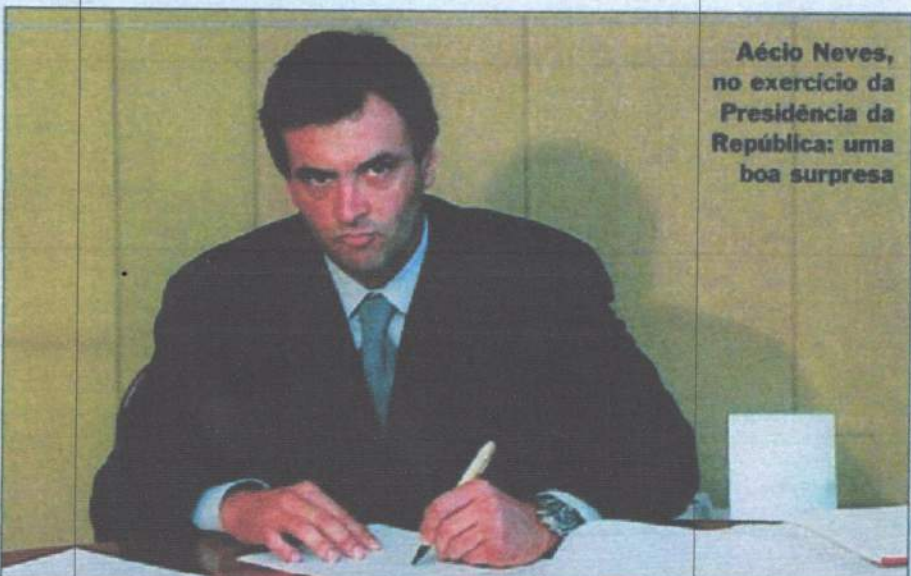
pacidade do Senado de produzir escândalos. Encaminhou a votação da lei sobre as sociedades anônimas e a da extinção gradativa dos manicômios, que circulavam pela Câmara fazia mais de uma década. Também começou a mudar a direção da Casa, desencastelando funcionários que ocupavam a mesma função havia vinte anos. Sua principal promessa de campanha é espinhosa: limitar a edição de medidas provisórias pelo governo. Uma parte já foi feita: num grande acordo, a limitação das MPs foi aprovada em primeiro turno, com apenas um voto contra.

Na semana passada, Aécio Neves comportou-se com correção em sua interinidade no Palácio do Planalto. Assumiu dizendo que tomara um chá "contra a mosca azul" e escancarou as portas do palácio aos políticos. Recebeu 136 deputados, incluindo petistas que nunca põem os pés por ali, e uma delegação de setenta prefeitos do Paraná. "Desde que iniciei meu mandato, nunca tinha passado nesse palácio. Agora, desde que Aécio tomou posse, já vim duas vezes", festejou o deputado Lincoln Portela, do PSL mineiro. Apesar do movimento, não se viu no Planalto um clima de deslumbramento como o protagonizado pelo deputado Paes de Andrade, que, ao assumir a Presidência da República em 1989, encheu um avião com 63 pessoas para, em missão oficial, aparecer como presidente em sua terra natal, Mombaça, no Ceará. ■

Malu Gaspar



A caneta Parker, de Tancredo



Aécio Neves, no exercício da Presidência da República: uma boa surpresa

"Não seria difícil listar, apenas nos últimos oito anos, dezenas de casos em que a conduta de seu partido — quando não a sua — usou, abusou, estimulou e se beneficiou deste tipo de denunciismo leviano."

Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-secretário-geral da Presidência, em carta aberta a Lula, mostrando que o PT está provando do próprio remédio nas denúncias de corrupção contra a prefeitura de Santo André, administrada pelo partido

"Vossa excelência jamais me pediu audiência para discutir a questão do Espírito Santo. (...) não me deu os elementos para que eu formasse um juízo preciso sobre tudo isso."

Fernando Henrique Cardoso, presidente da República, em carta aberta ao ex-ministro Miguel Reale Júnior, da Justiça, que se demitiu acusando o governo de recuar no pedido de intervenção no Espírito Santo

"Lamento que o seu esquecimento o faça escrever uma carta que não corresponde à verdade."

Miguel Reale Júnior, respondendo ao presidente



LUIZ CARLOS MURAIKAS/FOLHA IMAGEM

"Se eu for eleito, a vaca não vai para o brejo."

José Serra, candidato tucano à Presidência, posando ao lado de uma vaca, em reunião com pecuaristas de Barretos, no interior de São Paulo

"Sou marqueteira mesmo. Sou minha melhor propaganda."

Luana Piovani, atriz que, para promover sua montagem da peça Alice no País das Maravilhas, anda pelo Rio com o gato da personagem nos braços



ANDRÉ VALENTIM/STRANA

"Eu nunca perdi nenhuma. Os meus adversários são poucos, fracos e burros."

José Carlos Gratz, presidente da Assembleia Legislativa capixaba, um dos acusados de dar apoio político ao crime organizado no Espírito Santo

"Ciro é um genérico de Collor, com embalagem diferente, nome diferente, mas com o mesmo princípio ativo, o mesmo efeito."

José Serra, candidato do PSDB à Presidência, atacando Ciro Gomes, da coligação trabalhista

"Serra está agindo de má-fé porque conhece minha proposta e sabe que ela não tem nada a ver com o que ele está dizendo."

Ciro Gomes, respondendo ao tucano

"O Brasil não é coisa de criança."

Hélio Jaguaribe, cientista político, sobre a possibilidade de Garotinho (candidato do PSB) ser eleito presidente



SUCESSO BRASILEIRO NAS PISTAS

Na semana passada, o brasileiro Cristiano da Matta (foto) venceu o Grande Prêmio de Toronto de Fórmula Indy/Cart e igualou o recorde de quatro vitórias consecutivas na categoria. Além dele, outros pilotos do Brasil estão brilhando nas pistas. O quadro mostra o desempenho dos corredores brasileiros no automobilismo mundial

	Mais bem colocado	Destaque
Formula 1	Rubens Barrichello, segundo lugar	Barrichello faz sua melhor temporada na Ferrari e algumas vezes andou na frente de Michael Schumacher
Formula Indy/Cart	Cristiano da Matta, primeiro lugar	Outro brasileiro está em segundo lugar no campeonato. Chama-se Bruno Junqueira
Formula IRL	Helio Castroneves, primeiro lugar	Castroneves também conquistou o bicampeonato das 500 Milhas de Indianápolis, uma das provas mais tradicionais do mundo
Formula 3000 Internacional	Rodrigo Sperafico, quarto lugar	A categoria de acesso à Fórmula 1 tem três brasileiros entre os seis primeiros colocados



fundas e positivas na vida econômica é comum a todos os candidatos. Em Lula ela é mais forte. Obviamente, as propostas de baixar juros, induzir um grande crescimento sem trazer de volta a inflação, fazer a reforma tributária, acabar com o rombo da Previdência ou diminuir o desemprego são apenas isso: propostas, e não plataformas viáveis de governo, como aparecem na campanha petista. Conforme diz apropriadamente Fernando Henrique Cardoso, essas coisas deixaram de ser feitas em seu governo porque não foi possível fazê-las, e não porque o presidente se recusasse a dar-lhes importância. Nesse ponto, vale menos do que o PT imagina a arma pessoal de Lula de criação de consensos que tanto sucesso lhe trouxe na vida sindical e partidária. "Sou o único candidato capaz de fazer o pacto social de que o Brasil precisa", vem repetindo Lula. Essa disposição conciliatória é um traço muito importante na personalidade

de um presidente. FHC conseguiu atravessar crises econômicas e políticas terríveis em seu governo graças em boa parte à generosidade e afabilidade com que tratou os adversários. Nesse particular, ao que tudo indica, Lula não teria maiores dificuldades. Mas isso não é tudo. Os mais graves problemas brasileiros só podem ser atacados por um presidente disposto a contrariar interesses encastelados. Para ficar num único exemplo, o rombo de 30 bilhões de reais por ano produzido pelo subsídio à aposentadoria dos servidores públicos só se resolverá contrariando os privilégios do funcionalismo. Podem ser criadas dezenas de câmaras setoriais e deixá-las trabalhando por décadas que a solução não virá por mágica consensual.

Nos últimos dias da campanha, o candidato parecia acometido de uma crise de fadiga em relação ao estilo sorridente e apaziguador que o publicitário Duda Mendonça poliu para os programas de televisão do líder petista. De repente, aqui e

ali, surgia o velho Lula durão, o radical de Vila Euclides, o "sapo barbudo", conforme o insulto que lhe dirigiu o concorrente Leonel Brizola na eleição de 1989. Os adversários, embevecidos, apontaram afoitos dizendo que, agora sim, lá estava o verdadeiro Lula, o lobo socialista que por algumas semanas se fantasiara de cordeiro. Nada disso. Lula, como os outros candidatos, se tornou escravo das pesquisas qualitativas. Nesses levantamentos, o PT descobriu recentemente que os militantes do partido, uma força nada desprezível no momento de esquentar uma eleição, estavam decepcionados com o estilo pasteurizado de seu candidato. Resultado: por determinação desse nervoso mercado eleitoral petista, o antigo Luís Inácio Lula da Silva dos tempos do sindicalismo bravo deu o ar de sua graça para estimular a turma da estrela vermelha às vésperas da boca-de-urna.

Na segunda-feira passada, o candidato reapareceu dizendo que o presidente do Banco Central (BC) tem "de ser alguém que conheça as sutilezas do mercado, da fome e do desemprego". Na terça-feira, em Porto Alegre, pronunciou de novo a palavra que andou sumida de seu vocabulário durante a campanha: socialismo. "Há um certo temor entre alguns de nós de que o discurso de Lula tenha ido muito para o centro durante a campanha, e isso pode tirar a gana dos militantes na hora da eleição. Por isso ele tem dado umas estocadas", diz um cacique do PT.

Há um bom tempo presidentes funcionam à base de briefings e pesquisas instantâneas. Bill Clinton usava em seus discursos sentenças inteiras gravadas por assessores em grupos de pesquisas qualitativas formados por operários, minorias dos guetos e até crianças. Harry Truman, 33º presidente dos Estados Unidos, era visto pelo estamento de poder americano como um caipira. Quem rão o seria tendo sucedido no poder a Franklin Roosevelt, personalista, carismático, ganhador da II Guerra Mundial e nocauteador da recessão? Truman, que não tinha curso superior e lia preferencialmente biografias, só tomava decisões colegiadas e repetia conceitos sem tê-los entendido muito bem, desde que não ofendessem o "bom senso". Não há dúvida de que foi colegiada a decisão de jogar duas bombas atômicas sobre o Japão em 1945. Mas foi idéia de Truman tentar manter a versão de que os alvos das bombas foram escolhidos por

ISTOÉ - Independente

Imprimir

• • Perfil | Edição: 1726 | 30.Out.02 - 10:00 | Atualizado em 27.Jan.12 - 18:06

O vice dos sonhos

José de Alencar teve um papel histórico antes de assumir: um dos maiores empresários do País ajudou a diminuir os preconceitos contra o PT

Florência Costa

Todo presidente da República sonha ter um vice tranquilo, que não dê trabalho, não provoque confusões e só ajude o titular. Fernando Henrique Cardoso teve o seu, Marco Maciel. O pernambucano do PFL se encaixou tão bem nesse perfil que foi mantido no cargo no segundo mandato de FHC. Pois o petista Luiz Inácio Lula da Silva acredita que achou o seu vice dos sonhos. Apostou alto dentro do PT para bancar o senador mineiro José de Alencar, 71 anos, desgastando-se com as alas mais radicais. Afinal, Alencar, além de ser do Partido Liberal, é um legítimo representante da classe dominante. Dono da Coteminas, um conglomerado de 11 fábricas de tecidos com 16 mil funcionários em todo o País, ele é um dos empresários mais ricos do Brasil. Suas empresas faturam cerca de R\$ 1 bilhão por ano. A heresia era total e irrestrita para os rígidos parâmetros petistas. Até mesmo setores moderados ficaram constrangidos de início.

A expectativa de que o senador do PL provocaria muitas confusões era grande. Antes de começar a campanha, por exemplo, ele chegou a fazer críticas mais pesadas do que o tolerável para o termômetro petista na direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Também defendeu a permanência de Armínio Fraga na presidência do Banco Central. Mas Alencar acabou surpreendendo com seu jeitinho mineiro.

Vaias xiitas – A prova de fogo aconteceu no dia 29 de junho, quando Lula o apresentou à militância durante a convenção nacional do partido, que lançou oficialmente a chapa que representava trabalho e capital. Alencar driblou as vaias que recebeu dos xiitas contando, com voz pausada e fala mansa de caipira, a história de sua vida, que guarda algumas semelhanças com a de Lula. Contou que era de família pobre e por isso teve que começar a trabalhar com 14 anos. Assim como Lula, ele também não tem diploma universitário: fez apenas o curso primário. Mas, com as economias que ia guardando, pagava aulas particulares de matemática e português. No final dos discursos não se ouviam mais vaias.

Não significa que ele tenha sido totalmente aceito dentro do PT. Os petistas moderados já não se incomodam mais e muitos não escondem a admiração pelo senador liberal. Quanto aos radicais, hoje

com pouca influência nas decisões do partido, restou o silêncio. Afinal, em time que está ganhando não se mexe. E na campanha não houve crises envolvendo o vice de Lula.

Além de ser a prova viva de que Lula estava se aproximando do centro, Alencar, ex-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, foi fundamental para quebrar o gelo com os empresários. De fato, durante a campanha Lula viu as portas se abrirem na Bolsa de Valores de São Paulo e na Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), onde discursou com desenvoltura. Muitos empresários comentavam que a presença de Alencar na chapa era um fator de tranquilidade. Afinal, um dos homens mais ricos do País não estaria do lado de Lula se ele fosse o lobo mau socialista que atacaria os capitalistas na primeira oportunidade.

Sem stress – Com seu jeito simples, Alencar nunca reclamou de nada e andava o tempo todo com apenas um assessor, Adriano Silva. Também foi responsável pela manutenção do bom humor de Lula durante a campanha. Mas uma das maiores contribuições do senador foi o fato de ter agregado votos no segundo maior colégio eleitoral do País, Minas Gerais, onde o petista teve uma de suas melhores performances. Ajudou também o fato de o governador Itamar Franco ter subido em seu palanque. Para Alencar, o jogo foi mais do que vantajoso. Afinal, quando ele poderia imaginar ocupar a vice-presidência da República? Em 1994, o empresário disputou, sem sucesso, o governo de Minas. Na eleição seguinte, resolveu não arriscar e preferiu tentar uma vaga no Senado. Conseguiu. Os assessores mais próximos de Lula contam que o petista passou a campanha em lua-de-mel com seu vice, como nunca havia acontecido antes. “Lula e José de Alencar têm uma admiração mútua. O presidente eleito vê um pouco no seu vice uma figura paterna”, contou esse colaborador. Só o tempo vai dizer se essa história de amor vai durar até o final do mandato.

Fechar [X]

ISTOÉ - Independente

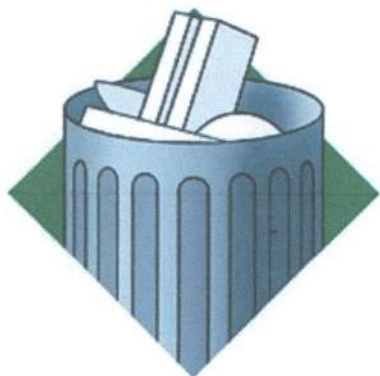
[Imprimir](#)

• • Brasil | Edição: 1943 | 24.Jan.07 - 10:00 | Atualizado em 27.Jan.12 - 18:10

Melhor com ele, apesar de tudo

Olho invisível

Por Cláudio Camargo



Já é um lugar comum dizer que globalização significou o definhamento do Estado-nação. Nas palavras do sociólogo polonês Zygmunt Bauman, “devido à total e inexorável disseminação das regras de livre mercado e, sobretudo, ao livre movimento do capital e das finanças, a ‘economia’ é progressivamente isentada do controle político [...] o Estado, então, não deve tocar em coisa alguma relacionada à vida econômica: qualquer tentativa nesse sentido enfrentaria imediata e furiosa punição dos mercados mundiais”.

No Brasil, esse Estado enfraquecido tem se mostrado eficaz no cumprimento da ortodoxia monetária, mas impotente para enfrentar grandes desafios políticos. Talvez essa seja a explicação para o deplorável espetáculo oferecido pelo atual Congresso Nacional, expresso pelo fisiologismo que levou à eleição de Severino Cavalcanti e pelos escândalos como o mensalão e os sanguessugas, varridos para debaixo do tapete. Não satisfeitos com isso, os nobres parlamentares ainda tentaram tunganar o contribuinte no apagar das luzes de 2006 com um aumento de 91% nos próprios salários. E, para terminar, montaram esse circo de horrores a que estamos assistindo na sucessão da presidência da Câmara dos Deputados.

Apesar de tudo, é preciso não sucumbir à tentação autoritária de considerar o Parlamento um candidato natural à lata de lixo da história. Ruim com o Congresso, pior com ele manietado por um regime bonapartista ou sitiado por turbas ensandecidas. A democracia ainda é “o pior dos regimes, à exceção de todos os demais”, como dizia Churchill com fina ironia. Para isso é necessário um

Parlamento forte. Até para definir limites ao processo de globalização tido como inevitável. Mas os parlamentares precisam fazer a sua parte. O Congresso e os partidos só serão fortalecidos quando – e se – eles forem mais republicanos do que provincianos.

Cláudio Camargo é Editorialista da Revista ISTOÉ

[Fechar \[X\]](#)



CHANCE DE MUDANÇA
Fernando Gabeira, um dos integrantes do Grupo dos 30: reação ao corporativismo

no contrário, porém, é uma das mais altas da América Latina: 41%. Em outra pesquisa, do Instituto Latinobarômetro, em apenas quatro países da região — Paraguai, Panamá, Bolívia e Equador — a porcentagem da população que afirma que “a democracia pode funcionar sem deputados e senadores” é menor do que no Brasil.

Desde a proclamação da República, governos autoritários fecharam o Congresso brasileiro seis vezes. Em todas as ocasiões, o país mergulhou em sombras. “Foram períodos de violações aos direitos humanos e intensificação da corrupção”, lembra o historiador Marco Antonio Villa. O Congresso é a garantia de que os governantes, incluindo os eleitos de forma democrática, não vão exercer o poder de forma tirânica. Quando ele é subjugado ou impedido de atuar, perdem todos: o país fica à mercê do voluntarismo e do autoritarismo dos seus mandatários. Cabe aos que o compõem, portanto, impedir que o oportunismo e o descompromisso de alguns contaminem uma instituição que é vital para que o Brasil prossiga na sua vocação de nação moderna e democrática. Ruim com eles... ■

Com reportagem de Victor De Martino

7

OS PECADOS CAPITAIS DOS POLÍTICOS

Leviandade

Razões — Sem coerência nem princípios, mudam de partido como quem muda de camisa. Só na última legislatura 194 deputados trocaram de partido — alguns até seis vezes.

Como explicar — Ampliar de um para quatro anos o tempo mínimo de filiação partidária obrigatória para poder se candidatar pela legenda.

Desonestidade

Razões — Sete dos nove grandes escândalos envolvendo política e corrupção nos últimos quinze anos tiveram como palco o Congresso.

Como explicar — Punir melhor e mais rapidamente. Quem renuncia para não ser cassado deve ser punido do mesmo modo — e não pode voltar a se candidatar.

Formação de quadrilhas

Razões — Muitos parlamentares se elegem como testa-de-ferro de fraudadores e outros assaltantes do Estado.

Como explicar — A começar pelas assembleias estaduais, vigiar, punir e banir quem enriquece na política.

Avareza

Razões — Eles só se mobilizam mesmo para aumentar o próprio salário.

Ganham mais do que a imensa maioria de seus pares de países muito mais ricos que o Brasil.

Como explicar — Cortar pela metade o salário e o número de deputados

federais e estaduais, acabar com as câmaras municipais em cidades médias e pequenas ou tornar a atividade de vereador não remunerada.

Preguiça

Razões — Os parlamentares trabalham pouco. Comparecem ao Congresso três dias por semana. Têm direito a recesso de 55 dias por ano.

Como explicar — A redução dos dias de recesso de noventa para 55 foi um avanço conseguido no ano passado. Mas a solução é avaliá-los por projetos feitos e aprovados.

Alienação

Razões — Brasília é de Marte, o Brasil é de Vênus. Na última legislatura, 37% dos projetos de lei de iniciativa do Legislativo aprovados no Congresso foram frivolidades: criação de datas nacionais e homenagens a personalidades.

Como explicar — A culpa não é só dos deputados e senadores. A existência de leis que só podem ser criadas pelo Executivo, como as orçamentárias, engessa a atuação do Congresso.

Intocabilidade

Razões — Eles não prestam contas à sociedade. Gastam dinheiro público como se fosse deles.

Como explicar — A Câmara já expõe na internet os gastos com as despesas dos gabinetes.

O Senado ainda não. Cada centavo despendido precisa ser justificado em uma página aberta na internet.



PHOTODISC

rique Cardoso em 1999. Mesmo sem ser integralmente inédita, no entanto, a iniciativa de Lula tem virtudes. Ela acerta, por exemplo, ao organizar ações estratégicas até então espalhadas entre as três esferas de governo e coordená-las com agentes privados. Com isso, cria uma agenda por meio da qual poderá fiscalizar e ser fiscalizado na perseguição de suas próprias prioridades. Não é pouca coisa, considerando o fracasso de outras iniciativas que se perderam no poço sem fundo da incompetência gerencial do Estado brasileiro.

O problema do programa petista é que ele confia demais no papel do Estado, mostra-se tímido quanto às principais urgências econômicas do país e é insuficiente para atingir seu próprio objetivo de elevar o potencial de crescimento do PIB. Não se apresentou nenhuma reforma estrutural que desse a ele segurança jurídica, liberdade ou folga tributária definitiva para apostar no país. Também não se falou uma palavra sobre a reforma trabalhista. E o que é pior: em vez de propor a reforma da Previdência, o governo lavou as mãos, preferindo criar um grupo de trabalho para estudar o assunto — em “governês”, criar um grupo de trabalho significa enterrar de vez o assunto. Para se ter uma idéia da dimensão do problema, 42 bilhões de reais esvaíram-se pelo gigantesco ralo da Previdência no ano passado.

Por conveniência de marketing político, o plano recebeu um nome de batismo fácil de ser decorado — PAC, abreviatura de Programa de Aceleração do Crescimento. Pelas contas da ministra da Casa Civil e idealizadora do PAC, Dilma Rousseff, pelo menos 76% dos 503,9 bilhões de reais sairão dos cofres governamentais de alguma maneira — via recursos das estatais, do próprio Orçamento federal ou por meio dos empréstimos de bancos públicos. O valor surpreende, mas, felizmente,

PAC

O QUE É

Programa de Aceleração do Crescimento, lançado pelo governo na semana passada com o objetivo de ampliar os investimentos. O plano traz um conjunto de medidas e projetos a ser implementados até 2010

ORIGEM DO DINHEIRO

67,8 bilhões	sairão do orçamento do governo
219,2 bilhões	virão de estatais
216,9 bilhões	serão investidos por empresas privadas

TOTAL DE INVESTIMENTOS PREVISTOS

503,9 bilhões de reais

Apenas 11,5 bilhões de reais são dinheiro novo. O resto já havia sido anunciado ou era previsto no Orçamento

DESTINO DO DINHEIRO

ENERGIA

274,8 bilhões de reais
(148,7 bilhões são da Petrobras e 11,5 bilhões da Eletrobrás)

HABITAÇÃO, SANEAMENTO E PROGRAMA LUZ PARA TODOS

170,8 bilhões de reais

TRANSPORTE

58,3 bilhões de reais

OUTRAS MEDIDAS

Contenção de gastos
O projeto determina que os gastos com a folha de pagamento do setor público cresçam apenas 1,5% acima da inflação

Salário mínimo
Será reajustado pela inflação mais a variação do PIB registrada dois anos antes da vigência do novo valor

Benefícios fiscais
O governo vai deixar de arrecadar 6,6 bilhões de reais com isenções para computadores e novos projetos de infra-estrutura

Impacto fiscal
A meta para o superávit primário das contas públicas poderá ser reduzida de 4,25% para 3,75% do PIB

não reflete nenhuma decisão do governo de arrombar os cofres públicos. O presidente Lula “resistiu à tentação fatal da heterodoxia”, nas palavras do ex-presidente do BC Carlos Langoni, e “procurou preservar a arquitetura macroeconômica. Há, nesse sentido, medidas cautelosas de isenção de impostos para alguns setores, como informática e construção civil, além de regras para conter o progressivo avanço na despesa com o funcionalismo público.

As propostas mais controversas e passíveis de questionamento jurídico são uma indexação do salário mínimo ao crescimento do PIB (o que tende a pressionar ainda mais as contas da Previdência) e a utilização dos recursos do FGTS (uma poupança exclusiva dos trabalhadores) para a criação de um fundo de risco destinado a investir em obras de infra-estrutura. Nada que comprometa (de vez) o controle fiscal. Resta fazer com que as obras de infra-estrutura saiam do papel — missão que caberá à ministra Dilma. Com o PAC, o governo tem como meta elevar a taxa de investimentos para algo em torno de 25% do PIB, patamar apontado pelos economistas como necessário para que o país possa crescer a taxas de 5% ao ano. Há muito tempo os investimentos permanecem estagnados em torno de 20% do PIB, nível insuficiente para destravar a economia.

Em resumo, trata-se de um plano que poderá até organizar a vida do Estado, mas não reduzir seu peso de elefante. O país esperava algo mais ambicioso e menos crente no papel do governo como condutor da vida das pessoas e das empresas. Se o PAC tem mesmo méritos, só se saberá quando e se for executado. ■

veja
ON-LINE

Em Profundidade:
Crescimento
Econômico em

www.veja.com.br



OS MAIS GASTÕES

ÓRGÃOS DO GOVERNO FEDERAL

Presidência da República — Com 93 funcionários autorizados a fazer despesas com cartões corporativos, a Presidência da República gastou 5,2 milhões de reais no ano passado, dos quais 10% são referentes a saques em dinheiro. A maior parte dos gastos está justificada no Safi (sistema eletrônico que relaciona as despesas do governo federal) apenas como "suprimento de fundos", o que torna impossível identificar sua origem.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

— Responsável por 46% dos gastos com cartões corporativos do governo, o IBGE é também recordista no número de servidores que possuem o benefício: 1 746. Gastou 37 milhões de reais no ano passado. Quase 90% desse valor se refere a saques em dinheiro.

Comando da Marinha — Sozinho, foi responsável por 97% das despesas do Ministério da Defesa pagas com cartão corporativo em 2007. As faturas, que totalizam 915 000 reais, incluem compra de chocolates finos e de pedras brasileiras, além de almoços e jantares.

Abin — A Agência Brasileira de Inteligência está entre os líderes de gastos nos cartões corporativos. Em 2007, foram 11,6 milhões de reais, dos quais pelo menos 1 milhão de reais em saques. Todas as faturas são secretas. Sabe-se apenas que o órgão usa, no mínimo, sessenta cartões.

AGÊNCIAS REGULADORAS

Anvisa, Anatel, ANP, ANT e Aneel, cinco das dez agências reguladoras do país, gastaram, juntas, mais de 1 milhão de reais com cartões. Entre as despesas, constam compras em supermercados, postos de gasolina e artigos para festas. A Anvisa foi a que mais gastou: 288 000 reais — dos quais quase um terço do valor foi sacado em dinheiro.

SEGURANÇAS DOS FILHOS DO PRESIDENTE LULA

Funcionários que fazem a segurança da família do presidente Lula em São Bernardo do Campo (SP) gastaram 149 000 reais em cartões corporativos no ano passado. Já as faturas apresentadas pelos seguranças de Lulian, a filha do presidente que mora em Florianópolis (SC), somaram 55 000 reais.

ficável que os gastos realizados estritamente com a segurança presidencial sejam mantidos em sigilo. Mas há uma grande diferença entre gastos sigilosos e gastos clandestinos. No modelo atual, não há nenhum controle externo sobre boa parte das despesas da Presidência. Quem faz esse trabalho é um órgão ligado ao gabinete presidencial — ou seja, é a clássica história da raposa tomando conta do galinheiro. Uma das poucas tentativas de fiscalização do uso do cartão corporativo data de 2003, quando o deputado Carlos Sampaio, do PSDB paulista, pediu à Procuradoria da República esclarecimentos sobre os gastos dos assessores mais próximos de Lula. Na ocasião, o Tribunal de Contas da União iniciou uma nunca concluída auditoria sobre o tema. Os parquíssimos resultados divulgados até agora revelam, no entanto, que, se algum dia o tribunal decidir empenhar-se na análise do tema, terá muito trabalho.

Sabe-se, por exemplo, que, em 2003, logo no início do governo, assessores palacianos transformaram em uma grande festa uma viagem de Lula ao interior de São Paulo, pagando diárias a pessoas que nem sequer estavam na comitiva oficial e superfaturando o pagamento de hospedagens. Uma análise superficial de um pacote de notas fiscais emitidas em nome da Presi-



ISTOÉ - Independente

Imprimir

• • BrasilP | Edição: 2009 | 02.Mai.08 - 10:00 | Atualizado em 27.Jan.12 - 18:12

O retorno de Palocci

O ex-ministro investe na reconstrução da sua imagem e já há quem o veja como alternativa à sucessão de Lula em 2010



***MISSÃO** Se convencer seus pares a aprovar a reforma tributária, o deputado Palocci poderá dar a volta por cima no escândalo do caseiro e assim se credenciar para votos mais altos*

A agenda do deputado federal Antônio Palocci está tão cheia quanto nos seus tempos de ministro da Fazenda. E por uma boa razão. Palocci assumiu a presidência da Comissão Especial da Reforma Tributária da Câmara. Cabe a ele, portanto, tornar real um sonho que teve início ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, em 1999: dar ao País uma estrutura tributária mais simples e equilibrada, em que não haja tratamento diferenciado entre os entes da Federação. Diante do desafio de aprovar ainda este ano a mais recente proposta do governo Lula, **Palocci tem circulado pelo País, em contatos incontáveis com governadores, prefeitos, empresários e sindicalistas.** Em

Brasília, é difícil encontrá-lo em seu gabinete. Sua movimentação também é intensa pelos corredores do Congresso e na Esplanada dos Ministérios. O ex-ministro garante que, "apesar da correria nos últimos dias", está sendo bem-sucedido em sua missão. "Meu primeiro trabalho é dar credibilidade à aprovação da reforma. Tento convencer meus próprios colegas deputados de que essa é a oportunidade possível", explicou Palocci à ISTOÉ.

Sua tarefa é árdua. Além das experiências frustradas entre 1999 e 2003, acredita-se que o ano político, com eleições para prefeito, não é o ambiente ideal para votar uma reforma tributária. Mas Palocci está otimista. "Com um trabalho concentrado, é possível fazer a reforma andar. Vamos votar na Comissão e na Câmara o mais rápido possível", prevê. **Na verdade, Palocci sabe que o que está em xeque não é só o projeto do governo Lula. Com a volta à luz dos holofotes, também está em jogo o próprio futuro político do ex-ministro**, que deixou o governo num rumoroso caso que envolveu a quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Enquanto aguarda o julgamento do caso pelo STF, Palocci investe na reconstrução de sua imagem, num projeto cercado de moderação. "Não quero me colocar para planos políticos mais à frente. Prefiro fazer meu trabalho no Congresso e deixar que eventuais novas posições possam aparecer com o tempo", afirma. Sem pressa, o ex-ministro pretende ser reconhecido pelo desempenho no Parlamento. O resto virá como consequência natural.

No curto prazo, sua estratégia é arregaçar as mangas e usar de todos os argumentos a favor da reforma tributária. E ele está afiado como nunca. **"É uma construção complexa. Estou falando com todos os interessados.** O que favorece a aprovação é que a proposta é simplificadora dos tributos." As propostas anteriores, na opinião de Palocci, pecavam pelos excessos. A reforma atual é relativamente ambiciosa, mas simplifica os tributos. O ICMS, por exemplo, era regido por 27 leis estaduais e agora seguirá uma única lei. Outro ponto positivo, segundo o ex-ministro: se a reforma for aprovada, haverá um longo período de transição. "As mudanças vão até 2015, o que favorece a aprovação, pois os governadores não ficarão com medo de perder recursos." Palocci acredita que, com o impacto diluído em vários anos, os governadores tendem a ser mais favoráveis.



O ARTICULADOR Palocci trava debate na Câmara

Uma das principais críticas à proposta oficial está no fato de sua prioridade não ser a redução da carga tributária. Palocci entende a preocupação dos empresários. Mas acredita que a simplificação dos tributos pode alargar a base de arrecadação, reduzindo a pressão sobre os setores mais onerados

hoje em dia. "A tendência é concentrar a tributação nas empresas formais, que acabam pagando muito. Com a base mais larga, será possível trabalhar com alíquotas menores", prevê, confiante em que o setor econômico só tem a ganhar com a reforma. "Ela é o caminho para a carga tributária menor", resume Palocci. Sobre a possibilidade de adotar um único IVA, medida defendida pelo senador e também ex-ministro da Fazenda Francisco Dornelles, Palocci não a desconsidera, mas ressalta que é prematura. "O governo fez o possível dentro da negociação com os governadores. Uma primeira etapa, com um IVA federal e um IVA estadual. A unificação não é uma idéia ruim, mas fica para o futuro", explica.

O grande problema dos projetos de reforma tributária sempre foi a reação dos governadores. Desta vez, porém, Palocci acredita que as arestas serão aparadas. E está se mexendo exatamente nesse sentido. Em sua peregrinação, ele procura mostrar que, com os dois IVAs, os governos estaduais não vão perder o poder de definir a incidência dos tributos. Embora reconheça as dificuldades, ele tem certeza de que a reforma tributária será aprovada até dezembro. "A Câmara está empenhada na votação. Devemos votar se possível nesse primeiro semestre. E o Senado já está adiantado nas discussões, com o grupo do Dornelles e do Tasso Jereissatti. Vamos levar o ano todo, mas vamos aprovar a reforma", afirma Palocci.

Empresários e políticos ligados ao ex-ministro fazem uma aposta ousada. Sustentam que, se Palocci for absolvido no STF e sair vitorioso na reforma tributária, seu nome voltará a ser cogitado para postos de primeiríssimo escalão. Os mais exaltados dizem que Palocci é um dos fiéis conselheiros do presidente Lula e, por isso, pode despontar como uma alternativa à sucessão de 2010. Decidido a comer o mingau quente pelas bordas, Palocci é mais prudente ao falar de seu futuro: "Tenho boa relação com o presidente Lula, mas um projeto como esse não está na minha perspectiva em nenhuma hipótese."

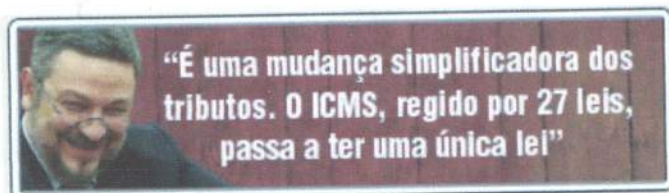
"Até dezembro, a reforma tributária será aprovada"

ISTOÉ - Qual sua prioridade à frente da Comissão da Reforma Tributária?

Antônio Palocci - A primeira coisa é dar credibilidade no sentido de que a reforma tributária vai andar. Muita gente duvida de que a reforma será aprovada. A reforma é tentada há dez anos no Congresso.

ISTOÉ - E agora há chance real de aprovar a reforma?

Palocci - Tenho de convencer os deputados de que essa é a oportunidade possível. Depois seriam necessários muitos anos para retomar uma reforma. Todos acham que não vai sair, não vai andar em ano eleitoral. Meu primeiro trabalho é mostrar à Comissão que, com um trabalho concentrado, é possível fazer a reforma andar. E votar na Comissão e na Câmara o mais rápido possível.



ISTOÉ - Esse trabalho já começou?

Palocci - Já. Estou falando com todos os interessados. Algo que favorece a aprovação é o fato de que o governo mandou uma proposta simples. É uma mudança relativamente ambiciosa, mas simplificadora dos tributos. O ICMS, regido por 27 leis, passa a ter uma única lei. Um segundo dado importante: há um longo período de transição. Se for aprovada hoje, não entra em vigor amanhã. As mudanças vão até 2015, o que favorece a aprovação.

ISTOÉ - A aprovação sai este ano?

Palocci - Até dezembro, a reforma será aprovada. Primeiro, porque a Câmara está bem empenhada na aprovação. Devemos votar no primeiro semestre. No Senado, as discussões estão adiantadas. O fato de ter um prazo de implantação mais longo permite que os governadores não fiquem preocupados com a receita do ano que vem. O que segurava muito as propostas de reforma era seu impacto imediato.

ISTOÉ - Mas há críticas pela falta de prioridade à redução da carga tributária.

Palocci - Acabou de ser feita uma redução da carga, em cima da CPMF. Foi uma redução razoável. Além disso, com os impostos mais simples do que hoje, a tendência é que se alargue a base de tributação e possa tirar pressão sobre os setores que mais pagam. Hoje, a tendência é concentrar nas empresas formais, que acabam pagando muito. Se você simplifica, alarga a base. E pode trabalhar com alíquotas menores de impostos. O setor econômico vai ganhar com a reforma. A reforma é o caminho para a carga tributária menor.

ISTOÉ - Independente

Imprimir

• • **Brasil** | Edição: 1997 | 13.Fev.08 - 10:00 | Atualizado em 27.Jan.12 - 18:16

Escândalo dos cartões

R\$ 5,8 milhões escândalo dos cartões em dinheiro vivo para Lula, Marisa e suas equipes



SAQUES Eles somam R\$ 97 mil por mês nos últimos cinco anos. Foram feitos por dez funcionários que servem a Lula e a dona Marisa

Istoé revela as contas do SIAF sobre os gastos mais secretos dos cartões corporativos da presidência

No Palácio do Planalto existem três caixas eletrônicos do Banco do Brasil. Ali e em máquinas conveniadas espalhadas por Brasília e pelo País, várias vezes ao dia, dez ordenadores de despesas, chamados de ecônomos, fazem saques em dinheiro vivo com o cartão corporativo do governo a fim de cobrir as necessidades pessoais e de rotina do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da

primeira-dama Marisa Leticia e do restrito staff que os cerca. Segundo levantamento exclusivo feito para ISTOE pelo site Contas Abertas junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siaf), os saques na boca do caixa apenas para servirem Lula, Marisa e suas equipes somaram R\$ 5,8 milhões, entre 1º de janeiro de 2003 e 31 de janeiro de 2008, o equivalente a R\$ 97 mil por mês. Só em 2004, foi R\$ 1 milhão e no mês passado R\$ 70 mil. O valor corresponde a cerca de 50% do total sacado em espécie por toda a Presidência da República no mesmo período: R\$ 12 milhões. **Até aqui, só eram conhecidas as movimentações dos cartões da Presidência feitas através de faturas. O levantamento do Siaf mostra o total de saques em dinheiro - a grande caixa-preta guardada em sigilo pelo governo.**



Na Presidência, há 80 servidores responsáveis por custear despesas do dia-a-dia relacionadas à segurança e manutenção do gabinete, além das residências oficiais (Granja do Torto e Palácio da Alvorada). São eles que, durante as viagens presidenciais, cobrem com o cartão de crédito corporativo as despesas com diárias, hospedagem, locomoção e alimentação da comitiva palaciana. Mas apenas dez foram destacados para atender especificamente às necessidades do presidente Lula, da primeira-dama e de um círculo restrito de auxiliares mais próximo dos dois. O grupo é gerenciado por Swedenberger Barbosa, ex-número dois de José Dirceu na Casa Civil, que hoje divide os poderes no gabinete presidencial com Cesar Alvarez e Gilberto Carvalho. Um dos principais ecônomos do presidente, que viaja com Lula pagando todas as suas contas, é Clever Pereira Fialho. Funcionário administrativo desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, alçado a ordenador de despesas durante o governo petista, Fialho sacou desde 2003 um total de R\$ 959,1 mil em dinheiro. É o campeão dos saques. Em 2006, o ecônomo, que acompanhou o presidente na maior parte das viagens da campanha à reeleição, retirou R\$ 143 mil em espécie a fim de atender às necessidades de Lula.



ESTRATÉGIA Jucá recolhe assinaturas para a CPI e busca barrar a oposição no Congresso, enquanto Dilma anuncia o fim dos cartões dos ministros

Ex-funcionário do Ministério da Fazenda, Anderson Aguiar também ganhou a confiança de Lula, embora tenha começado a exercer a função no segundo governo FHC. Filho de um ex-diretor-geral do Planalto, Aguiar sacou desde 2003 para Lula R\$ 716,8 mil. Outro que ocupa o topo da lista de saques é Adhemar Paoliello. Já fez retiradas em espécie, que somam R\$ 629,2 mil. Só que, ao contrário de Fialho e Aguiar, Paoliello desembarcou na Presidência no governo Lula. Pelas mãos do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. Dona Marisa também tem sua ecônoma preferida. Trata-se de Maria Emília Matheus Évora. Até o início de 2005, ela resgatava sozinha os valores em dinheiro destinados a cobrir as despesas da primeira-dama. Retirou na boca do caixa R\$ 614,7 mil. Mas a servidora deixou de ser exclusiva de Marisa depois que seu nome veio a público. Com a descoberta, a partir de 2005 os ecônomos do gabinete presidencial passaram a se revezar nos saques para a primeira-dama.

Na última semana, depois da demissão da ministra Matilde Ribeiro (Igualdade Racial), flagrada utilizando o cartão corporativo do governo em free shops, foram tornados públicos os gastos faturados no cartão de crédito corporativo por integrantes do primeiro e segundo escalões do governo. Débitos em tapiocaria, feitos pelo ministro Orlando Silva (Esporte), e a utilização do cartão corporativo até para reformar uma mesa de sinuca no Ministério das Comunicações mostraram a diluição da fronteira entre o público e o privado pelo governo petista. As faturas também mostraram um segurança pessoal de Lurian Cordeiro Lula da Silva, filha do presidente, gastando, em Florianópolis, onde ela mora, quase R\$ 55 mil nos últimos nove meses em lojas de autopeças, materiais de construção e de ferragens, supermercados, livrarias, com combustível e em uma casa de venda de munição.



Ao contrário das faturas que podem ser encontradas no Portal da Transparência, mantido pela Controladoria Geral da União na internet, a maioria das retiradas em dinheiro vivo na boca do caixa pelos ecônomos de Lula e dona Marisa está protegida pelo sigilo, segundo o governo, "para garantia da segurança da sociedade e do Estado". E, no que depender de integrantes do governo, permanecerá escondida. Ou seja, não se sabe e dificilmente se saberá onde e com o que foram gastos os R\$ 5,8 milhões. **É uma decisão de governo, mas não é o que diz a Constituição. "Não há restrição legal à divulgação de gastos da Presidência da República"**, diz o presidente do TSE e ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello. "Se a Presidência tem gastos, esses gastos devem ser revelados", defende. "A família real britânica costuma divulgar seus gastos. Não vejo razão para o sigilo", diz o deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), da Associação Contas Abertas.

Os gastos com o cartão embalam o pedido de CPI endossado agora até pela própria base de apoio ao governo no Congresso. Na semana passada, o governo agiu em duas frentes na tentativa de sair das cordas empurrado pela crise envolvendo os gastos com os cartões corporativos. O primeiro passo foi anunciar que os ministros não poderão usar mais esse mecanismo para pagar suas despesas. O segundo passo foi apoiar uma investigação no Congresso. A estratégia foi anunciada em entrevista coletiva pelos ministros Dilma Rousseff (Casa Civil), Franklin Martins (Comunicação Social) e Jorge Armando Félix (Segurança Institucional). "Apoiamos qualquer investigação", disse Dilma. "A diferença é que a partir de agora há uma avaliação por parte do Ministério do Planejamento no sentido de que ministro não pode ter cartão, porque fere o princípio da impessoalidade", acrescentou. O martelo em favor da CPI foi batido numa conversa do senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Senado, com Lula, por telefone, na manhã da quarta-feira 6. O presidente estava no Guarujá, onde passou o Carnaval. Jucá inicialmente avaliou que a CPI já seriam favas contadas. O governo poderia resistir por um tempo, mas a oposição acabaria conseguindo o número mínimo de assinaturas para instalá-la. "Isso, então, só vai nos desgastar. Nós vamos ficar resistindo, e vão surgir notícias dizendo que nomeamos fulano ou fizemos tal coisa para evitar a CPI. Melhor é sair das cordas e partir para o ataque", sugeriu Jucá. "Você está certo", respondeu Lula. "Não temos nada a esconder. Você tem carta branca", continuou. Jucá, então, comunicou a decisão também a José Múcio Monteiro, ministro das Relações Institucionais, e a Dilma Rousseff. Em seguida, começou a recolher as assinaturas.

**SIAFI**Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

Bancária	Data Emissão	Favorecido	Nome Favorecido	Valor	Observação
672	17-01-2006	03055981634	ADHEMAR PAOLIELLO FREIRE	1.000,00	SAQUE EFETUADO POR MEIO DE CARTÃO DE CRED
673	17-01-2006	03055981634	ADHEMAR PAOLIELLO FREIRE	1.000,00	SAQUE EFETUADO POR MEIO DE CARTÃO DE CRED
611	20-01-2006	46157034149	ANDERSON FERREIRA DE AGUIAR	1.000,00	SAQUE EFETUADO POR MEIO DE CARTÃO DE CRED
612	20-01-2006	46157034149	ANDERSON FERREIRA DE AGUIAR	1.000,00	SAQUE EFETUADO POR MEIO DE CARTÃO DE CRED
711	04-05-2006	26578794115	CLEVER PEREIRA FIALHO	1.000,00	SAQUE EFETUADO POR MEIO DE CARTÃO DE CRED
712	04-05-2006	26578794115	CLEVER PEREIRA FIALHO	1.000,00	SAQUE EFETUADO POR MEIO DE CARTÃO DE CRED
713	04-05-2006	26578794115	CLEVER PEREIRA FIALHO	1.000,00	SAQUE EFETUADO POR MEIO DE CARTÃO DE CRED
714	04-05-2006	26578794115	CLEVER PEREIRA FIALHO	840,00	SAQUE EFETUADO POR MEIO DE CARTÃO DE CRED
045	05-06-2006	29680166104	JOÃO DOMINGOS DA SILVA NETO	1.000,00	SAQUE EFETUADO POR MEIO DE CARTÃO DE CRED
046	05-06-2006	29680166104	JOÃO DOMINGOS DA SILVA NETO	1.000,00	SAQUE EFETUADO POR MEIO DE CARTÃO DE CRED
921	17-04-2006	08527156172	JOSAFIA FERNANDES DE ARAUJO	1.000,00	SAQUE EFETUADO POR MEIO DE CARTÃO DE CRED
922	17-04-2006	08527156172	JOSAFIA FERNANDES DE ARAUJO	1.000,00	SAQUE EFETUADO POR MEIO DE CARTÃO DE CRED
956	05-12-2006	02927020191	JOSE ROBERTO DE ASSIS POSSA	1.000,00	SAQUE EFETUADO POR MEIO DE CARTÃO DE CRED
957	05-12-2006	02927020191	JOSE ROBERTO DE ASSIS POSSA	1.000,00	SAQUE EFETUADO POR MEIO DE CARTÃO DE CRED
161	18-12-2006	38986825104	MARIA EDILIA MATHIEUS EVORA	1.000,00	SAQUE EFETUADO POR MEIO DE CARTÃO DE CRED
162	18-12-2006	38986825104	MARIA EDILIA MATHIEUS EVORA	1.000,00	SAQUE EFETUADO POR MEIO DE CARTÃO DE CRED
992	13-07-2006	08684166115	MAURO AUGUSTO DA SILVA	1.000,00	SAQUE EFETUADO POR MEIO DE CARTÃO DE CRED
994	13-07-2006	08684166115	MAURO AUGUSTO DA SILVA	240,00	SAQUE EFETUADO POR MEIO DE CARTÃO DE CRED

LISTA Documentos do Siafi mostram os saques feitos pelos dez funcionários que pagam as despesas de Lula, dona Marisa e seus auxiliares. Indicam quando e onde foram feitas as retiradas, mas não dizem onde foi gasto o dinheiro

Politicamente, a estratégia é esvaziar o balão da oposição. Tomando a iniciativa de pedir a CPI, o governo planeja deixar a oposição sem discurso. Além disso, Jucá puxa a investigação até 1998, para envolver também o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. É uma jogada de risco. Jucá sabe que CPI não se controla. Desvios que deixarão mal um ou outro ministro e funcionário graduado do governo provavelmente aparecerão.

OS SAQUES EM DINHEIRO VIVO

Cleber Fialho R\$ 959,1 mil	Anderson Aguiar R\$ 716,8 mil	José Carlos Fernandes R\$ 660,2 mil	Adhemar Paoliello R\$ 629,2 mil
--------------------------------	----------------------------------	--	------------------------------------

DOS ECÔNOMOS DE LULA (total de 2003 a janeiro de 2008)

Mauro Silva R\$ 609,1 mil	Maria E. Évora R\$ 614,7 mil	José Roberto Possa R\$ 569,6 mil	Josafá Fernandes R\$ 536,9 mil	João D. Silva Neto R\$ 444 mil	José Ivo R\$ 57,2 mil
------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------	-----------------------------------	-----------------------------------	--------------------------

ISTOÉ - Independente

Imprimir

• • **Brasil** | Edição: 2049 | 18.Fev.09 - 10:00 | Atualizado em 27.Jan.12 - 18:20

Faltam ideias

A corrida de 2010 começou de forma personalista porque José Serra e Dilma Rousseff dificilmente terão outra oportunidade de ser presidente

Luciano Suassuna



Lula está prestes a chegar ao ponto de não retorno, a partir do qual uma eventual derrota de Dilma seria também o fracasso dele.

A primeira etapa da corrida para suceder o presidente Luiz Inácio Lula da Silva começou marcada por excesso de personalismo e carência de ideias. Com o frenético alarme do tempo tocando igualmente nas pretensas e prováveis candidaturas de José Serra e de Dilma Rousseff, estabeleceu-se o primeiro e perigoso axioma da campanha: se algum deles quer governar o Brasil, a oportunidade é agora. Ou nunca.

Serra está premido pelo encontro do tempo físico com o político. Uma derrota em 2010 o deixaria

flutuando durante quatro anos no vácuo da ausência de mandato, o que nas implacáveis leis da política equivale à aposentadoria forçada. Se não for agora, o governador de São Paulo só voltará à disputa presidencial com 72 anos de idade, quando não poderá mais ser apresentado como o primeiro da fila.

Em 2014, Dilma terá a idade que Serra tem atualmente. Sua dificuldade para um segundo voo, portanto, é antes uma questão de clima do que de tempo. Hoje nem os funcionários da base de lançamento da nave Dilma-2010 comprariam um bilhete para outra tentativa, quatro anos mais tarde. A ministra do PAC tem 18 meses para ganhar o partido, construir um programa e, em caso de derrota, preservar eleitores fiéis. No entanto, como ficou provado no encontro do presidente e da candidata com cerca de 3.500 prefeitos, na terça-feira 10, em Brasília, só existem "dilmistas" neste momento porque Lula quer. E eles precisam ser autênticos para que Dilma venha a ter futuro político quando o padrinho se for.

O axioma do "agora ou nunca" é perigoso porque ele embute uma falsa primazia. Por ele, Barack Obama não seria presidente dos Estados Unidos. A primazia é falsa porque o sistema eleitoral brasileiro não prevê a indicação por listas partidárias e é perigosa porque sufoca ideias, propostas e debates. Até agora, a campanha tem sido apenas uma discussão de "quem" vai ser e não do "que" vai ser depois de Lula. Nas panelinhas partidárias do PT e do PSDB, o "agora ou nunca" é como água fervente a elevar a pressão por um consenso de nomes e não de ideias. Se a caldeira estourar, irá gerar explosões de ressentimentos e dissensões que em última instância se abaterão sobre a história e a índole dos dois partidos.

O caso do PT, resolvido pelo desejo do presidente de fazer candidata a "mãe do PAC", é de clara contradição com seu passado. De uma hora para outra, o partido que nasceu de baixo para cima, da mobilização de filiados para a doutrina programática, e dela para os nomes de consenso, se abstém de todos os seus mecanismos de escolha internos - reuniões da executiva, do diretório e até prévias -, para abraçar alguém ditado de cima para baixo. Para quem foi forjado com o DNA da contestação, chega a ser surpreendente a complacência com que a ministra está sendo ungida.

Se inicialmente o presidente pôde usar Dilma como uma espécie de candidata-rolha a segurar qualquer tentativa de antecipar o debate da sucessão, agora Lula corre o risco de se ver numa armadilha eleitoral causada pela popularidade estratosférica. Caso o governo tivesse ido mal, a ministra providenciaria a saída honrosa para que Lula fosse magistrado da própria sucessão. Na eventualidade de o governo perder popularidade com a crise, Dilma funcionaria como belo boi de piranha, enquanto Lula e o PT procurariam outro nome. Mas, com a aprovação nas alturas, a candidata está se transformando numa obrigação do presidente.

Ou seja, Lula está prestes a chegar ao ponto de não retorno, a partir do qual uma eventual derrota dela será também o fracasso dele. O contrário também é verdadeiro, mas isso apenas demonstra como o presidente e seu governo terão de se engajar na eleição. E este é o segundo grande problema do "agora ou nunca": ele gera ações carregadas de ansiedade e de voluntarismo que, no caso de Dilma, podem desembocar na tentativa de abrir a porta ao populismo econômico e à radicalização política.



*Serra poderia enxergar nas prévias do PSDB
a oportunidade de mostrar propostas,
sair vitorioso e ainda obrigar Aécio a
permanecer como fiel escudeiro*

O "agora ou nunca" de Serra está na raiz de uma guerrilha aberta nos bastidores do PSDB. Ela visa a montar uma pretensa superioridade consensual, a partir de golpes e contragolpes entre os grupos de Aécio Neves e José Serra, no lugar de um debate aberto no partido. A aceitação das prévias obrigaria o governador de São Paulo a entrar numa disputa pelo "o quê" e não por "quem". Se não fosse o "agora ou nunca", Serra poderia enxergar na disputa interna a oportunidade de apresentar suas ideias ao País, sair vitorioso pela consistência programática e eleitoral, e ainda obrigar o governador mineiro a permanecer na legenda como um fiel escudeiro contra a candidata de Lula. Sem prévias, contudo, nada impede que Aécio procure outro caminho político, caso se veja forçado a abrir mão da desejada candidatura tucana.

A pretensa superioridade consensual de Dilma e de Serra é justificada pelo mesmo argumento: eles são bons administradores. Neste momento, os presidencialistas do PT e do PSDB precisam um do outro porque seus perfis reduzem o incipiente debate de 2010 ao tema único da gestão, ainda que as estratégias sejam diferentes. Enquanto Dilma precisa se expor (e ser exposta) para reafirmar a superioridade, Serra se obrigou a conquistá-la num quase silencioso jogo de escaramuças. É evidente que o País precisa de bons gestores públicos, mas colocadas assim, isoladamente, numa campanha eleitoral, as prerrogativas do bom administrador ficariam melhor como anúncio para contratação de executivo. **Uma disputa presidencial é muito mais que isso. Ela lida com aspirações coletivas, compromissos partidários, diferenças regionais e interesses empresariais e financeiros.**

Assim, o "agora ou nunca" é a melhor tradução do impasse vivido por uma elite dirigente que não sabe para onde vai. Porque, se ele ajuda numa campanha estéril de propostas, não deixa de ser verdade que o atual vazio de ideias da classe política é também motor desta largada eleitoral francamente personalista. E o Brasil do pós-Lula precisa de programas e não só de nomes.

ISTOE - Independente

Imprimir

A Semana > Editorial | N° Edição: 2083 | 14.Out.09 - 10:00 | Atualizado em 27.Jan.12 - 18:24



“O MST sem controle”

Carlos José Marques, diretor editorial

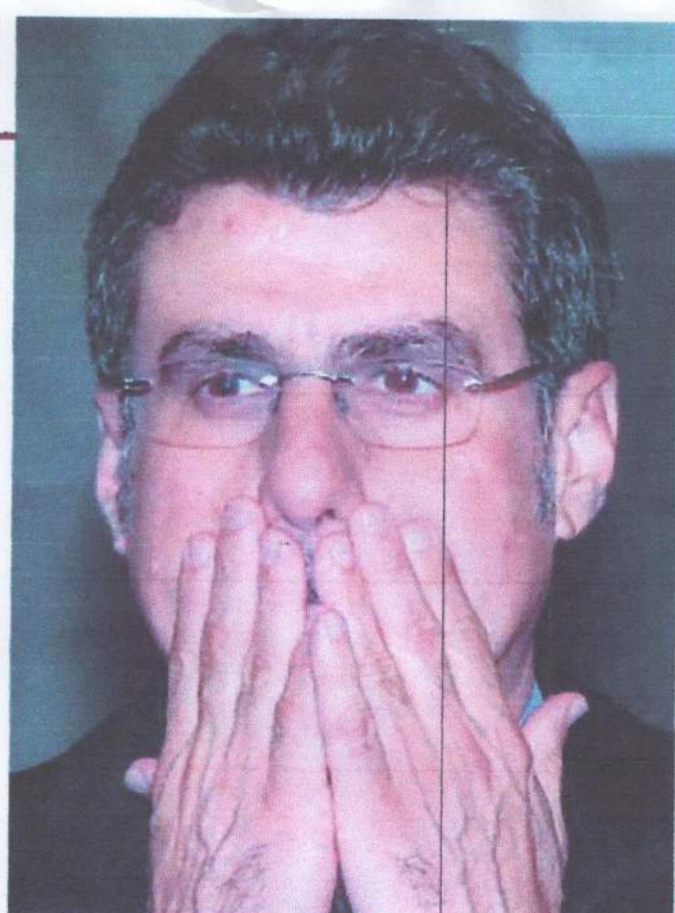
A complacência de autoridades com atos que ferem de maneira gritante o direito do cidadão estabeleceu no País duas classes sociais: a dos que seguem a lei e a dos que atuam na ilegalidade de maneira livre e impune. Nessa segunda categoria, o Movimento dos Sem-Terra (MST) há anos ultrapassa os limites da civilidade e atua na criminalidade sem encontrar nenhuma resistência oficial. Com métodos truculentos, eles invadem terras e propriedades privadas, depredam patrimônios, promovem saques, usam e abusam de toda sorte de arbitrariedades.

A violência dos atos de vandalismo do MST leva a supor que seus agentes se consideram acima do bem e do mal, em nome da bandeira do assentamento que, na verdade, em outras esferas já vem sendo tratada de maneira muito mais eficaz e justa. Em um esquema profissional que arregimenta cada vez mais adeptos, o MST é movido hoje por interesses diretos dos dirigentes. Eles usam a massa de manobra com aspirações políticas e, em especial, na busca por verbas públicas que, direta ou indiretamente, têm irrigado os ataques.

A organização chegou a ser recebida no Palácio do Planalto, no próprio gabinete do presidente da República, que não se furtou a usar o boné com o emblema do movimento. De cerimônia: como essa, os líderes do MST saem fortalecidos para incitar invasões e partem contra quem está no seu caminho. Foi o que aconteceu, mais uma vez, na semana passada com a tomada de uma fazenda do grupo Cutrale, o maior exportador de suco de laranja do mundo. Saldo da operação: sete mil pés de laranja derrubados, R\$ 3 milhões de prejuízo e o escárnio para com a sociedade.

O ministro da Justiça, Tarso Genro, por ocasião de outra invasão do MST em Pernambuco, que levou à morte quatro empregados de uma fazenda, chegou a classificar a atuação como mera "tática arrojada". Por ações e omissões do poder constituído diante desses episódios grotescos o MST segue descontrolado. O pretexto de servir à causa da reforma agrária está gerando excessos perigosos que em algum momento podem virar mote de um conflito social sem precedentes.

Carlos José Marques, diretor editorial



FAXINA NA INFRAERO

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, do PMDB, enfrenta a resistência do próprio partido e ordena a demissão dos afilhados políticos de seus colegas na estatal

Primero foi a Agência Nacional de Aviação Civil, a Anac, que conseguiu se livrar dos diretores que agiam a soldo de empresas aéreas. Agora chegou a vez da faxina na Infraero, a estatal que, no governo Lula, se transformou na meca da corrupção em Brasília, merecendo uma CPI no Congresso e uma série de investigações da Polícia Federal e do Ministério Público. A ordem para a faxina partiu do ministro da Defesa, Nelson Jobim. Nas últimas semanas, o presidente da Infraero, brigadeiro Cleonilson Nicácio, demitiu 28 afilhados políticos, que ocupavam cargos propícios à manutenção de negociatas. A qualificação dos degolados sugere que eles não vão fazer falta: dois são parentes

do senador peemedebista Romero Jucá, líder do governo, outra é ex-mulher do líder do PMDB na Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves, do Rio Grande do Norte. Havia ainda gente indicada pelo ministro das Relações Institucionais, José Múcio, e pelo deputado Arlindo Chinaglia, do PT de São Paulo. A limpeza é para valer. De 109 cargos de confiança, sobrarão apenas doze. Somente esses cortes resultarão numa economia de 19,5 milhões de reais por ano. A Infraero vinha sofrendo desvios de dinheiro nos últimos anos, sangria que só aumentava o apetite dos políticos por cargos na estatal. A faxina deve ter como objetivo final o repasse da gestão dos principais aeroportos do país à iniciativa privada.

SEM BOQUINHA

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o líder do governo no Senado, Romero Jucá: o irmão e a cunhada rodaram

“Bom cabrito não berra”, limitou-se a dizer o senador Jucá sobre as mudanças na Infraero. Os cabritos do PMDB podem até silenciar em público, mas estão berrando alto em privado. Na segunda-feira, os líderes do partido se reuniram com o presidente Lula e ameaçaram retaliar. Disseram que as demissões poderiam pôr em risco a aliança do PT com o PMDB nas eleições de 2010. Lula, sempre mais esperto do que eles, desconversou e disse que nada sabia sobre a faxina. Na verdade, Jobim, como deve ser, consultou o presidente antes de ordenar as demissões. O troco do PMDB veio no Congresso, onde os parlamentares do partido passaram a semana boicotando a votação de medidas provisórias — as chamadas MPs são editadas pelo governo, mas depois precisam ser canceladas pelo Parlamento. Uma reação chantagista bem ao estilo do partido que, como definiu o senador Jarbas Vasconcelos, “só quer saber de cargos para corrupção”.

DIEGO ESCOSTEGUY